



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO - PRPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA – PPGP

MARIA DO SOCORRO LEITE DA SILVA

**O PAPEL DOS GESTORES PÚBLICOS NA EXPANSÃO DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ (2005-2014)**

TERESINA-PI

2021

MARIA DO SOCORRO LEITE DA SILVA

**O PAPEL DOS GESTORES PÚBLICOS NA EXPANSÃO DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ (2005-2014)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Gestão Pública.

Área de Concentração: Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional

Linha de Pesquisa: Instituições e Políticas Públicas

Orientador Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Júnior

TERESINA-PI

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras Serviço
de Processos Técnicos

S586p Silva, Maria do Socorro Leite da.
O papel dos gestores públicos na expansão do Instituto Federal de
Educação do Piauí (2005-2014) / Maria do Socorro Leite da Silva. --
2021.

154 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro
de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em
Gestão Pública, Teresina, 2021.

“Orientador: Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Júnior.”

1. Políticas públicas em educação – Brasil. 2. Institutos Federais –
Implementação. 3. Instituto Federal de Educação do Piauí –
Expansão. 4. Gestores Públicos. I. Santos Júnior, Raimundo Batista
dos. II. Título.

CDD 353.889 81

Bibliotecária: Thais Vieira de Sousa Trindade - CRB3/1282

MARIA DO SOCORRO LEITE DA SILVA

**O PAPEL DOS GESTORES PÚBLICOS NA EXPANSÃO DO INSTITUTO FEDERAL
DO PIAUÍ (2005-2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito parcial para obtenção de título de Mestre Gestão Pública.

Aprovada em 01 de abril de 2021.
Conceito: 9,5 (nove e meio)

BANCA EXAMINADORA



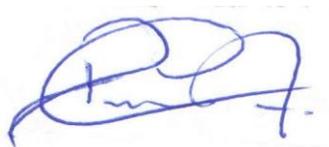
Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Júnior (UFPI)

Orientador



Prof. Dr. Francisco Mesquita de Oliveira (UFPI)

Examinador Interno



Prof. Dr. Paulo Borges da Cunha (IFPI)

Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

Agradecer a Deus acima de tudo por nunca me deixar desistir mesmo com tantos obstáculos pelo caminho.

Agradecer ao meu filho Benício e meu esposo Andson Luís, que estiveram comigo nessa caminhada e que suportaram tantas privações da minha presença.

Agradecer aos meus pais Raimundo (in memoriam) e Maria por todo o apoio que sempre tive e por serem meus maiores exemplos.

Agradecer a minha irmã Kátia e minha prima Lucianny que sempre estão ao meu lado deixando a jornada um pouco mais fácil.

Agradecer as colegas de trabalho e amigas Janaína e Gilda por toda a ajuda tanto profissional quanto acadêmica, pois já passaram por essa mesma caminhada.

Agradecer ao meu chefe Professor Paulo Borges por ter me motivado e acreditado que tudo isso seria possível.

Agradecer ao meu orientador, Professor Raimundo Júnior por toda compreensão e paciência.

E por fim agradecer aos meus colegas de mestrado Sabrina, Nayra, Aluisio e Lima Júnior cujo apoio e amizade estiveram presentes em todos os momentos.

RESUMO

A partir da década de 2000 pode-se perceber o protagonismo das políticas educacionais no país e, conseqüentemente, a ênfase na política pública de educação profissional. Com o advento da Lei 11.892/2008, que criou a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e também os Institutos Federais, houve o aumento de mais de 300% no número de novas unidades dessas instituições. No Piauí, esse crescimento foi ainda maior em termos percentuais quando relacionado ao Nordeste e ao Brasil, conforme informações disponíveis no site do Ministério da Educação. Foi com base nesse fenômeno da expansão que o presente trabalho, por meio de uma revisão da literatura, de análise documental e de entrevistas com os gestores envolvidos na expansão do Instituto Federal de Educação do Piauí, que buscou-se compreender o papel desses na implantação das unidades durante as três fases da expansão, no período de 2005 a 2014. Para atingir este objetivo, esta pesquisa levou em consideração os critérios propostos pelo MEC (formulador da política), para cada fase da expansão, além das três dimensões da política pública, que foram: a interiorização, a questão social e o desenvolvimento regional. A ênfase deste estudo foi na fase de implementação, pois foi nesta fase que se conseguiu identificar a ação dos burocratas (servidores da instituição) envolvidos na implantação das unidades do IFPI. Assim, realizou-se uma análise de política pública e verificou-se que os atores envolvidos usaram critérios técnicos e também a discricionariedade em algumas decisões, o que de forma geral não se afastou dos marcos normativos, portanto, a política foi implementada no Piauí de acordo com os critérios propostos inicialmente.

Palavras-chave: Expansão; Gestores Públicos; Implementação; Institutos Federais.

ABSTRACT

From the 2000s onwards, it is possible to perceive the protagonism of educational policies in the country and, consequently, the emphasis on public policy on professional education. With the advent of the Law 11,892 / 2008, which created the Federal Education, Science and Technology Network and also the Institutes Federal, there was an increase of more than 300% in the number of new units of these institutions. At the Piauí, this growth was even greater in percentage terms when related to the Northeast and to Brazil, according to information available on the Ministry of Education website. It was based in this phenomenon of expansion that the present work, through a literature review, of document analysis and interviews with the managers involved in the expansion of the Federal Institute of Education of Piauí, which sought to understand their role in the implantation of the units during the three phases of the expansion, from 2005 to 2014. To achieve this objective, this The research took into account the criteria proposed by the MEC (policy maker), to each phase of expansion, in addition to the three dimensions of public policy, which were: interiorization, social issue and regional development. The emphasis of this study was on the implementation phase, because it was at this stage that it was possible to identify the action of bureaucrats (employees of the institution) involved in the implantation of the IFPI units. Thus, an analysis of public policy was carried out and it was found that the actors involved used technical criteria and also discretion in some decisions, which in general did not deviate from the normative frameworks, therefore, the was implemented in Piauí according to the criteria initially proposed.

Keywords: Expansion; Implementation; Federal Institutes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Ciclo de Políticas Públicas.....	23
Figura 2 - Divisão geopolítica em 1909 e locais da instalação das Escolas de Aprendizes e Artífices	35
Figura 3 - Unidades Pré-existentes de 1909 a 2002	43
Figura 4 - Expansão dos Institutos Federais de 2003 a 2014	51
Figura 5 - Divisão Territorial do Piauí em mesorregiões	56
Figura 6 - Distribuição da população em mesorregiões	56
Figura 7 - Linha do tempo do IFPI.....	62
Figura 8 - Mapa do Estado do Piauí e a distribuição dos Campi do IFPI.	63
Figura 9 - Estrutura Organizacional do IFPI após a Lei 11.892/2008.....	66
Figura 10 - Campi implantados nas Fases I e II do IFPI	85
Figura 11 - Hierarquia Urbana dos municípios escolhidos do IFPI – Fase III.....	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - As três fases da expansão dos institutos federais e os critérios adotados	48
Quadro 2 - Territórios de Desenvolvimento do Piauí e municípios abrangidos.	58
Quadro 3 - Relação dos Territórios de Desenvolvimento e os Campi do IFPI.	63
Quadro 4 - Distribuição das unidades do IFPI por tipologia conforme Portaria do MEC nº 246/2016.	65
Quadro 5 - Estrutura Organizacional IFPI – Cargos de Direção	67
Quadro 6 - Correlação entre Cargos Comissionados do Poder Executivo Federal e Cargos Comissionados das Instituições Federais de Ensino.....	68
Quadro 7 - Relação dos Gestores entrevistados e cargos ocupados	69
Quadro 8 - Principais informações dos municípios escolhidos na Fase I do IFPI.	72
Quadro 9 - Municípios hierarquizados e Ano de implantação	78
Quadro 10 - Principais Informações dos municípios escolhidos no Plano de Expansão - Fase II – Piauí.....	79
Quadro 11 - Hierarquia Urbana do Estado do Piauí.....	81
Quadro 12 - Informações da Unidade Teresina Zona Sul – escola federalizada.....	86
Quadro 13 - Campus do IFPI Plano de Expansão Fase III (2011/2014)	90
Quadro 14 - Municípios Campus Avançados IFPI - Fase III.....	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da RFECT de 2003 a 2014.....	49
Gráfico 2 - Taxa de crescimento dos IFs no Brasil por Região.....	50
Gráfico 3 - Participação relativa das mesorregiões no PIB do estado.....	57

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 POLÍTICAS PÚBLICAS	19
2.1 Conceitos, abordagens e tipologias das políticas públicas	19
2.2 Ciclo de Políticas Públicas	22
2.2.1 A fase de implementação.....	25
2.3 Análise de Políticas Públicas	28
2.4 Atores de Políticas Públicas	30
2.4.1 Burocratas de Médio Escalão (BMEs)	31
3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E OS INSTITUTOS FEDERAIS	34
3.1 Histórico da Educação Profissional no Brasil	34
3.2 A política pública de expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil.....	42
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	52
4.1 Fonte dos dados	53
5 O CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ	55
5.1 O Estado do Piauí	55
5.2 Histórico e Caracterização do Instituto Federal de Educação do Piauí	59
5.3 Os gestores públicos do IFPI.....	65
5.4 A Implementação das Unidades do IFPI	70
5.4.1 Fase I	70
5.4.2 Fase II	76
5.4.2.1 Escola Federalizada	86
5.4.3 Fase III.....	87
5.4.3.1 Campus Avançados da Fase III	95
6 CONCLUSÃO	99
APÊNDICES	108
ANEXOS	148

1 INTRODUÇÃO

O modelo dos Institutos Federais (IFs) surge a partir da Lei 11.892/2008, considerando cada instituição como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica. É uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 2010).

Segundo relatório do Tribunal de Contas da União (TCU, 2013), a expansão da Rede Federal de Educação, Profissional, Ciência e Tecnologia (RFEPCT) se deu pelo crescimento econômico, pela pressão do mercado por mão de obra qualificada, busca pelo desenvolvimento regional e consequente interiorização das escolas técnicas, além da contribuição para o desenvolvimento das microrregiões menos desenvolvidas.

De acordo com o site do Ministério da Educação (MEC), a Rede Federal está vivenciando a maior expansão de sua história. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país; entre 2003 e 2014, o Ministério da Educação concretizou a construção de mais de 540 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 campi em funcionamento (BRASIL, 2018).

A expansão dos Institutos Federais – IFs, por meio de políticas públicas de educação profissional, teve por objetivos a interiorização da educação, a questão social e o desenvolvimento regional. Tal situação vem se consolidando após o advento da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os Institutos Federais de Educação, iniciando a implantação de novas unidades de forma descentralizada das capitais estaduais. No caso do Piauí, por exemplo, foi criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), a partir da estrutura existente do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI).

Isso demonstra uma formulação de agenda que objetivou expandir a educação profissional e tecnológica no Brasil. Desta forma, este trabalho buscou analisar o papel dos gestores públicos no processo de construção desta política (reitores, pro-reitores e diretores dos IFs), no momento posterior à formulação da política, com foco na análise da fase de implementação das unidades no caso específico do Instituto Federal de Educação do Piauí.

Tal estudo se justificou por uma lacuna encontrada na literatura sobre o tema “expansão dos institutos federais”, quanto ao papel dos gestores públicos envolvidos, pois a maioria dos trabalhos aborda a política pública de forma geral e não focam, especificamente, nos agentes institucionais (implementadores) envolvidos (CARVALHO, 2015; MORESCHI; FILIPPIM, 2016; ORTIGARA, 2014; PACHECO; PEREIRA; DOMINGOS SOBRINHO, 2010; SILVA, 2015).

A Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (RFECT) teve um crescimento de mais de 300% (trezentos por cento) no período compreendido entre 2002 e 2014, conforme informações divulgadas pelo site oficial do Ministério da Educação (MEC, 2018). No caso do IFPI, até 2005 existiam apenas 02 (duas) unidades: Teresina Central e a UNED de Floriano, entre 2006 e 2008 foram implantadas 02 (duas) unidades: Picos e Parnaíba. Entre 2007 e 2010 foram propostos e implantados mais 07 (sete) *campi*: Angical, São Raimundo Nonato, Corrente, Piri-piri, Paulistana, Uruçuí e Teresina Zona Sul, conforme informações do PDI 2015-2019, no site do Instituto Federal de Educação do Piauí (BRASIL, 2019). Posteriormente no período de 2011 a 2014 houve a expansão para mais 06 (seis) *campi*: São João, Pedro II, Oeiras, Valença, Cocal e Campo Maior. Além destes *Campi* ainda foram implementados nesse mesmo período 03 (três) *campi* Avançados: José de Freitas, Dirceu e Pio IX, perfazendo 20 (vinte) unidades e uma unidade administrativa, a Reitoria.

Percebe-se, com base na literatura pesquisada, que o Nordeste teve o maior número de implantações no Brasil, em números absolutos (SILVA, 2015) e que o Piauí foi o Estado com o maior número de unidades implementadas na região, proporcionalmente ao número de habitantes (BRASIL, 2010), conforme informações do Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União - TCU (TCU, 2013) e informações do MEC (BRASIL, 2019).

Logo, a escolha intencional do IFPI, em razão do seu crescimento acima da média nacional e em números absolutos no Nordeste, se fez importante a análise mais detalhada e aprofundada do papel dos gestores públicos envolvidos nesta expansão, a fim de descrever o processo de tomada de decisões até a efetiva implementação da política, revelando, principalmente, se os gestores utilizaram apenas critérios embasados em documentos legais, ou se tiveram critérios discricionários que influenciaram na escolha das unidades, especialmente no período de 2005 a 2014.

Os resultados do presente trabalho podem trazer a luz necessária para entender a atuação dos gestores públicos no processo de formulação e implementação da política pública de expansão

ajudando a compreender os fatores de sucesso ou fracasso da política a partir das decisões tomadas pelos gestores institucionais dentro da arena decisória, também podendo servir de auxílio para comportamentos e tomadas de decisões futuras.

Buscou-se, assim, compreender a ação do Estado e, conseqüentemente o modo como pretende promover o bem-estar assegurado pela Constituição em seus direitos fundamentais. Isso se torna ainda mais relevante diante da peculiaridade da política enfatizada: expansão das instituições profissionais e tecnológicas, vislumbrando os resultados já obtidos e as dificuldades enfrentadas para a implementação da expansão objeto do presente estudo.

Nesta perspectiva, e considerando a importância de estudar a expansão do IFPI e dos gestores públicos envolvidos neste processo, este estudo apresenta a seguinte questão-problema: Qual o papel dos gestores públicos (burocratas) na implementação da política pública de educação profissional voltada para a expansão do Instituto Federal de Educação do Piauí, quanto à escolha das cidades nas quais foram implantados os Campi?

Neste contexto, visando compreender quem foram esses atores, se apenas burocratas ou se houveram outros envolvidos nessa implementação quanto à tomada de decisão na escolha das cidades onde seriam implantadas as unidades, partiu-se da hipótese de que o processo se deu a partir da análise de critérios meramente técnicos e sem maiores embates na arena decisória, vez que seguindo as diretrizes do MEC, presume-se um menor grau de dissenso.

Diante do grande desafio da expansão das unidades para todo o Brasil e com base na proposta do MEC de conciliar as três dimensões: social, geográfica e de desenvolvimento, este trabalho teve como objetivo geral: compreender o papel dos gestores públicos envolvidos na implementação da política pública de educação profissional, na implantação das unidades decorrentes da política de expansão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

Quanto aos objetivos específicos buscou-se: (1) Descrever como se deram os processos de implementação da política de expansão dos institutos federais, especificamente das unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI); (2) Neste sentido, buscou-se também comparar o processo de implantação das unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) com os critérios definidos pelo MEC; (3) Além disso, identificar as ações, e conseqüências destas, na tomada de decisão dos gestores públicos envolvidos no processo de expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

A metodologia empregada na pesquisa foi de caráter qualitativo, utilizando as técnicas de análise documental e o estudo de caso relativo ao papel dos gestores públicos na expansão do IFPI. O presente estudo possui natureza exploratória e descritiva, com enfoque qualitativo.

Ao utilizar a pesquisa bibliográfica foi feita uma revisão da literatura nos seguintes temas: análise de políticas públicas, com foco na fase de implementação, educação profissional e a expansão dos institutos federais, além do estudo dos atores envolvidos na burocracia pública, no caso, os burocratas de médio escalão responsáveis pela implementação.

Os métodos de tipo qualitativo empregados nessa pesquisa foram utilizados com o fim de alcançar o sentido político que orientou a implantação da política pública educacional de expansão, por meio da análise de conteúdo de alguns documentos, como: estudos preliminares, projetos de implantação dos *campi* do Instituto Federal do Piauí, Relatórios de Gestão e Planos de Desenvolvimento Institucionais, entre os anos de 2005 e 2014, além das normas legais, dos Planos de Expansão, Planos Plurianuais, Chamada Pública 001/2007/SETEC-MEC.

Foi utilizada, ainda, da pesquisa de campo por meio da realização de entrevistas com os gestores envolvidos na implantação dos *campi* do Instituto Federal do Piauí. Esta técnica de pesquisa tem como função principal revelar determinados aspectos do fenômeno estudado, em que o pesquisador não pensaria de maneira espontânea, e que não estejam presentes nos documentos oficiais, completando assim as pistas de trabalho sugeridas por sua leitura (QUIVY, 2013, p.69).

Desse modo, as entrevistas nos permitiram captar a noção dos gestores institucionais sobre a realidade que se pretende estudar, buscando descobrir o modo de atuação dos atores envolvidos no processo decisório e como as decisões influenciou o rumo da política pública objeto do estudo.

As entrevistas foram feitas *in loco* e por vídeo conferência, devido ao período de pandemia de Covid-19, iniciada no começo de 2020. O número de entrevistados foi: 02 (dois) Reitores, 03 (três) Pró-reitores, 01(um) Diretor de Desenvolvimento Institucional e 03 (três) Diretores Gerais, que participaram diretamente da implementação destes *campi*, sendo estes últimos, 01 (um) de cada fase da expansão, totalizando 09 (nove) entrevistados. Quanto aos Reitores só existiram desde a transformação em IFPI até 2014 apenas dois, pois antes eram Diretores Gerais e não existia Reitoria, somente após o advento da Lei 11.892/2008. Outro fato importante foi que o atual Reitor também exerceu o papel na gestão anterior de Pró-Reitor de Ensino. Entre os Pró-reitores buscou-se entrevistar os que participaram diretamente da política, a Pro-Reitora de Extensão, que também exerceu o cargo de Diretora de Desenvolvimento Institucional, quando o Instituto ainda tinha a

estrutura de CEFET, e que também participou das comissões que elaboraram os documentos de implantação; e os Pro Reitores de Administração das duas gestões, sendo que anteriormente esses dois gestores foram Diretor de Administração e Diretor de Ensino da Unidade Sede. Quanto aos Diretores Gerais foram selecionados com base nos Campi que tiveram os melhores índices na Relação Aluno/Professor (RAP), por fase da expansão, além do acesso a estes atores.

Nas entrevistas com os gestores públicos da administração federal, que participaram do processo se levou em consideração alguns pontos como a posição que ocupavam e qual o seu papel na expansão das unidades do IFPI. Após, foi feita a transcrição e posterior análise de conteúdo visando compreender o papel destes gestores e sua influência no ajuste da política implementada.

Em relação à expansão dos institutos federais, verificou-se que somente no primeiro governo Lula (2003-2006), foi criado o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e, ainda em 2005, foi publicada a Lei 11.195/2005, que ampliou a expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino, preferencialmente em parceria com Estados e Municípios, Distrito Federal, pois possibilitou, legalmente, a retomada da expansão da Rede. Já em 2008, foi publicada a Lei 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Tecnológica e os Institutos Federais.

Percebe-se assim que a política de expansão da educação profissional trata-se de uma política de governo, e esta se deu a partir da formação de uma agenda de políticas públicas na área de educação. Para Souza (2006, p. 23), a definição de políticas públicas:

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Desse modo, se pode perceber a importância das políticas públicas para o atingimento das metas estabelecidas pelo governo, pois políticas públicas e programas de governo estão interligados. Cabe ainda ressaltar que a competição política democrática repercute de várias formas na formulação e gestão das políticas públicas, ou seja, a direção política do governo determina que grupos sociais e políticos devam ser preferencialmente atendidos, com amplos e intensos reflexos sobre a burocracia pública (TORRES, 2012).

A literatura de políticas públicas tem enfatizado o aspecto cíclico e as várias etapas desse ciclo são objetivo dos mais variados estudos. Esse processo, até a fase em que se avalia a efetividade de uma política pública, se dá por meio de fases que vão desde a definição da agenda até a avaliação da política. Para Souza (2006, p. 29), “o ciclo da política pública é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação”. Rua (2012, p. 35), no mesmo sentido, aponta as seguintes fases, que são: “formação da agenda, definição do problema e análise do problema; formação das alternativas e da tomada de decisão; a implementação e o monitoramento; e avaliação e ajuste”.

Dentro desse ciclo descrito, o foco do trabalho será na fase de implementação que segundo Saravia é:

[...] constituída pelo planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política. Trata-se da preparação para pôr em prática a política pública, a elaboração de todos os planos, programas e projetos que permitirão executá-la. (SARAVIA, 2006, p. 34).

Partindo do conceito de implementação, de plano, é possível perceber a necessidade de atuação de gestores com poderes decisórios dentro da burocracia estatal e, para que possamos compreender o papel dos gestores públicos envolvidos na implementação da política pública de expansão dos IFs, precisamos saber quem são os atores públicos que estão envolvidos no ciclo de formação de tal política, verificando como as decisões em conflito se resolvem dentro da arena decisória. Segundo Rua (2012, p. 38), “os atores públicos são aqueles que se distinguem por exercer funções públicas e por mobilizar os recursos associados a estas funções”.

Dentre os atores públicos, podemos diferenciar, numa visão generalizada, duas categorias: “políticos (são aqueles atores cuja posição resulta de mandatos eletivos) e burocratas (devem a sua posição à ocupação de postos de trabalho que requerem conhecimento especializado e que se situam em um sistema de cargos públicos)” (RUA, 2012, p. 38).

Segundo Lotta, Pires e Oliveira (2014, p. 465), “os atores que desempenham função de gestão e direção intermediária (como gerentes, diretores, coordenadores ou supervisores) em burocracias públicas e privadas são chamados de burocratas de médio escalão e estes que influenciam os processos de produção de políticas públicas e ações governamentais”.

Ainda conforme os mencionados autores tratam ainda da expansão destacada no segmento de gerência intermediária e sugerem que a burocracia de médio escalão tem sido alvo de

transformações importantes e com isso tem ganhado relevância para a atividade governamental no período recente.

Esse conjunto de inquietações teóricas e movimentações do fenômeno empírico indicam a necessidade de ampliarmos a nossa compreensão sobre quem são estes atores, o que fazem, como atuam, com quem se relacionam e de que forma influenciam a gestão de políticas públicas (LOTTA, PIRES, OLIVEIRA, 2014, p. 468).

Para entendermos a tomada de decisões dos gestores públicos, segundo Draibe (2001), se faz importante compreender a autoridade que conduz o processo, sua relação com a política, as características de centralização e descentralização, além da capacidade de implementar decisões.

No caso do IFPI, como não houve um órgão definido, dentro da estrutura organizacional, para exclusivamente fazer a implementação da política de expansão, foi necessário identificar no decorrer da pesquisa, quais os atores estavam envolvidos no processo, e as arenas decisórias da forma como a política se implementava, desde as escolhas dos municípios que iam receber os *campi* até o efetivo funcionamento destes.

Interessante observar, ainda, que dentro dessas arenas decisórias pode haver embate entre os diversos atores envolvidos, já que todos tem “capacidade de articular interesses, formalizar reivindicações e convertê-las em iniciativas, prescrever soluções, promover sua solução ou impedir que as decisões sejam implementadas” (MARTINS *apud* TÁPIA, 1993, p. 20).

Todavia, é importante considerar que nenhum ator, de forma isolada, impõe sua alternativa preferencial de política com base apenas em seus recursos de poder. Para um processo de mudança ou alternativa de política, outros interesses devem ser agregados, tendo em vista que os recursos são, em geral, escassos e diversamente distribuídos entre os atores em cada situação considerada. (CARVALHO, 2015, p. 58).

Portanto, a partir da identificação dos atores, no caso específico do IFPI, foi necessário identificar o papel de cada um deles, os embates na arena decisória, os recursos de poder utilizados até a decisão final na implementação da expansão, verificando, ainda, se as decisões se deram de maneira uniforme ou se houve algum nível de diferenciação entre as diversas instalações de cada Campus no período objeto do estudo.

Este trabalho está inserido na linha de pesquisa Instituições e Políticas Públicas, do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Piauí. Tem como tema “O papel dos gestores públicos na expansão do Instituto Federal do Piauí”.

Nessa contextualização e buscando a melhor apresentação, bem como estruturação da dissertação, esta foi dividida em cinco capítulos.

Neste capítulo, intitulado “Introdução”, apresentou-se a justificativa, o problema de pesquisa, objetivo geral, objetivos específicos, a metodologia de pesquisa resumidamente, além de um breve apanhado do referencial teórico.

No segundo capítulo “Políticas Públicas”, foi feita uma revisão da literatura sobre o tema, passando pelo ciclo de políticas públicas, com foco na fase da implementação, a análise de política pública e os atores de políticas públicas, buscando embasar a presente pesquisa.

No terceiro capítulo “Educação Profissional”, abordamos uma breve trajetória da educação profissional com foco na Rede Federal e nos Institutos Federais, além de um resumo sobre a expansão dos Institutos Federais em todo o Brasil, visando compreendermos esse fenômeno da “expansão”.

No quarto capítulo, “Procedimentos Metodológicos”, buscou-se descrever todo o caminho utilizado para atingir o objetivo desta pesquisa.

No quinto capítulo, “O Instituto Federal do Piauí”, trouxemos uma breve caracterização do Estado do Piauí e o histórico e caracterização do Instituto Federal do Piauí, relacionando a estrutura organizacional e aos atores que exercem cargos dentro da instituição. Nele ainda abordamos “A implementação das Unidades do IFPI durante a Expansão”, buscando descrever as implantações durante as fases I, II e III, comparando aos critérios definidos pelo MEC e identificando as perspectivas dos gestores públicos entrevistados, verificado como a burocracia pública está presente nesta instituição, e o papel dos gestores na expansão das unidades do IFPI.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

O presente capítulo aborda alguns conceitos de políticas públicas e tipologias, o ciclo de políticas públicas, a fase de implementação, a análise de políticas públicas e os atores de políticas públicas. Este estudo é fundamental, pois nos permite entender vários aspectos das políticas públicas, sob uma visão técnica. Assim, o conhecimento desses conceitos serve de base para o entendimento do caso pesquisado.

2.1 Conceitos, abordagens e tipologias das políticas públicas

Para que possamos compreender o campo das políticas públicas, torna-se importante a apresentação de alguns termos bem como fazer uma diferenciação entre eles. O termo política pública é comumente entendido como jargão próprio ao momento eleitoral, e dos atores em competição. Assim, muitas delas costumam se distanciar diante da restrição que se dá ao termo (RUA, 2014).

Nesta perspectiva, para entender o estudo da política pública, recorre-se aos termos usados na língua inglesa, pois nos países latino-americanos, usam apenas a palavra política para se referir às diferentes dimensões de uma Política (VALLÉS, 2007 apud MATA; PIMENTEL; EMMENDOERFER, 2019). Então:

Politics: está vinculado à noção clássica de política, relacionado à atividade política que expressa relações de poder. Acordos, entendimentos, negociações, discussões, toda a relação humana expressa em uma relação de poder está incluída neste conceito. **Policy:** é utilizado para referir-se à formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementação por organizações públicas, tendo como foco temas que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos. Em outras palavras, policy significa a atividade do governo de desenvolver Políticas Públicas, a partir do processo da política. (RUA, 2014, p. 17).

Nesse sentido, o primeiro termo está relacionado “as atividades políticas” (*politics*) e o segundo trata da “[...] formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementação por organizações públicas” (*policy*). Deste modo, em uma analogia aos termos de acordo com a citada autora, as políticas públicas (*policy*) seriam resultantes da atividade política (*politics*).

Segundo Souza (2006), a política pública teve sua origem nos Estados Unidos da América, durante a primeira metade do século XX e com ela os teóricos buscavam entender as razões pelas

quais os governos optam por determinadas políticas. Assim, a área de políticas públicas contou com quatro grandes fundadores: Harold Laswell, Herbert Simon, Charles Lindblom e David Easton. Laswell introduziu a expressão análise de políticas públicas, já Simon trouxe a teoria da racionalidade limitada dos decisores públicos, segundo a qual busca compreender a influência da limitação de informações na tomada de decisão. Lindblom incorporou outras variáveis ao estudo das políticas públicas, como as relações de poder e a integração das diferentes fases desse processo. E por último, Easton deu sua contribuição definindo a política pública como um sistema.

A política pública está formalmente ligada à ciência política, porém não se resume apenas a este campo, pois está interligada a outras áreas como Administração e Economia, por exemplo. Deste modo, pode-se dizer que o campo de política pública foi influenciado pela interdisciplinaridade e empregado em diversos sentidos desde o seu surgimento (AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015).

Nessa perspectiva, ao longo do tempo vários conceitos de políticas públicas foram introduzidos e estes sofreram mutações. Para Thomas Dye (1984, p. 20), seria “[...] o que o governo escolhe fazer ou não fazer [...]”. Porém a mais conhecida ainda é a definição de Laswell, “[...] quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (SOUZA, 2006, p.24). No Brasil, o estudo das políticas públicas é bem mais recente. Nesse contexto, destaca-se a definição de políticas públicas segundo Secchi (2013, p. 01): “Política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público [...] uma política é uma orientação à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública”.

Finkler e Dell’Aglío (2013 apud SOUZA, 2006) corroboram dizendo que as políticas públicas podem ser definidas como grupos de ações, programas e atividades formuladas pelo Estado com o objetivo de garantir direitos de cidadania, principalmente aqueles assegurados por lei, voltando-se para a solução de problemas da sociedade.

Outra definição ainda para política pública vem do Dicionário de Política, de Bobbio, Matteuci e Pasquino (1995 apud VIANA; BAPTISTA, 2012), qual seja:

[...] um conjunto de disposições, medidas e procedimentos, que traduzem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público, atuando e influenciando sobre as realidades econômica, social e ambiental.

Estes estudos contribuem para o entendimento do que seja uma política pública; seja na definição de Secchi (2013, p. 5), “[...] uma diretriz para enfrentar um problema público [...]”, ou

Souza (2006), um conjunto de ações desenvolvidas pelo Estado, ou, ainda, Bobbio (1995, p. 1318), “[...] um conjunto de disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado[...]”. O objetivo maior das políticas públicas, ou seja, sua finalidade é resolver um problema público, dando mais dignidade e cidadania à população, porém levando em conta a orientação política do Estado. Para Di Giovanni (2009), políticas públicas seriam uma forma contemporânea de exercício de poder nas sociedades democráticas, tendo como resultado a interação do Estado com a sociedade.

Para que possamos compreender as definições já expostas sobre política pública, esta não resulta apenas na priorização dos interesses de alguns grupos e sim uma proposta de ação na qual o Estado gerencia os conflitos entre diferentes grupos sociais, procurando manter e reproduzir a hegemonia da sociedade, buscando um equilíbrio formal entre suas demandas. Neste sentido, assegura-se que a política pública é um elemento importante na solução de um determinado problema, ou seja, as políticas públicas emergem de uma necessidade, problema social ou de uma questão socialmente problematizada (SILVEIRA, 2016).

Secchi (2013), ao estudar a literatura das políticas públicas, cita duas abordagens possíveis: a estatista e a multicêntrica. Estas têm dois focos diferentes. Para a estatista ou estadocêntrica, os responsáveis são os atores estatais. Para a multicêntrica ou policêntrica, os atores podem ser organizações privadas, ONGs, ou organismos multilaterais, juntamente com os atores estatais. Nos países da América Latina, o Estado tem sido visto como a principal entidade responsável por promover o desenvolvimento. No Brasil, por exemplo, existe uma tradição estatista, devido à intervenção do Estado que historicamente tem desenvolvido diferentes tipos de políticas públicas. Porém, Heideman (2009) cita que a política pública vai além de políticas governamentais, e sendo assim, a estrutura administrativa do governo, não seria a única instituição a servir a comunidade e promover políticas públicas.

Ainda no estudo da política pública, várias tipologias foram implementadas, sendo a mais conhecida a de Theodor Lowi (apud Secchi, 2012). Para ele, as políticas públicas podem ser de 04 formatos: distributivas, regulatórias, redistributivas e constitutivas. Estes, podem ser abordados resumidamente como: as políticas distributivas são as que geram impactos mais individuais do que universais. Estas políticas são caracterizadas por um baixo grau de conflito nos processos políticos. Além disso, muitos são beneficiados neste tipo de política, porém em escala relativamente pequena. As políticas regulatórias trabalham com ordens e proibições, decretos e portarias, são as mais

visíveis ao público, como, por exemplo, os códigos de trânsito e a proibição de fumo em locais fechados. Neste caso, os processos de conflito, consenso e coalizão poderão ser modificados de acordo com a configuração específica de cada política. As políticas redistributivas são as políticas sociais universais, nelas o processo político costuma ser polarizado e repleto de conflitos. Por último as políticas constitutivas ou políticas estruturadoras são as que lidam com procedimentos ou regras sobre os poderes. É por meio deste tipo de política que são determinadas as regras do jogo e conseqüentemente as condições gerais para os demais tipos de políticas (FREY, 2000; SOUZA, 2006).

Com base nos conceitos, abordagens e tipologias apresentadas sobre política pública pode-se melhor compreender como as decisões e ações do poder público frente aos problemas de relevância social identificados satisfazem as necessidades da sociedade.

Neste estudo da política pública é necessário que se faça sua distinção com as pesquisas de política social, pois enquanto o primeiro tem seu foco no processo, “por que”, “como”, a segunda usa o processo apenas como “pano de fundo” e seu foco está no que a política faz ou fez (SOUZA, 2007).

Buscando entender a política pública, abordaremos adiante o *policy cycle* (ciclo das políticas públicas). O estudo do ciclo de políticas públicas nos dá um aprofundamento maior no tema pesquisado visando compreendermos cada fase da política pública, posto que, as políticas públicas (*policies*), tem uma esfera de alta densidade política (*politics*) e esta fica evidenciada por relações de poder entre diversos atores do Estado e da sociedade.

2.2 Ciclo de Políticas Públicas

No processo de construção da política pública nota-se que ela se dá por fases que vão desde a definição da agenda até a avaliação da política. Segundo Frey (2000), ao subdividir o agir público em etapas, o “*policy cycle*” acaba se tornando interessante para a análise da vida de uma política pública. Neste sentido, este processo político-administrativo pode ser investigado quanto às constelações de poder, às redes políticas e sociais e às práticas político-administrativas de cada fase. Para Souza (2006, p. 29), o ciclo da política pública é constituído dos seguintes estágios: “definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação”.

Logo, a materialização de uma política pública passa por alguns processos de maturação e este processo de construção da política, será denominado de ciclo da política (*policy cycle*). A esse respeito, Agum, Riscado e Menezes (2015), entendem o ciclo de políticas públicas como uma forma de visualizar e interpretar a política pública em fases e sequências de maneira interdependente. Para eles, as fases de um ciclo de políticas públicas são: a identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação e avaliação (Figura 1).

Figura 1- Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: Agum, Riscado e Menezes (2015 p. 24).

A primeira fase é a da identificação, o problema se considera como “a discrepância entre o *status quo* e uma situação ideal possível. Um problema público é a diferença entre o que é, e aquilo que se gostaria que fosse à realidade pública”. Para que um problema se torne prioridade algumas circunstâncias são levadas em consideração: mobilização da ação política de grupos de interesses que possuem fortes recursos de poder; nos casos de crise, calamidade ou catástrofe; ou ainda quando representa uma oportunidade (VIANA; BAPTISTA, 2012).

A segunda etapa se dá pela formação da agenda, a qual é considerada “o conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes”. Portanto, a delimitação de uma agenda política será definida de acordo com os problemas que serão priorizados pelos políticos, sendo estes os

responsáveis diretos pela permanência ou até a exclusão de alguns temas (VIANA; BAPTISTA, 2012).

Na terceira etapa, da formulação de alternativas, ocorrerá a elaboração de métodos, estratégias e programas, visando alcançar os objetivos pretendidos. Pode-se dizer que nesta fase busca-se soluções para os problemas - na qual existe um diálogo entre intenções e ações. A formulação depende da investigação e da busca de opções e alternativas.

Após, vem a tomada de decisão, onde os atores envolvidos irão equacionar os interesses e explicitar suas intenções (objetivos e métodos), para o enfrentamento de um problema (SECCHI, 2013). Nesta fase os atores envolvidos desenham as metas a serem atingidas, os recursos a serem utilizados e o prazo de intervenção de tal política (VIANA; BAPTISTA, 2012).

Assim, as fases de formulação e tomada de decisão são importantes, pois são nelas que se definem os princípios e as diretrizes de uma determinada política. Porém, dificilmente os atores envolvidos nestas etapas tem conhecimento suficiente sobre o impacto das medidas propostas. Por isso, muitas decisões são adiadas para a fase de implementação (VIANA; BAPTISTA, 2012).

Na etapa da implementação, são produzidos os resultados concretos da política pública. Se puder dizer que “as políticas públicas são o governo em ação”, então a fase de implementação seria “as políticas públicas em ação”, pois é nesta fase que todos os planos saem do papel (SOUZA, 2006). A implementação é crucial no ciclo de uma política, pois neste momento uma definição feita anteriormente pode ser modificada ou mesmo rejeitada, mudando o rumo da política. Desta forma, novos pactos são estabelecidos, novos atores envolvidos, tendo início uma nova formulação e uma nova tomada decisão (VIANA; BAPTISTA, 2012).

A quinta etapa é a de avaliação. Segundo Costa e Castanhar (2003, p. 972):

A definição do que seja avaliação parece ser quase consensual. De acordo, com a Unicef (1990), por exemplo, trata-se do exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple o seu desempenho, implementação e resultados, com vistas à determinação de sua eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e a relevância de seus objetivos. O propósito da avaliação é guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa.

As avaliações podem ser vistas como promessas que não se realizam, ou muita burocracia e poucos resultados, ou ainda como controle excessivo (ALA-HARJA; HELGASON, 2000). Nesta fase são gerados os *feedbacks* de tudo o que já foi realizado na política pública até o presente

momento, compreendendo a definição de indicadores, critérios e padrões, para averiguar a efetividade da política implementada, frente ao problema que lhe deu origem.

Para Sabatier (1993), os efeitos de uma política pública só poderão ser concretos após dez anos de sua implementação, pois seria necessário um tempo para a maturação da política. Assim, buscaremos por meio da literatura existente verificar o fenômeno da expansão dos Institutos Federais, como um instrumento de política pública de educação profissional, que entrou na agenda durante o primeiro mandato do presidente Lula e teve sua implementação nos mandatos seguintes até 2014, no caso pesquisado.

Para uma maior compreensão acerca do foco desta pesquisa, detalharemos a fase de implementação, dentro do ciclo da política pública. Foi nesta etapa que os atores praticaram as ações que levaram à execução da Política Pública aqui pesquisada sobre a Expansão dos Institutos Federais, no caso em questão o Instituto Federal de Educação do Piauí e conseqüentemente a escolha das cidades para a instalação das unidades.

2.2.1 A fase de implementação

Ao tratar sobre a fase de implementação, percebe-se, com base na literatura, que esta é a etapa que menos é enfatizada pelos pesquisadores, pois a maioria dos estudos se dá na fase da formulação ou da avaliação (OLLAIK; MEDEIROS, 2011; SOUZA, 2007). Segundo estes autores a implementação perfeita é inatingível. Assim, para uma correta compreensão da fase de implementação, buscou-se a definição do termo:

Implementação: consiste em um conjunto de decisões a respeito da operação das rotinas executivas das diversas organizações envolvidas em uma política, no qual as decisões tomadas deixam de ser intenções e se tornam intervenção na realidade. A implementação se faz acompanhar do monitoramento, que é um instrumento de gestão das políticas públicas que tem por finalidade facilitar a consecução dos objetivos pretendidos com a política. (RUA, 2012, p. 35).

De acordo com esta definição, pode-se entender que é nesta etapa que serão produzidos os resultados concretos da política pública. Desse modo, torna-se importante estudar tal fase, pois nela é possível se perceber obstáculos e falhas enfrentados e cometidos nas etapas anteriores do ciclo e que poderão acarretar prejuízos ou mesmo impedimentos para o bom andamento da política implementada.

Outro conceito de implementação seria:

[...] é a fase de uma política pública durante a qual se geram atos e efeitos a partir de um marco normativo de intenções, de textos ou de discursos. É o conjunto de ações que pretendem transformar as intenções em resultados observáveis (MENY; TOENIG, 1992 apud SERAFIM; DIAS, 2012, p. 131).

Ao relacionarmos ao caso pesquisado, no caso do IFPI, tivemos leis e decretos para a implementação desta política, como a Lei 11.195/2005, Decreto 6.095/2007, Lei 11.892/2008, além dos Planos Plurianuais 2008-2011 e 2012-2015, e de documentos do Ministério da Educação.

Na fase de implementação, segundo a literatura pesquisada, existem dois modelos mais conhecidos: o modelo *top-down* (de cima para baixo) e o modelo *bottom-up* (de baixo para cima). No primeiro caso, existe uma separação clara entre as fases, a da tomada de decisão (políticos) e a da implementação (administração). Neste modelo existe uma visão funcionalista e tecnicista, e os autores defendem que exista uma “cadeia de comando” (SABATIER, 1993 apud SECCHI, 2013). Para Viana e Baptista (2012), este modelo compreende a política como se fosse uma “propriedade” dos formuladores situados no alto escalão. Dessa forma, a política será bem implementada se os demais atores cumprirem os objetivos estabelecidos nas etapas anteriores.

No segundo enfoque, *bottom-up*, existe uma maior liberdade entre os atores envolvidos, o formato inicial não é definitivo, ou seja, ele pode ser modificado ao longo da execução (SABATIER, 1993 apud SECCHI, 2016). Assim, verifica-se a influência nas rotinas e nos procedimentos daqueles que a implementam no dia a dia. Os burocratas envolvidos possuem uma maior discricionariedade neste tipo de implementação. Este modelo demonstra sua importância devido a certas decisões que deveriam ser tomadas durante a formulação, se darão apenas na fase de implementação, em decorrência de algumas informações conflitivas que só poderão ser resolvidas em etapas posteriores, ficando em aberto durante a tomada de decisão (VIANA; BAPTISTA, 2012).

Para Cavalcanti (2007, p. 231):

Todo o processo de implementação independentemente do tipo de controle que sobre ele é exercido, envolve um grau de discricionariedade. Aquele que delega a ação a ser implementada perde, de alguma maneira, uma quantidade de controle. Isso significa dizer que, mesmo em instituições onde a implementação da política está sujeita a um rígido controle hierárquico, existe algum grau de discricionariedade. Seu estudo permite identificar os fatores que influenciam a maneira pela qual a combinação de regras e discricionariedade se desenvolve e é levada a cabo pelos implementadores. Deve-se ter

em mente, tanto as características específicas das questões em jogo, quanto às forças econômicas, políticas e sociais.

Nessa perspectiva, verifica-se uma diferenciação fundamental entre os modelos, pois um terá seu foco nos documentos iniciais do processo (*top-down*), relegando a segundo plano a implementação em si. Já no modelo *bottom-up* o foco será como a política pública está sendo implementada. A partir da análise de “baixo para cima”, os atores responsáveis pela implementação passaram a ser compreendidos como elementos-chave (CAVALCANTE; LOTTA, 2015). No caso prático, se um analista de políticas públicas detectar falhas na dinâmica de implementação, os burocratas estão falhando, e se o problema for na elaboração de soluções e tomada de decisão, os políticos são os culpados pelos erros ocorridos.

Em decorrência dos acertos e dos erros desses modelos, um conjunto de estudos vem propondo um terceiro modelo para caracterizar as formas de implementação de políticas públicas, chamadas de “teorias híbridas”. Este enfoque deriva da terceira geração de implementação, após a década de 1980. Nele os autores visam suprir as lacunas encontradas nos modelos anteriores, mediante a composição e o ajuste dos conceitos e das hipóteses de ambos (RUA; ROMANINI, 2015).

De acordo com as supracitadas autoras podemos apontar dois modelos que embasam as teorias híbridas: o modelo interativo e o modelo interativo-iterativo. No primeiro enfoque, os autores o caracterizam por estágios dinâmicos de decisão em todas as fases da política. Caso seja implementada, poderá ser conforme tenha sido prescrita ou mesmo tomar novos rumos. Em todos esses momentos, os atores sociais e agentes públicos utilizam seus recursos de poder, que poderão levar a vários resultados potenciais para as políticas públicas. No modelo interativo-iterativo, a implementação se apresenta como um processo de ação contínua, no qual os diversos atores negociam o tempo todo, recorrendo aos mais variados recursos de poder. Neste modelo são privilegiadas as questões de poder, estratégia e interdependência.

Para Lima e Ascenzi (2013, p. 103), para além do modelo instituído, o êxito na implementação de uma política pública advém da clareza dos objetivos, pois estes são imprescindíveis para que “[...] os implementadores compreendam perfeitamente a política e saibam exatamente o que se espera deles”. Também temos como fator primordial ao sucesso desta etapa a previsão e disponibilidade de recursos, financeiros principalmente.

Em suma, compreender o papel dos implementadores no caso pesquisado, se houve um maior nível de discricionariedade ou se os formuladores deixaram os objetivos bem vinculados, ao ponto de diminuir as intervenções dos atores envolvidos na fase de implementação e se houve um maior grau de dissenso destas ações com os critérios e as diretrizes do Plano de Expansão, são pontos essenciais nesta investigação. Logo, conhecer o enfoque voltado para a análise de políticas públicas, por meio da literatura que estuda o tema, é fundamental para nos auxiliar na sustentação do caso pesquisado.

2.3 Análise de Políticas Públicas

A análise de políticas públicas tem, cada vez mais, se convertido em objeto de investigação, pois atrai a atenção de diversos grupos, dentre os quais gestores e pesquisadores, para se debruçarem sobre as diversas formas assumidas pela relação Estado-Sociedade (SERAFIM; DIAS, 2012).

Inicialmente deve-se buscar uma diferenciação entre os termos “análise de políticas públicas” e “avaliação de políticas públicas”. Para os supracitados autores, a análise envolve um conjunto de procedimentos significativamente mais complexos e exige um posicionamento ideológico do analista. Enquanto o avalista se ocupa fundamentalmente, dos resultados Cavalcanti (2005 apud SERAFIM; DIAS, 2012). Ainda de acordo com estes autores: “A Análise de Política enfatiza aspectos como os valores e os interesses dos atores que participam do jogo político, a interação entre eles, a arquitetura de poder e tomada de decisões, conflitos e negociações etc.” (SERAFIM; DIAS, 2012, p.126).

Para compreendermos a análise de políticas públicas, voltamos aos conceitos iniciais sobre políticas públicas e a definição que segundo Souza (2006), seria a mais conhecida, “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”, de Lasswell. Ao longo de sua carreira este autor desenvolveu um intenso trabalho de consolidação de uma ciência política e introduziu pela primeira vez o termo *policy analysis* (análise de políticas públicas). Sua obra contribui de forma decisiva para a estruturação do campo de análise das políticas públicas como uma ciência social aplicada (ARAÚJO; RODRIGUES, 2017).

Neste estudo, a análise de política pública coloca em pauta tanto a política quanto a política pública, procurando deste modo, conhecer as ações do governo, descrevendo-as, além de analisá-

la, buscando atenuar problemas sociais, por meio do aperfeiçoamento da política implementada (ESTEVÃO; FERREIRA, 2018). Ainda de acordo com os autores supracitados, existem diferentes tipos de análise:

(i) estudo do conteúdo das políticas: o analista procura investigar como uma determinada política surgiu, como foi implementada e os resultados obtidos; (ii) estudo da elaboração das políticas: dirige-se a atenção para questões inerentes às influências na formulação de políticas; (iii) estudo dos resultados das políticas: busca se explicar por que gastos e serviços variam em diferentes áreas, tentando compreender as políticas em termos de fatores sociais, econômicos, tecnológicos e outros; (iv) avaliação de políticas: procuram-se identificar os impactos advindos da política sobre a população; (v) informação para elaboração de políticas: trata de organizar dados para auxiliar os fazedores de política na tomada de decisões; (vi) defesa do processo de elaboração da política: os estudos são voltados para melhorar os processos de elaboração de políticas e a máquina do governo; (vii) defesa de políticas: o analista defende a adoção de ideias e opções no processo de elaboração de políticas. (HAM; HILL, 1993 apud ESTEVÃO; FERREIRA, 2018, p. 169).

Nessa perspectiva, Cavalcanti (2007) cita o Ean (Enfoque de Análise de Políticas Públicas) como o “conteúdo da política” e que por meio dessa análise poderemos descrevê-la, verificar seus impactos econômicos e políticos, investigar os efeitos dos vários arranjos institucionais e processos políticos, avaliar as consequências na sociedade, entre outros efeitos.

De acordo com Paiva (2015), ao fazer uma leitura do referencial nacional e internacional sobre análises de políticas, pressupõe-se que esta não deve se ater somente a partir de documentos formais, apesar de sua importância, mas também em práticas. Este enfoque se baseia na compreensão das disputas e conflitos de interesses, relacionando as ações dos atores (em suas ideias, crenças e valores), nas coalizões e no papel que as instituições desempenham nesta conformação. Além disso, é necessário identificar os interessados e suas estratégias: gestores, partidos políticos, movimentos sociais, profissionais da área, pesquisadores produtores de conhecimento sobre a temática, parlamentares, dentre tantos outros.

Logo, ao estudar o enfoque de análise das políticas públicas, verifica-se que este processo se preocupa com a complexidade dos processos democráticos, das relações de poder e interesses que circundam as definições dos programas, projetos e ações, bem como os resultados destas ações para toda a sociedade.

Assim, pesquisou-se a literatura sobre os atores envolvidos nas políticas públicas para entendermos o seu papel, haja vista que somente mais recentemente os estudiosos do campo passaram a olhar para a fase da implementação e conseqüentemente, para os diferentes atores que interferem na concretização das políticas (CAVALCANTE; LOTTA, 2015).

2.4 Atores de Políticas Públicas

Neste subitem iremos abordar a literatura acerca dos atores de políticas públicas, visando compreender o papel destes na construção da política e com foco na fase de implementação, objeto desta pesquisa. Neste contexto, nosso objetivo é tentar entender se as políticas planejadas pelo Estado de forma racional resultam no atendimento das demandas, conforme os objetivos formulados se existem interferências pelos atores envolvidos e se estes mudam o rumo da política.

Segundo Rua (2014), os atores políticos são aqueles que podem ser afetados positivamente ou negativamente pelo rumo tomado por uma determinada política pública. Ainda de acordo com a citada autora, podemos distinguir os atores em públicos e privados. No caso pesquisado, iremos focar nos atores públicos. Dentre eles, iremos definir duas categorias:

Políticos: são aqueles atores cuja posição resulta de mandatos eletivos. Por isso, sua atuação é condicionada principalmente pelo cálculo eleitoral e pelo pertencimento a partidos políticos. São os parlamentares, governadores, prefeitos e membros eleitos do Executivo federal. **Burocratas:** por sua vez, devem a sua posição à ocupação de postos de trabalho que requerem conhecimento especializado e que se situam em um sistema de cargos públicos. São burocratas todos os servidores públicos federais, estaduais e municipais que possuem esses atributos. Compreendem gestores de alto escalão, chefias intermediárias, e um vasto exército de servidores situados na base da administração pública, aparentemente sem grandes recursos de poder, que estão em contato direto e permanente com os cidadãos. (RUA, 2014, p. 4).

Nesse contexto, Rua (2014) ressalta que os burocratas controlam principalmente recursos de autoridade e informação. Para ela, estes atores possuem “clientelas”, além de projetos políticos pessoais ou organizacionais. Quando atuam em níveis intermediários ou inferiores, os burocratas podem ser vistos como “atores invisíveis”, já que não aparecem nos debates, porém, podem influenciar uma determinada política, com recursos de poder, como informação, conhecimento do processo administrativo e autoridade.

Dentro dessa perspectiva, esta categoria de burocratas pode ser dividida em três níveis: os burocratas de alto escalão, os burocratas de médio escalão e os burocratas de baixo escalão. Os burocratas de alto escalão ocupam os mais altos cargos dentro da burocracia, são os ocupantes dos cargos de natureza especial, seriam os secretários e secretários-executivos, ligados a presidência e aos ministérios.

Quanto aos burocratas de médio escalão, podemos definir como os atores que “desempenham função de gestão e direção intermediária (como gerentes, diretores, coordenadores

ou supervisores) em burocracias públicas e privadas” (LOTTA; PIRES; OLIVEIRA, 2015). São considerados o elo da burocracia, devido a sua posição entre o topo e a base.

O nível mais baixo também conhecido como “burocratas de nível de rua” são aqueles que interagem diretamente com a população. Buscando-se uma diferenciação entre o nível intermediário e o “nível de rua”, esta se encontra na responsabilidade dos primeiros que irão gerenciar equipes e consequentemente direcionar as ações do nível mais baixo da burocracia.

Com base nestas definições e relacionando ao caso em estudo, serão os burocratas de médio escalão os atores dentro da estrutura dos Institutos Federais os responsáveis pela implementação da política. Assim, faz-se necessário um aprofundamento maior sobre estes atores para conhecermos melhor a literatura e embasar nossa pesquisa.

2.4.1 Burocratas de Médio Escalão (BMEs)

Na busca pelo entendimento do papel destes atores denominados burocratas de médio escalão, sobre sua influência na fase de implementação de políticas públicas faremos um breve resumo da relevância dos BMEs.

Como dito anteriormente os BMEs são os burocratas que ficam no meio da hierarquia, sendo assim um elo entre o alto escalão e os burocratas do nível de rua. Para Cavalcante e Lotta (2015), em sua revisão da literatura sobre os BMEs, estes desempenham um papel técnico-gerencial e um papel técnico-político (PIRES, 2011 apud CAVALCANTE; LOTT, 2015):

No primeiro caso, as ações dizem respeito a como esses burocratas traduzem as determinações estratégicas em ações cotidianas nas organizações, construindo padrões de procedimentos e gerenciando os serviços e, portanto, **os burocratas implementadores** (WILSON, 1968; KAUFMAN, 1960; DALTON, 1959; CHETKOVITCH; KIRP, 2001; OLIVEIRA, 2009). No segundo caso, o papel técnico-político diz respeito a **como esses atores constroem negociações e barganhas relacionadas aos processos em que estão envolvidos e sua relação com o alto escalão.** (CAVALCANTE; LOTT, 2015, p. 93) (grifos dos autores).

Nesse sentido, percebe-se a importância desses atores tanto como burocratas implementadores, quanto com sua influência junto ao escalão mais alto construindo negociações e barganhas que afetarão diretamente a construção das políticas públicas. Relacionando ao caso do

IFPI, poderemos dizer então que os BMEs são peças fundamentais para o rumo da política implementada.

Ainda de acordo com os autores supracitados, observamos que diante das mudanças recentes do Estado, em diversos países, três movimentos reforçam a importância desses atores: a descentralização, que vem transferindo cada vez mais responsabilização das decisões aos níveis intermediários e baixos; a emergência de rede de governos colaborativos, que aumentou a influência destes gestores e a orientação voltada para os usuários dos serviços, ainda com base no *New Public Management* importante movimento da década dos anos 1980 (CAVALCANTE; LOTTA, 2015).

Para Floyd e Woldrigde (1992 apud CAVALCANTE; LOTTA, 2015), a burocracia intermediária participa não apenas do “fazer”, mas também do “pensar” no processo de construção da política pública. Logo, a BME é influenciada, tanto pelos objetivos estratégicos (desenvolvidos pelo alto escalão), dos quais deverá transpor para planos de ações na sua instituição, quanto pelos objetivos individuais (geralmente elaborados pelos executores).

Outro ponto importante no estudo dos burocratas são as três principais perspectivas para o exame de atuação destes atores no processo das políticas públicas. Segundo Cavalcante e Lotta (2015), elas podem ser a perspectiva estrutural, a ação individual e a relacional. A dimensão estrutural está diretamente relacionada aos preceitos de Max Weber, o comportamento dos atores seria baseado nas normas e estruturas formais das organizações nas quais atuam. De acordo com essa perspectiva, pouco se compreende em relação às outras burocracias, já que ela é percebida de forma estanque e predefinida dentro da hierarquia organizacional.

Na segunda perspectiva, a atuação dos BMEs é motivada pela maximização de seus próprios interesses e ganhos pessoais. Esta dimensão se caracteriza por um poder de iniciativa e potencial de empreendedorismo dos burocratas, deixando assim de ser um agente passivo como na perspectiva anterior; porém os BMEs ainda não estão inseridos quando se trata de redes sociais mais complexas. Na perspectiva relacional, neste caso são enfatizadas as relações que estes atores estabelecem com os demais atores do seu entorno.

Essa perspectiva surgiu nos anos mais recentes, a partir de modelos que buscam compreender o Estado e as políticas públicas numa ótica mais abrangente, considerando que as políticas são marcadas por múltiplas redes de atores internos e externos ao Estado capazes de alterar o desenho e os resultados das políticas. Essas novas abordagens, ancoradas nas ideias de governança e de redes sociais, buscam compreender o funcionamento das organizações estatais, considerando não a estrutura formal ou a

atuação individual dos agentes, mas, sim, como essas são condicionadas e alteradas pelas múltiplas interações com agentes estatais, privados ou sociais que, por meio das relações sociais, influenciam o Estado. (CAVALCANTE; LOTTA, 2015, p. 41).

Com base nessa perspectiva relacional, percebe-se a importância dos BMEs devido a interação entre os níveis hierárquicos, sintetizando e disseminando informações. Torna-se assim uma posição estratégica assumida por esses atores, pois não apenas regulam como essas relações se dão, mas também centralizam estas informações. Por fim, a atuação dos burocratas de médio escalão é caracterizada não apenas pelo seu perfil, mas também pelas interações que se envolvem, como visto na perspectiva relacional.

Corroborando ainda, de acordo com Pereira e Silva (2011 apud CAVALCANTE; LOTTA, 2015), outro fator relevante quanto aos BMEs são as competências gerenciais requeridas destes atores, tais como: cognitivas, funcionais, comportamentais e políticas. Contudo, de acordo com os autores nem sempre os BMEs dispõem destas competências.

Logo, importante se faz o estudo destes atores, que no caso pesquisado serão os implementadores da política no IFPI durante as fases do Plano de Expansão. Desta forma, nosso desafio foi compreender o papel destes gestores no contexto desta política, sua relação com o alto escalão e com o baixo escalão, e os feitos dessa atuação para a implementação das unidades do IFPI.

3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E OS INSTITUTOS FEDERAIS

Neste Capítulo discorreremos sobre a trajetória histórica da educação profissional, bem como as principais legislações relacionadas aos institutos federais, além disso, faremos um breve apanhado sobre a expansão destas instituições em todo o país.

3.1 Histórico da Educação Profissional no Brasil

A pesquisa sobre a compreensão do papel dos gestores públicos na implementação dos Campi do IFPI nos remete, de imediato, a história e a contextualização da Educação Profissional (EP) no Brasil. Assim, nesta seção faremos um relato sobre a história da educação profissional brasileira, desde o seu surgimento, sua trajetória até os dias atuais, pois estes conhecimentos servem para a compreensão das políticas públicas de educação. Tais fatos históricos marcaram a construção da EP no Brasil.

Ao buscarmos a trajetória histórica da EP no Brasil, pode-se perceber que sempre o ensino propedêutico, voltado para as elites, foi priorizado no nosso país, e que até o século XIX não existiam propostas mais sistematizadas para a educação profissional (ESCOTT; MORAES, 2012, p. 1493). Assim, apenas em 1809 foi criado o Colégio das Fábricas, por D. João VI então Príncipe Regente, que foi considerado como o começo da educação profissional no Brasil.

Posteriormente já na Década de 40 do século XIX surgiram as “Casas de Educandos e Artífices”, instaladas em 10 (dez) províncias, entre 1840 e 1865, sendo a primeira delas em Belém do Pará. E o objetivo destas instituições era “diminuir a criminalidade e a vagabundagem”.

A partir daí, no decorrer do século XIX, várias instituições, eminentemente privadas, foram surgindo para atender às crianças pobres e órfãs. Essas instituições tinham propostas direcionadas para o ensino das primeiras letras e a iniciação aos ofícios como a tipografia, a carpintaria, a sapataria, a tornearia, dentre outras. Nessa perspectiva, pode-se inferir que a educação profissional no Brasil nasce revestida de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de amparar os pobres e órfãos desprovidos de condições sociais e econômicas satisfatórias. (Escott & Moraes, 2012, p. 1494).

Já na segunda metade do século XIX foram criadas outras instituições sendo as mais importantes “Os Liceus de Artes e Ofícios”. Estas instituições ofereciam instruções nas partes teóricas e práticas, além da iniciação no ensino industrial (Parecer nº 16/99-CEB-CNE, p. 278). O

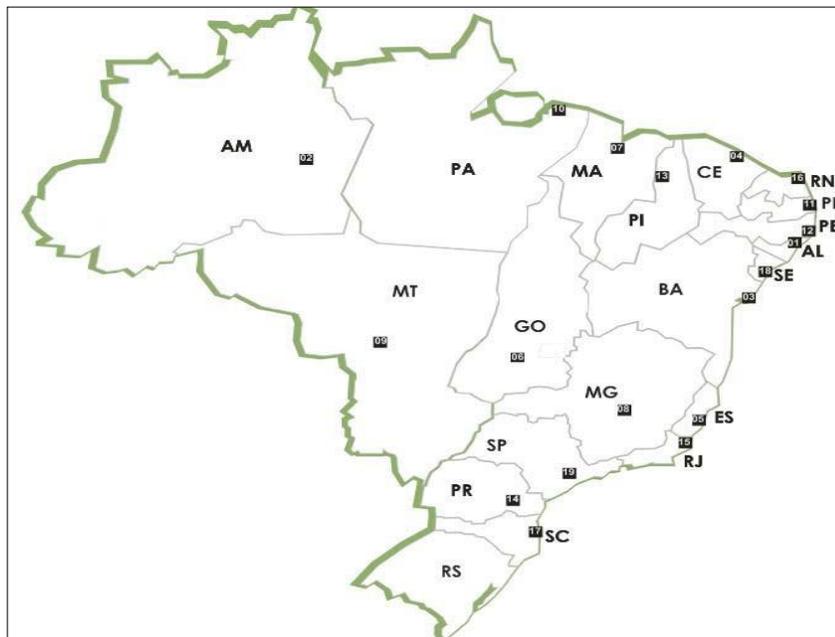
objetivo dessas instituições era amparar crianças órfãs e abandonadas, “os desvalidos da sorte”, percebe-se assim o cunho assistencialista da EP desde o seu surgimento.

Nesse período a economia brasileira era caracterizada como agrário-exportadora, de acordo com MEC (2009), e houve em 1888 a abolição da escravatura no Brasil, sendo que um ano após já se contava no território brasileiro com 636 fábricas, além de aproximadamente 54 mil trabalhadores neste ramo. Com a abolição da escravatura os ex-escravos se juntaram aos cegos, surdos, loucos e órfãos, os quais não tinham meio de subsistência (TAVARES, 2012).

No início do século XX houve um esforço público que buscava a organização da educação profissional. Em 1906 coube ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio a atribuição de coordenar essas atividades e esforços foram gerados no sentido de criar uma política voltada para o desenvolvimento do ensino industrial, comercial e agrícola (MEC, 1999).

Em 1909, após o falecimento de Afonso Pena, Nilo Peçanha assume a presidência do Brasil e sanciona o Decreto nº 7.566 que criou as 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, em diferentes unidades federativas, oficializando a criação da Rede Federal de Educação Profissional no país (TAVARES, 2012). Estas escolas destinaram-se ao ensino profissional, primário e gratuito (MEC, 2008a).

Figura 2 - Divisão geopolítica em 1909 e locais da instalação das Escolas de Aprendizes e Artífices



Fonte: MEC, 2009, p. 3.

De acordo com Viera e Souza (2016), o objetivo destas escolas eram formar operários e contramestres, por meio do ensino prático e conhecimentos técnicos. Além disso, como nesse período ainda inexistia a industrialização no Brasil, essa política pública tinha o viés moralista, formando o caráter pelo trabalho e retirando das ruas os assistidos por ela. Os primeiros cursos oferecidos nessas instituições foram tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas (VIEIRA; SOUZA, 2016).

Com o início da industrialização nas décadas de 1920 e 1930, ocorreram grandes mudanças, que exigiram a qualificação profissional da mão de obra, e a conseqüente valorização da educação profissional. Diante das mudanças econômicas decorrentes do fim do ciclo do café e a quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, consolidou-se os investimentos no parque industrial no Brasil (FAVRETTO; SCALABRIN, 2015).

Em 1927, o Congresso Nacional sancionou o Projeto Fidélis Reis, que tratava do oferecimento obrigatório do ensino profissional no país e em 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, as Escolas de Aprendizes e Artífices passaram a ser supervisionadas por esse Ministério. Já na Constituição de 1937, tratou-se pela primeira vez do ensino técnico e ainda neste ano com a Lei nº 378, essas escolas foram transformadas em Liceus Profissionais (VIEIRA; SOUZA, 2016).

Com o Decreto 4.127 de 1942 uma nova nomenclatura para as escolas foi criada, passando a serem intituladas de Escolas Industriais e Técnicas. Nesta época houve uma grande expansão do ensino industrial fomentada por uma política de criação de novas escolas industriais e pela abertura de novas especializações nas escolas existentes. Com base no decreto citado os alunos que se formavam nos cursos técnicos foram autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação, diminuindo o distanciamento entre a formação profissional e o ensino secundário para fins de acesso ao ensino superior (MEC, 2008a).

No período do Estado Novo (1937-1945), muitas mudanças aconteceram na educação do Brasil, por meio dos Decretos Leis, intitulados de Leis Orgânicas da Educação, dentre elas a Reforma Capanema, pelo Decreto Lei 4.244/42 (BRASIL, 1942), que reformulou o ensino. Com esta reforma foram criadas leis específicas para a formação profissional, em cada ramo da Economia (ESCOTT; MORAES, 2012). Os principais pontos abordados nesta reforma foram:

[...] o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio; o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão; os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os

cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades (MEC, 2008a).

Observa-se com base na literatura que as leis criadas nesta época enfatizaram a EP e esta passou a ter mais importância no cenário nacional. Pode-se atribuir este maior interesse ao início do processo de industrialização pelo qual o Brasil estava passando.

Ainda na década de 1940 foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI), todos os sistemas privados de educação profissional que, em parceria com o Estado, objetivavam atender as demandas por qualificação de mão de obra das empresas (VIEIRA; SOUZA, 2012; ESTEVO, 2016). Pode-se verificar assim que as empresas buscaram prover suas demandas de profissionais qualificados, não esperando apenas pelas políticas públicas da área. Nessas instituições foram ministrados preferencialmente cursos de formação rápida. Assim, a população que tinha urgência de qualificação para ascensão a um trabalho buscava essas instituições.

Segundo Estevo (2016), na história da EP no Brasil, verifica-se certa oscilação entre o financiamento público e o privado, para atender as demandas de formação de mão de obra, sempre com uma predominância dos recursos públicos.

Apesar de a industrialização ter começado no Brasil entre 1920 e 1930 foi na década de 1950 que ela tomou proporções maiores devido à instalação de empresas multinacionais no país, com isso veio à necessidade de maiores investimentos na qualificação da mão de obra (TAVARES, 2012). Todavia, no governo de Juscelino Kubitschek, segundo Pereira (2008, p. 73), a EP foi vista como uma educação utilitarista, imediatista e submissa ao mercado de trabalho, destoando do viés social inicialmente tencionado (FAVRETTO; SCALABRIN, 2015). Como exemplo disso, o setor de educação durante o governo JK recebeu 3,4% de investimentos previstos, com o objetivo de formar profissionais para atingir as metas de desenvolvimento do país (MEC, 2008a).

Nesse mesmo período ocorreu à ampliação da Rede Federal, e em 1959 as Escolas Técnicas Industriais são transformadas em autarquias, o que lhes deram maior autonomia, além da mudança na nomenclatura para Escolas Técnicas (TAVARES, 2012; ESTEVO, 2016). Baseado no decreto 47.038/59 art.56, essas instituições passaram a ter autonomia didática, administrativa técnica e financeira, observados os limites estabelecidos pela legislação vigente (BRASIL, 1959); marcando, assim, uma nova fase na história da EP no Brasil. Essas mudanças intensificaram a formação de

técnicos, sendo a mão de obra qualificada imprescindível para a aceleração da industrialização (MEC, 2009).

Com a promulgação da Lei nº 4.024/61, lei de criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) houve a equiparação do ensino profissional ao ensino acadêmico. Para Molinari (2017):

Segundo os autores mais otimistas, a partir da LDB de 1961 e com o fim do imperativo de exames e provas de conhecimentos apontarem a equiparação do ensino profissionalizante ao propedêutico, formalmente exauria-se a dualidade do ensino, suprimindo-se a injustiça para com aqueles que frequentavam os cursos profissionalizantes, embora tal circunstância não os habilitasse a seguir para o ensino superior.

Nesta nova legislação buscou-se encerrar a dualidade que existia entre o ensino para “elite condutora do país” e o ensino para “desvalidos da sorte”, permitindo assim que qualquer aluno que concluísse, seja o ensino técnico ou seja o ensino propedêutico teria acesso ao ensino superior (MEC, 1999). Entretanto, apesar das significativas mudanças trazidas por esta lei, para a EP, verificou-se que a dualidade estrutural não foi superada, pois continuavam existindo duas modalidades distintas de ensino (ESCOTT; MORAES, 2012, p. 1496).

Ainda na década de 1960 no ano de 1964 ocorreu a revolução militar e, neste período, a educação brasileira enfrentou várias modificações e com elas, veio a Lei nº 5.692/71, que reformou o ensino de primeiro e segundo grau. De acordo com o Parecer 16/99 (MEC, 1999), esta lei foi um capítulo marcante na história da EP, ao generalizar a profissionalização no ensino médio. Tal mudança aconteceu apenas no âmbito das escolas públicas estaduais e federais, pois as escolas privadas continuaram oferecendo os currículos propedêuticos, com o intuito de beneficiar as elites brasileiras (ESCOTT; MORAES, 2012, p. 1497).

Segundo Oliveira e Cossio (2013), no ano de 1966 a Escola Técnica do Rio de Janeiro começou a desenvolver projetos apoiados pela Fundação Ford, depois buscaram financiamento junto ao Banco Mundial para a implementação do curso de engenharia de operação para os estados do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Paraná, e a partir daí originou-se a Lei nº 6.545/78, que criou os três primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) no Brasil nos estados do RJ, MG e PR. No art. 1º da referida Lei, essas instituições foram autorizadas e assim puderam organizar e ministrar cursos de curta duração de Engenharia de Operação, com base no Decreto-Lei nº 547/69 (ANDRADE, 2014).

Para Quevedo (2016), a transformação em CEFETs das unidades do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, equipararam estas aos centros universitários, no âmbito da educação superior. Verifica-se assim o início da verticalização do ensino no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional.

No ano de 1982 por meio da lei nº 7.044/82, o Estado retorna à possibilidade das escolas oferecerem tanto o ensino propedêutico quanto o ensino profissionalizante, gerando um esvaziamento da EP no segundo grau (OLIVEIRA; COSSIO, 2013). Os motivos para o retorno ao modelo anterior a 1971 foram vários, dentre eles, a difícil implementação do modelo reformulado pela Lei nº 5.692/71 e a não concretização do milagre econômico nos patamares esperados de desenvolvimento (ESCOTT; MORAES, 2012).

Durante a década de 1980, no Brasil teve início a reforma do Estado, sob as bases da lógica neoliberal. Neste período devido à crise e a estagnação econômica na América Latina, houve uma estagnação também na educação pública em todo o país, além de algumas tentativas de privatização. Ao contrário disso, na rede privada de ensino este período foi de expansão (TAVARES, 2012). Ainda de acordo com o citado autor, esta década ficou conhecida como a “década perdida” e seguindo a lógica neoliberal, o Estado tornou-se o grande responsável pela crise mundial.

Nesse contexto, observa-se que a história da EP teve várias reformas e leis estruturantes, porém, a dualidade no ensino sempre permanecia. Percebe-se ainda que a EP teve sua trajetória alinhada ao projeto de nação e ao modelo de desenvolvimento de cada período (ESTEVO, 2016). Assim, a EP adaptou-se a cada fase política da história do Brasil, alternando entre maiores investimentos e estagnações, de acordo com as prioridades dos governos vigentes.

Apesar do cenário econômico em crise foi na década de 80 que o Brasil retomou o rumo da redemocratização, com o fim da ditadura militar e a eleição de José Sarney em 1985. Neste governo, por meio da Portaria Ministerial 67, foram criadas mais de 200 Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), vinculadas as Escolas Técnicas, porém, muitas não foram implantadas (ANDRADE, 2014).

Em 1988 houve a promulgação da Constituição, chamada de “Constituição Cidadã”, e em dezembro do mesmo ano começaram os estudos para a elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em decorrência das mudanças trazidas na nova CF/88 (QUEVEDO, 2016).

Já, na década de 1990 a eleição de Fernando Collor de Mello (1990-1992) representou muitas perdas para o campo social, dentre elas a educação. O governo de essência neoliberal adotou uma série de medidas reformistas como privatizações, abertura de mercado, cortes de verbas públicas, dentre outros. Nesse período o Banco Mundial ampliou suas funções técnicas e financeiras, interveio e modificou as agendas políticas no Brasil, tendo forte influência nos setores sociais, inclusive na educação (BUENO, 2015).

Segundo Bueno (2015), a educação básica, de acordo com o documento emitido pelo Banco Mundial, deveria continuar gratuita, mas o ensino secundário e o superior deveriam ser submetidos ao pagamento de taxas. Cabe lembrar que estamos falando de uma instituição financeira na qual a lógica é balizada pelo lucro, o que demonstra o seu viés voltado para o mercado e a não preocupação com o social.

Com a promulgação da Lei 8.948/94, que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais foram transformadas em Centro Federais de Educação Tecnológicos (CEFETs), por meio de decreto específico para cada unidade, levando em conta as estruturas físicas e de recursos humanos essenciais para o funcionamento de cada centro (MEC, 2008). Logo, o Sistema Nacional de Educação Tecnológica tornou-se referência para o desenvolvimento profissional. Tal ascensão deu-se em decorrências das novas áreas surgidas nas empresas e nas indústrias com as novas tecnologias (eletrotécnica, robótica, etc.) (MELLO, 2017).

Já na nova LDB, lei nº 9.394/96, um capítulo específico foi destinado a EP, e desta forma superou-se a visão apenas assistencialista do ensino técnico para um novo enfoque de inclusão social e profissionalização. O objetivo deste capítulo foi integrar todas as ações desenvolvidas dentro da EP aos diferentes níveis e modalidades existentes de educação, alinhando-os as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura (VIEIRA; SOUZA, 2016).

No entanto, de acordo com Favreto e Scalabrin (2015), devido a pressões sofridas pelo governo por instituições que almejavam a oferta de cursos baratos e de curta duração, publicou-se o Decreto 2.208/97, que regulamentou a EP e criou o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP (MEC, 2009). Para Mello (2017), este decreto foi fundado sob ideias do sistema financeiro internacional (BID - Banco Internacional de Desenvolvimento). Nele voltou-se a fortalecer a dualidade entre o ensino propedêutico e o ensino profissional. Além disso, ainda de

acordo com o autor supracitado, esse decreto ficou conhecido como a “Reforma da Educação Profissional”.

O reforço dessa dualidade visava atingir aos seguintes objetivos:

[...] a) evitar que Escolas Técnicas formem profissionais que sigam no Ensino Superior ao invés de ingressarem no mercado de trabalho, b) tornar os cursos técnicos mais baratos, tanto para a rede pública quanto para os empresários da Educação Profissional que desejam oferecer mensalidades a preços competitivos, e c) promover mudanças na estrutura dos cursos técnicos, de modo que os egressos possam ingressar mais rapidamente no mercado de trabalho e que as instituições de ensino possam flexibilizar os currículos adaptando-se mais facilmente às demandas imediatas do mercado (TAVARES, 2012).

Ao analisarmos as medidas adotadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso - FHC percebe-se uma mercantilização da educação em detrimento do papel do Estado. Com isso verifica-se uma expansão da rede privada. Assim, a EP dentro do ensino público passou a ter um papel secundário e de menor expressão na educação do país.

Ainda na década de 1990, com a promulgação da Lei nº 9.649/98, de acordo com seu artigo 3º, § 5º, que trata sobre a expansão de oferta da EP, “somente poderia ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, e estes seriam os responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino” (BRASIL, 1998). Com esta lei observou-se o degradingamento da EP, pois só poderiam ser ofertados cursos técnicos por convênios com estados e municípios, ONGs ou com o setor produtivo, conforme a lei, proibindo assim a expansão da Rede Federal de Educação Profissional por intermédio da União.

Nos governos FHC (1995-2002), por meio das reformas implementadas, verifica-se segundo Ortigara (2012), um alinhamento a lógica neoliberal além de fortes influências de organismos internacionais como o Banco Mundial e o BID. Nesse contexto, a EP passa a ter como objetivo, de acordo com os interesses do governo vigente, formar profissionais para atender as demandas do empresariado, e não trabalhadores com uma formação mais aprofundada e consciente do seu papel político na sociedade.

Em meio a tantas mudanças no ano de 1999 retoma-se o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, que havia sido iniciada no ano de 1978.

Em suma, no final do século XX e início do século XXI a EP caracterizou-se pelo aumento do dualismo entre o ensino técnico e o ensino propedêutico. Pode-se perceber também uma diminuição das ações implementadas pelo governo quanto às políticas públicas, mais

especificamente as políticas públicas de educação, ao transferir para outros organismos da rede privada este papel. Somente com a eleição de um novo governo democrático-popular em 2003 foram adotadas novas medidas que mudaram o rumo da EP com a retomada dos investimentos e mudanças nas legislações que impediam a expansão da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica (TAVARES, 2012).

Para Favreto e Scalabrin (2015):

Com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva em 2002 reacenderam-se as discussões sobre a necessidade de rever a legislação que separa o ensino médio e técnico, bem como de construir novas legislações. Assim, em 2004 o governo federal promulgou o decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004, que revogou o decreto n. 2.208/97, passando a adotar três modalidades de educação profissional: (i) formação inicial e continuada de trabalhadores; (ii) educação profissional técnica de nível médio; e (iii) educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Antes de adentrarmos no caso específico objeto desta pesquisa, o estudo de caso que pretende compreender o papel dos gestores públicos na expansão do IFPI, se faz necessária uma breve contextualização desse fenômeno no Brasil.

3.2 A política pública de expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil.

Apesar da pesquisa em questão ser intitulada “Expansão dos Institutos Federais”, esta política começou ainda no início do novo governo, quando essas instituições ainda eram chamadas de CEFETs. De acordo com MEC (2010):

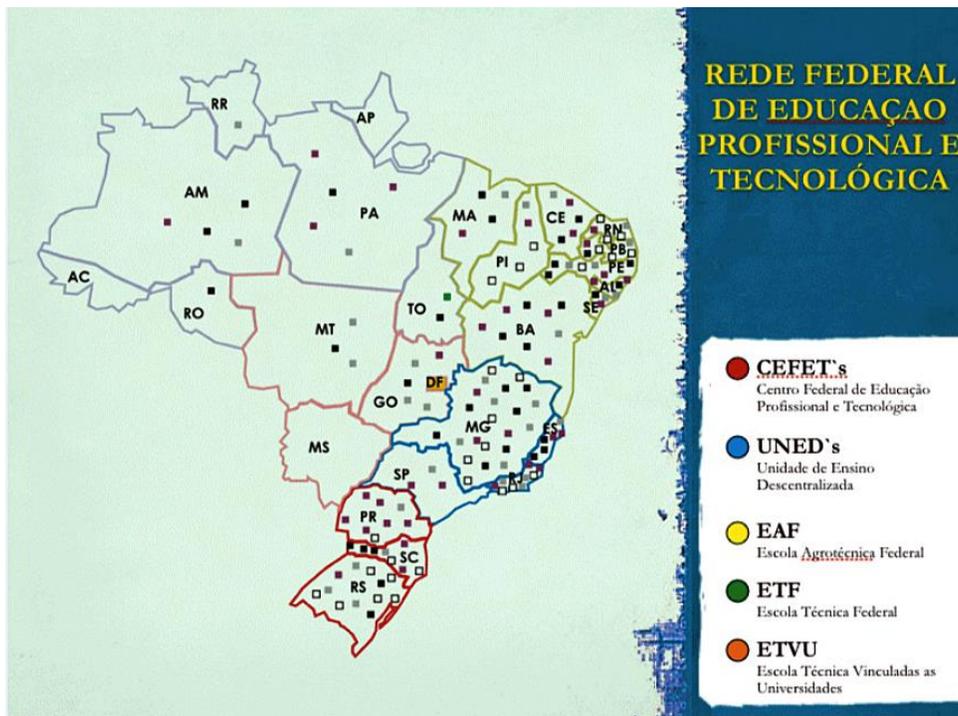
[...] a partir do ano 2003, a política do governo federal já apontava em outra direção. Essas instituições federais, situadas por todo o território nacional, historicamente voltada para a educação profissional e para o desenvolvimento econômico, criadas e mantidas com verbas públicas federais, defrontam-se com uma **política de governo** que traz em essência uma **responsabilidade social** – tradução das forças sociais que representa – como fio condutor de suas ações. A dimensão ideológica do atual governo, na verdade, faz aflorar um descompasso entre a trajetória das instituições federais de educação profissional e tecnológica e da própria educação profissional como um todo e o novo projeto de nação: se o fator econômico até então era o espectro primordial que movia seu fazer pedagógico, o foco a partir de agora desloca-se para a **qualidade social**. (grifos nossos)

No citado documento do Ministério da Educação intitulado “*Um novo modelo de educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes*”, percebe-se que este vê na educação uma forma de transformação, dando capacidade aos cidadãos de emancipação. A Educação Profissional no

Brasil começou assim a mudar o rumo que historicamente se conhecia, não apenas buscando o desenvolvimento econômico, mas também a reponsabilidade social. Com isso deu-se início um novo projeto de nação com foco na “qualidade social”.

Para uma melhor compreensão sobre a dimensão da política pública de educação implementada, que trata da expansão dos Institutos Federais no Brasil, de 1909, ano de criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, até 2002, a RFEPCT contava com 140 unidades. Somente com a instituição do novo governo em 2003 “se instaura uma nova concepção de EP e uma nova forma de condução dos rumos a serem percorridos por esta modalidade de ensino” (OLIVEIRA; CÓSSIO, 2013).

Figura 3 - Unidades Pré-existentis de 1909 a 2002



Fonte: MEC (2021).

Nesse contexto, a expansão da educação profissional e tecnológica integrou a agenda pública, aumentando o papel do Estado e buscando uma consolidação das políticas públicas desta área. O objetivo do governo federal era atuar com vistas a melhoria da EP articulando o desenvolvimento territorial sustentável e a inclusão social emancipatória dos cidadãos. Logo,

baseado nesses ideais, o governo tomou a decisão de ampliar o número de escolas EPT no Brasil (MEC, 2010).

Assim, em 2004, com o Decreto nº 5.154 e a revogação do Decreto nº 2.208/97, deu-se início às mudanças e a abertura para a oferta de cursos técnicos por intermédio da União, retomando a probabilidade de conexão entre a EP e a educação básica (MELLO, 2017). Ainda em 2004 tivemos o Decreto 5.224/04, outra legislação importante no âmbito da educação profissional, pois essa tratava da organização dos CEFET's.

Ainda nesse sentido, de acordo com Oliveira (2016), o Plano de Expansão da Rede Federal englobou três dimensões: a social, a geográfica e a do desenvolvimento. O objetivo destas dimensões eram ampliar o número de vagas, fomentar o desenvolvimento regional, além de buscar a manutenção dos profissionais qualificados no interior potencializando a função social dos IF'S e das Universidades nessas regiões (MEC, 2010). Segundo Oliveira (2016), a Expansão se deu em três fases, iniciadas nos anos de 2005, 2007 e 2011, respectivamente. As duas primeiras no governo Lula e a terceira no governo de sua sucessora Dilma Rousseff.

No ano de 2005, o governo federal lançou a primeira fase do Plano de Expansão da RFEPCT, dando continuidade ao processo já iniciado nos anos anteriores de discussão entre o governo e a sociedade, que foram representados por diversos atores e instituições, dentre eles, instituições públicas e privadas da área da educação, entidades acadêmicas e de classe, órgãos governamentais, educadores, deputados, gestores educacionais, pesquisadores, dentre outros, sobre a educação profissional e tecnológica (OLIVEIRA, 2016).

Ainda em 2005, com a Lei nº 11.195/2005, ocorre de fato o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da RFEPCT e a construção de 64 unidades (MEC, 2008). A criação de novas unidades de ensino se deu preferencialmente em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, o que possibilitou, legalmente, a retomada da expansão da Rede.

No documento do MEC (2005) intitulado “Plano de Expansão da Rede Federal”, para a Fase I constam os objetivos gerais e específicos dessa fase. O objetivo geral inicialmente proposto foi de “ampliar a área de atuação da RFECT, que na época era de 144 unidades para mais 38 unidades entre Escolas Agrotécnicas e Unidades de Ensino Descentralizadas” (MEC, 2005).

Já nos objetivos específicos, segundo o citado documento:

Implantar Escolas Federais de Formação Profissional e Tecnológica nos estados ainda desprovidos destas instituições, além de preferencialmente em periferias de grandes

centros urbanos e municípios interioranos, distantes de centros urbanos, cujos cursos estejam articulados com as potencialidades locais de mercado de trabalho (MEC, 2005).

Baseado no citado documento pode-se perceber que ainda existia Estado da Federação que não possuía nenhuma instituição federal de educação profissional tecnológica como Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal. Diante dessa realidade a necessidade da criação de novas unidades. Assim, de acordo com o Plano seriam criadas: 05 Escolas Técnicas Federais e 04 Escolas Agrotécnicas Federais, além da implantação de 33 novas UNED's.

Com essas novas unidades o governo pretendeu abranger mais de 1500 municípios brasileiros, criando mais de 74 mil novas vagas nos cursos técnicos de nível médio e cursos superiores de tecnologia. Além disso, a proposta seria de criação de mais de 5 mil postos de trabalhos e um aporte de quase 100 milhões de reais para a construção das unidades e a compra de equipamentos (MEC, 2005).

Para Souza e Silva (2016) os critérios adotados na fase I que visavam atingir os estados ainda desprovidos, as periferias dos grandes centros e os municípios interioranos tinham como objetivo maior garantir a presença do poder público nos espaços não contemplados no modelo de desenvolvimento anterior, que priorizavam as regiões mais desenvolvidas economicamente.

Ainda em 2005, mais um evento importante dentro da história da RFECT foi a transformação do Cefet Paraná em Universidade Tecnológica do Paraná, sendo a primeira universidade desta modalidade no país. Outros cefets após esta transformação também vislumbraram tal realidade como o CEFET-RJ e o CEFET-MG, porém não se concretizou esse ideal.

Dois anos mais tarde, já no ano de 2007, o Governo Federal lançou a Segunda Fase do Plano de Expansão, que iria de 2007 a 2010. Esta nova fase teve como tema “Uma escola técnica em cada cidade-pólo do país” (MEC, 2010).

O documento que lançou a Fase II foi a Chamada Pública 001/2007 da SETEC-MEC, na qual constam os critérios que foram utilizados como: distribuição territorial equilibrada das novas unidades; cobertura do maior número possível de mesorregiões; sintonia com os Arranjos Produtivos Locais; aproveitamento de infraestruturas físicas existentes; identificação de potenciais parcerias (MEC, 2010). Com isso o governo Lula objetivou a construção de mais 150 novas escolas para a segunda fase, que junto as unidades da fase I chegariam a 214 novas unidades.

Corroborando nesse sentido Sousa e Silva (2016) relata que se contabilizarmos as 214 novas unidades até 2010 e, com mais a soma das 140 Escolas Técnicas pré-existentes teríamos um total de 354 escolas da RFECPT.

Para Pacheco, Pereira e Domingos Sobrinho (2010, p. 73):

Um aspecto importante, pois inovador, a ser destacado na execução desse Plano de Expansão foi **a priorização de critérios técnicos, em detrimento de critérios políticos** (diga-se clientelísticos), como tem sido comum na gestão das políticas públicas, para a definição das áreas geográficas e municípios onde deveriam ser instaladas as novas unidades. Por ter a expansão objetivos bem definidos quanto à elevação da oferta de matrículas, interiorização da rede, criação de instituições em Estados e Municípios antes não beneficiados, a metodologia utilizada teve de se pautar, portanto, pelo respeito a análises, dados estatísticos e outros de instituições credenciadas, como o IBGE, Ipea, Inep, MDS, dentre outras, que pudessem contribuir para identificar as mesorregiões e cidades-polo necessárias à sua concretização. **(grifo nosso)**

Durante esse período outro marco importante além da Expansão da RFECT foi a publicação da Lei 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Tecnológica e os Institutos Federais. Com ela foram criados 38 Institutos Federais e em seu art. 2º trouxe a definição dessas novas instituições:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (BRASIL, 2008)

Apesar das inovações trazidas pela nova lei ela garante em seu Art. 8º o mínimo de 50% das vagas das novas instituições para os cursos técnicos de nível médio, 20% para os cursos de licenciaturas, visando a formação de professores da educação básica e o restante para os demais cursos. Com isso o governo buscou manter o objetivo principal dos IFs que é a educação profissional.

Outra mudança trazida pela Lei 11.892/2008 foi quanto a estrutura organizacional que passou a ser composta por: a) um Colégio de Dirigentes e um Conselho Superior (Órgãos Superiores); b) a Reitoria composta por um Reitor e cinco Pro-Reitores (Órgão Executivo); c) Os Campi serão dirigidos por Diretores Gerais, nomeados pelo Reitor (BRASIL, 2008).

Diante dessa nova estrutura organizacional esses atores formaram a Burocracia de Médio Escalão conforme já citado por Lotta, Pires e Oliveira (2014, p.465) “atores que desempenham

função de gestão e direção intermediária (como gerentes, diretores, coordenadores ou supervisores) em burocracias públicas e privadas”.

Já no ano de 2011 houve a mudança de governo e a presidente eleita Dilma Rousseff continuou com o projeto de expansão, anunciando em agosto de 2011 a terceira fase da expansão. Nesta fase houve a implantação do novo Plano Nacional de Educação com vigência de 2011 a 2020. Nele a proposta seria de implantação de 60 unidades por ano, o que levaria a Rede a um total de 1000 unidades até o final do ano de 2020.

Na fase III, o objetivo foi ampliar a presença dos Institutos Federais em todas as microrregiões do Brasil, com isso cada uma das 558 microrregiões deveria contar com pelo menos uma unidade dos IFs. Nessa fase (2011-2014) foram inauguradas mais 208 unidades, com um investimento de 3,3 bilhões (MEC, 2014).

De acordo com o site do MEC, a Rede Federal vivenciou a maior expansão de sua história. No período de 2003 a 2016, o Ministério da Educação concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 campi em funcionamento (BRASIL, 2018).

Ainda nesse sentido, Anjos e Roças (2017, p. 18-19):

Desde a implantação do plano de expansão, os governos Lula e Dilma deixaram o País com mais de 660 unidades escolares de formação profissional, com capacidade para atender quase um Milhão de matrículas distribuídas em cursos que vão desde a qualificação inicial de trabalhadores até a Pós-graduação. Além da construção dessas novas escolas, o governo Lula federalizou e incorporou à rede federal quase três dezenas de escolas comunitárias que haviam recebido recursos do extinto Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep) de governos anteriores.

Para uma melhor visualização dos critérios estabelecidos pelo MEC para as três fases da expansão dos institutos federais de acordo com os documentos já citados (Plano de Expansão, Chamada Pública 001/2007, entre outros), segue quadro resumo.

Quadro 1 - As três fases da expansão dos institutos federais e os critérios adotados

Fases da Expansão	Critérios
Fase I (2005 a 2007)	a) Proximidade da escola aos arranjos produtivos instalados em níveis local e regional; b) Importância do município para a microrregião da qual faz parte; c) Valores assumidos pelos indicadores educacionais e de desenvolvimento socioeconômico; d) Existência de potenciais parcerias para a implantação da futura unidade; e) Atender a pelo menos uma das três seguintes diretrizes: e.1) estar localizada em uma Unidade da Federação que ainda não possui instituições federais de educação profissional e tecnológica instaladas em seu território; e.2) estar localizada em alguma das regiões mais distantes dos principais centros de formação de mão de obra especializada; e.3) nos casos em que o município selecionado pertencer a uma região metropolitana, a escola deverá estar situada nas áreas de periferia.
Fase II (2007 a 2010)	a) Distribuição equilibrada das novas unidades (distância mínima de 50 km entre os novos <i>campi</i>); b) Cobertura do maior número possível de mesorregiões; c) Sintonia com os arranjos produtivos locais; d) Aproveitamento de infraestrutura física existente; e) Identificação de potenciais parcerias.
Fase III (2011 a 2014)	a) População dos Estados em relação à população total do Brasil; b) Presença das redes federal e estadual de educação profissional tecnológica nos Estados (esta última apoiada pelo Programa Brasil Profissionalizado); c) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de cada Estado; d) Jovens de 15 a 24 anos cursando os últimos anos do ensino fundamental (6º ao 9.º ano) em relação à população jovem do Estado; e) Número de mesorregiões e municípios presentes em cada unidade da Federação.

Fonte: SETEC/MEC apud TCU (2012, p;6-7) – Adaptado pela autora

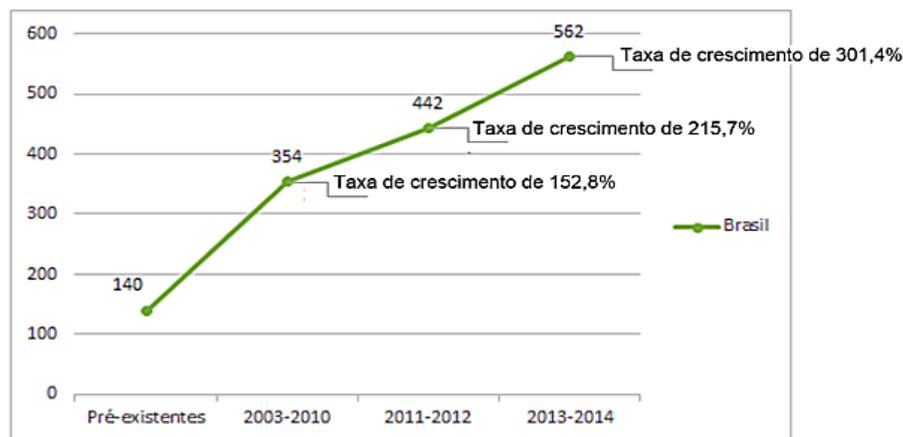
Pode-se perceber de acordo com os critérios da Fase inicial, que o objetivo da Expansão era estar presente em todos os Estados da Federação que fossem municípios importantes para a microrregião e aproximar as instituições aos APLs.

Na segunda Fase o governo continua com o objetivo da interiorização da educação, dessa vez com mais unidades, e a escolha dessas unidades levaria em conta a importância das cidades para as mesorregiões nas quais estavam inseridas. Buscaram-se ainda parcerias com outras entidades da federação, doação de infraestruturas ou de terrenos para a implantação dessas unidades.

Para a fase III, os critérios foram aperfeiçoados e buscou-se uma relação entre a população do Estado com a população do Brasil, número de jovens entre 15 e 24 anos, que estivessem cursando entre o 6º e o 9º, em relação a população jovem do Estado, dentre outros.

No gráfico 1 é possível observar a evolução da Rede Federal de 2003 a 2014, desde a pré-expansão em 2003 até a terceira fase, de acordo com as informações encontradas no Relatório do TCU (2013) e no site do MEC (2014).

Gráfico 1 - Evolução da RFECT de 2003 a 2014

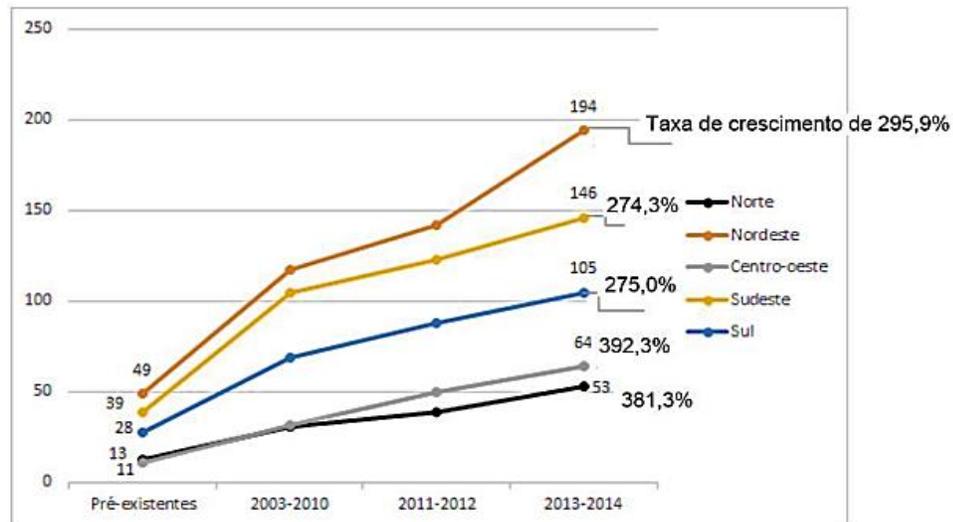


Fonte: MEC/SETEC/SISTEC

Com base nas informações do gráfico vê-se o crescimento da Rede Federal entre a pré-expansão e a fase III da expansão. Pode-se assim verificar a dimensão dessa política com o aumento significativo do número de unidades em mais 300%. Além disso, de acordo com as informações do Ministério da Educação, houve uma evolução do orçamento investido que no período 2003-2010 a Rede Federal saiu de 0,9 para 3,9 bilhões (fases I e II) e até o ano de 2014 chegou a 9 bilhões (MEC, 2015).

Ainda nesse sentido, Silva (2018) trata sobre a expansão da Rede por Região no Brasil. De acordo com este autor a Região Nordeste antes da expansão já concentrava o maior número de unidades e após as fases da expansão continuou aumentando, mesmo não sendo esta região a de maior população. Desta forma, evidencia-se que os critérios utilizados para essa política priorizava também outros fatores.

Gráfico 2 - Taxa de crescimento dos IFs no Brasil por Região.



Fonte: MEC/SETEC/SISTEC

O gráfico 2 mostra a quantidade de unidades e a taxa de crescimento de cada Região do país durante a Expansão da Rede Federal no período de 2003 até 2014. Nela verifica-se que a Região Nordeste concentra o maior número das unidades da Rede com 194, seguida pela Região Sudeste, com 146, Região Sul, com 105, a Região Centro-Oeste, com 64 e a Região Norte, com 53.

Em termos percentuais pode-se observar que a Região Centro-Oeste foi a que mais se destacou, porém, esta região assim como a Região Norte antes da Expansão ainda possuía alguns estados que não contavam com nenhuma unidade da RFEPCCT.

Na Região Nordeste, ao se examinar mais detalhadamente por Estado e o número de unidades implementadas por fase, verifica-se que o estado que teve o maior número de unidades implementadas foi a Bahia e o de menor número foi Sergipe, porém, ao relacionarmos o número de unidades proporcionalmente a população de cada estado do Nordeste, o Piauí foi o estado contemplado com o maior número de unidades implementadas (CONIF, 2021).

Outro fator importante enfatizado com a implementação dessa política foi a interiorização da educação profissional em todo o país. Nesse sentido, o TCU (2013), em seu relatório sobre a expansão da REFCT, observou que 85% das escolas/campi estavam sendo construídas fora das

capitais. Além disso, 176 Campi estavam em municípios com menos de 50.000 habitantes, e dentre eles, 45 em municípios com menos de 20.000 habitantes (TCU, 2013).

Figura 4 - Expansão dos Institutos Federais de 2003 a 2014



Fonte: Site do MEC

Com base na figura 4, vê-se as dimensões propostas pela política de Expansão dos IFs, que teve como dimensões: a questão social, percebe-se o maior número de unidades no Nordeste, que historicamente concentra os Estados mais pobres da federação; a dimensão geográfica, pois as unidades estão presentes em todas as regiões do Brasil; além do consequente desenvolvimento regional, por meio da qualificação da população local.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os métodos e técnicas de pesquisa utilizados para o alcance dos objetivos pretendidos neste estudo. Deste modo, serão abordados o tipo de pesquisa, os participantes, o método para a coleta de dados, além do tratamento e análise dos dados, e as principais características da pesquisa.

Neste sentido, para o resgate do processo de criação e expansão do Instituto Federal de Educação do Piauí, e mais precisamente compreender a fase de implementação das unidades, com foco na atuação dos atores envolvidos, fez-se necessário usar um contorno histórico e assim propôs-se a utilização de uma pesquisa qualitativa, com o fim de alcançar o sentido político que orientou a implantação da política pública educacional de expansão do IFPI.

Para Creswell (2009), a natureza de uma pesquisa pode ser qualitativa, quantitativa ou mista. A pesquisa qualitativa tem como objetivo compreender valores, motivações e fenômenos, sua abordagem é observacional e na dimensão do pesquisador, este é participante do fenômeno. Quanto a coleta de dados, neste modelo se dá de forma não estruturada e na análise de dados ela é não estatística, subjetiva e interpretativa (DICKER, 2009).

Cabe ao pesquisador, após a definição da natureza da pesquisa, no caso aqui definida como qualitativa, selecionar qual a estratégia de investigação a ser utilizada. Segundo Creswell (2009), as estratégias de investigação podem ser: pesquisa narrativa, fenomenológica, etnográfica, teoria fundamentada nos dados e estudo de caso. Nesta investigação a estratégia utilizada foi o estudo de caso.

Segundo Yin (2010, p. 32), “[...] o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real”. Nessa perspectiva, Fonseca (2002 apud SILVEIRA, 2016, p. 33):

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador.

Assim, utilizou-se o estudo de caso como estratégia para esta investigação, pois o objetivo maior é compreender em maior profundidade o “como” e o “por quê” do fenômeno da expansão do Instituto Federal de Educação do Piauí, com foco na ação dos gestores públicos envolvidos.

4.1 Fonte dos dados

A compreensão do processo de implementação da política pública de expansão da Educação Profissional por meio da interiorização dos Campi dos IFs, com foco nos atores da burocracia de médio escalão é abordada nesta pesquisa a partir do estudo do caso do Piauí. Por esse motivo, foram coletadas informações sobre esse processo em documentos e entrevistas com atores que participaram deste processo.

O *locus* de coleta dos documentos foi Gabinete da Reitoria do IFPI e Pro Reitoria de Desenvolvimento Institucional, para os documentos internos (Projetos Políticos Institucionais, Estudos Preliminares, Propostas de Implantações dos Campi, Estudos de Abrangência, Termos de Adesão das prefeituras, entre outros), site da SETEC-MEC para os Relatórios de Gestão de 2005 a 2014, Planos de Expansão e demais informações sobre a Expansão dos IFs, site do IFPI para os Relatórios de Gestão, Regimento Interno, Portarias, Planos de Desenvolvimento Institucionais.

Na fase da análise de conteúdo, utilizaram-se alguns documentos, como: o projeto de implantação dos campi do Instituto Federal do Piauí entre os anos de 2005 e 2014, as normas legais, planos plurianuais de 2008-2011 e 2012-2015, Chamada Pública MEC/SETEC Nº 001/2007. Além disso, foram analisados documentos internos como os Planos de Desenvolvimento Institucionais, entre outros, de modo que permita verificar a atuação de cada ator envolvido no processo de formação e implementação da política pública objeto do presente estudo.

Quanto à coleta de dados, utilizou-se da entrevista semiestruturada que, segundo Gil (2010), admite certa liberdade ao entrevistado, porém mantendo o foco nos pontos importantes abordados pelo entrevistador. Além disso, a entrevista semiestruturada ainda concede ao entrevistador a possibilidade de acrescentar novas questões, caso entenda ser necessário. Esta técnica de pesquisa tem como função principal revelar determinados aspectos do fenômeno estudado, em que o pesquisador não pensaria de maneira espontânea, completando assim as pistas de trabalho sugeridas por sua leitura (QUIVY, 2013, p. 69). Neste estudo, as entrevistas foram realizadas com os gestores envolvidos na implantação dos campi do Instituto Federal do Piauí.

Deste modo, as entrevistas nos permitiram captar a noção que os gestores tiveram da realidade que se pretende estudar, da implementação das unidades do IFPI, buscando descobrir o modo de atuação dos atores envolvidos no processo decisório e como as decisões influenciaram no rumo da política pública objeto do estudo. As questões da entrevista semiestruturada foram elaboradas de forma aberta, buscou-se assim uma flexibilização durante o momento das entrevistas, além da possibilidade de desvendar novas indagações-chaves, agregando valor ao estudo de caso.

As entrevistas foram feitas in loco e por vídeo conferência de acordo com a disponibilidade dos entrevistados e devido aos protocolos de segurança da pandemia de Covid-19.

Neste sentido, de acordo com Van Kaan (1959 apud GIL, 2010), alguns critérios devem ser levados em consideração na seleção dos entrevistados como habilidades para se expressar facilmente com palavras, saber escrever ou reportar-se ao que ocorre consigo ao longo do tempo e ter experiência relativamente recente com o caso investigado. Portanto, na escolha dos participantes o pesquisador optou por selecionar os participantes que tivessem informações relevantes sobre o tema pesquisado, baseado na experiência vivida.

Assim, de acordo com os critérios inicialmente definidos pela SETEC-MEC, nas três fases da expansão, optou-se pela entrevista de: 02 (dois) Reitores, 03 (três) Pró-reitores, 01 (um) Diretor de Desenvolvimento Institucional e de 03 (três) Diretores Gerais do IFPI, sendo estes últimos, 01 (um) de cada fase da expansão, totalizando 09 (nove) entrevistados. Para o roteiro das entrevistas buscou-se como temas centrais: o papel dos gestores do IFPI; mudança percebida a partir da Lei 11.892/2008; a percepção dos gestores sobre as fases da expansão do IFPI; percepção dos gestores sobre sua atuação no processo de formulação da política; percepção dos gestores sobre o processo de expansão em si (sobre os fatores que levaram a expansão e a escolha das cidades); papel dos gestores no processo de implementação (seguiram estritamente as diretrizes do MEC).

Nesse sentido, as entrevistas desses gestores públicos (burocratas) do IFPI mostraram-se relevantes, pois esses atores desempenharam papéis técnico-gerencial e técnico-político, na política estudada. Com isso para a escolha destes gestores levou-se em conta a participação no processo de Expansão, além da posição que ocuparam e as ações que realizaram. Após, foi feita a transcrição e a análise de conteúdo, visando compreender o papel destes gestores e sua influência no ajuste da política implementada.

5 O CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ

Neste capítulo foi abordado o caso específico do Instituto Federal do Piauí e o papel dos gestores públicos (burocratas da instituição) quanto a expansão das unidades. Assim, apresentou-se um breve relato das principais informações do estado do Piauí, também um apanhado do histórico da Instituição desde sua criação, as unidades implantadas, a estrutura organizacional e os gestores públicos entrevistados. Por fim, foram analisados documentos institucionais como Planos de Desenvolvimentos Institucionais, Projetos Políticos Institucionais de Implantação dos Campi, Relatórios de Gestão do IFPI e as informações obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas dos gestores da instituição envolvidos na fase de implementação.

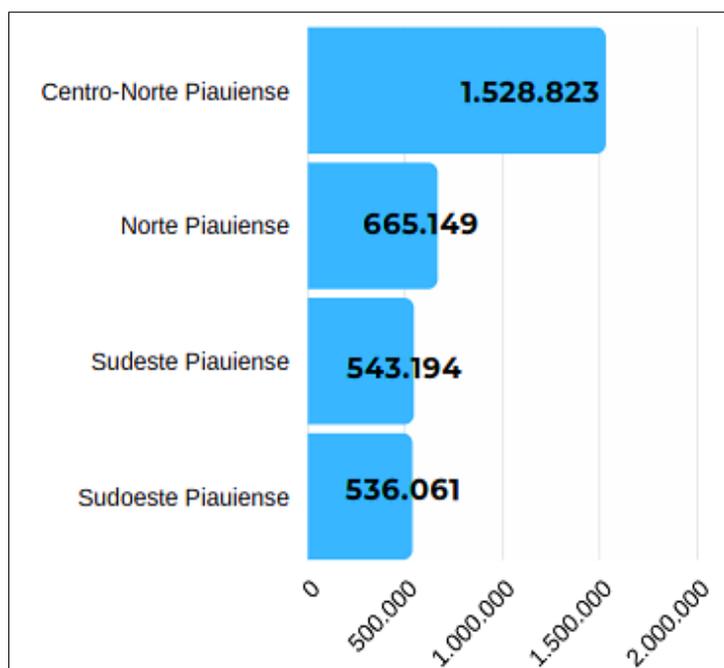
5.1 O Estado do Piauí

O estado do Piauí ocupa uma área de 251.765,515 km², equivalente a 2,9% do território nacional. Faz parte da Região Nordeste do país e em termos de área é o terceiro maior da região, ficando atrás apenas da Bahia e do Maranhão. Está dividido em 04 mesorregiões (Norte Piauiense, Centro-Norte Piauiense, Sudoeste Piauiense e Sudeste Piauiense) e em 15 microrregiões (Alto Médio Gurguéia, Alto Médio Canindé, São Raimundo Nonato, Bertolândia, Alto Parnaíba Piauiense, Floriano, Pio IX, Chapadas do Extremo Sul Piauiense, Valença do Piauí, Campo Maior, Picos, Teresina, Litoral Piauiense, Baixo Parnaíba Piauiense e Médio Parnaíba Piauiense).

Possui 224 municípios e tem limites com os estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Maranhão e Tocantins. Nele moram 3.118.360 habitantes, de acordo com o último censo em 2010 e tem uma densidade demográfica de 12,40 hab/km². O Índice de Desenvolvimento Humano do estado é de 0,646 e o rendimento mensal domiciliar per capita gira em torno de 827,00 (IBGE, 2010).

Figura 5 - Divisão Territorial do Piauí em mesorregiões

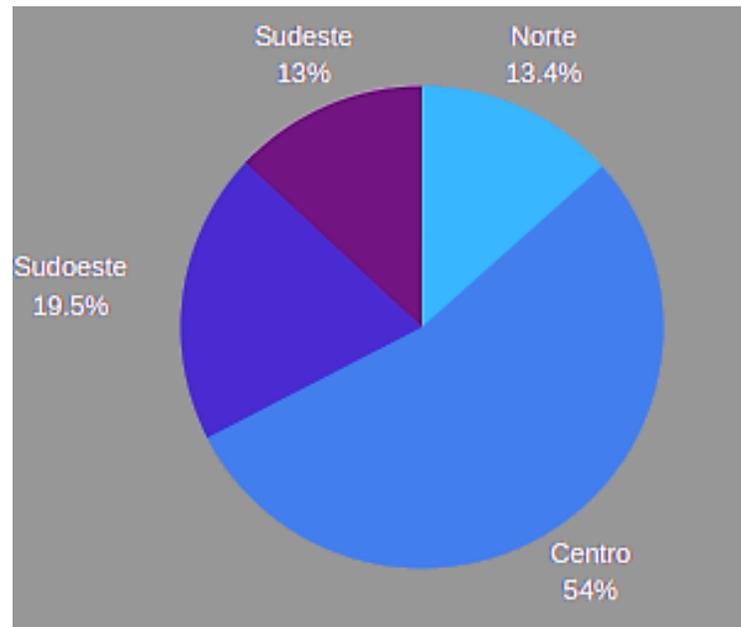
Fonte: MEC, 2020

Figura 6 - Distribuição da população em mesorregiões

Fonte: MEC, 2020, com base em IBGE- Estimativas Populacionais, 2019.

Ao levarmos em conta a divisão do estado por mesorregiões podemos observar que no Norte Piauiense os municípios pólos são: Parnaíba, Piripiri e Barras. Já na mesorregião do Centro Norte os municípios que se destacam são: Teresina, Campo Maior e União. Essa mesorregião é responsável por 54% do PIB do Estado e nela o setor de serviços é o que mais se destaca. Outra mesorregião é a do Sudoeste Piauiense que tem como principais municípios: Floriano, São Raimundo Nonato e Corrente. E a quarta mesorregião é a do Sudeste Piauiense que tem como municípios pólos: Picos, Oeiras e São João do Piauí (MEC, 2020). Segundo o gráfico 3 onde pode-se observar a participação relativa de cada mesorregião no PIB do Estado do Piauí.

Gráfico 3 - Participação relativa das mesorregiões no PIB do estado.



Fonte: MEC, 2020.

Na atualidade, o estado do Piauí é organizado, conforme a Lei Complementar 87 de 2007, que foi atualizada pela Lei nº 6.967/2017, em Territórios de Desenvolvimento (TDs). Segundo CEPRO (2017) os TDs são:

[...] unidades de planejamento da ação governamental, considerando as peculiaridades locais e regionais, visando à promoção do desenvolvimento sustentável do Estado, a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da sua população.

Segue abaixo quadro com os 12 Territórios de Desenvolvimento e os municípios abrangidos por cada um.

Quadro 2 - Territórios de Desenvolvimento do Piauí e municípios abrangidos.

Território do Desenvolvimento	Municípios
Planície Litorânea	Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luís Correia, Parnaíba, Bom Princípio do Piauí, Buriti dos Lopes, Caraúbas do Piauí, Caxingó, Cocal, Cocal do Alves e Murici dos Portela.
Cocais	Barras, Batalha, Campo Largo do Piauí, Esperantina, Joaquim Pires, Joca Marques, Luzilândia, Madeiro, Matias Olímpio, Morro do Chapéu do Piauí, Nossa Senhora dos Remédios, Porto, São João do Arraial, Brasileira, Domingos Mourão, Lagoa de São Francisco, Milton Brandão, Pedro II, Piracuruca, Piri-piri, São João da Fronteira e São José do Divino.
Carnaubais	Boa Hora, Boqueirão do Piauí, Cabeceiras do Piauí, Campo Maior, Capitão de Campos, Cocal de Telhas, Jatobá do Piauí, Nossa Senhora de Nazaré, Sigefredo Pacheco, Assunção do Piauí, Buriti dos Montes, Castelo do Piauí, Juazeiro do Piauí, Novo Santo Antônio, São João da Serra e São Miguel do Tapuio
Entre Rios	Alto Longá, Altos, Coivaras, José de Freitas, Lagoa Alegre, Miguel Alves, Nazária, Pau d'Arco, União, Teresina, Beneditinos, Curralinhos, Demerval Lobão, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Agricolândia, Água Branca, Amarante, Angical do Piauí, Barro Duro, Hugo Napoleão, Jardim do Mulato, Lagoinha do Piauí, Olho d'Água do Piauí, Palmeirais, Passagem Franca do Piauí, Regeneração, Santo Antônio do Milagres, São Gonçalo do Piauí e São Pedro do Piauí.
Vale do Sambito	Aroazes, Prata do Piauí, Santa Cruz dos Milagres, São Félix do Piauí, São Miguel da Baixa Grande, Barra d'Alcântara, Elesbão Veloso, Francinópolis, Inhuma, Ipiranga do Piauí, Lagoa do Sítio, Novo Oriente do Piauí, Pimenteiras, Valença do Piauí e Várzea Grande.
Vale do Rio Guaribas	Aroeiras do Itaim, Bocaina, Dom Expedito Lopes, Geminiano, Itainópolis, Paquetá, Picos, Santana do Piauí, Santo Antônio de Lisboa, São João da Canabrava, São José do Piauí, São Luís do Piauí, Sussuapara, Vera Mendes, Alagoinha do Piauí, Alegrete do Piauí, Campo Grande do Piauí, Francisco Santos, Fronteiras, Monsenhor Hipólito, Pio IX, São Julião e Vila Nova do Piauí.
Chapada Vale do Rio Itaim	Belém do Piauí, Caldeirão Grande do Piauí, Francisco Macedo, Jaicós, Marcolândia, Massapê do Piauí, Padre Marcos, Simões, Acauã, Betânia do Piauí, Caridade do Piauí, Curral Novo do Piauí, Jacobina do Piauí, Patos do Piauí, Paulistana e Queimada Nova.
Vale do Canindé	Cajazeiras do Piauí, Colônia do Piauí, Oeiras, Santa Cruz do Piauí, Santa Rosa do Piauí, São Francisco do Piauí, São João da Varjota, Tanque do Piauí, Wall Ferraz, Bela Vista do Piauí, Campinas do Piauí, Conceição do Canindé, Floresta do Piauí, Isaías Coelho, Santo Inácio do Piauí, São Francisco do Piauí, São Francisco de Assis do Piauí e Simplício Mendes.
Serra da Capivara	Campo Alegre do Fidalgo, Capitão Gervásio Oliveira, João Costa, Lagoa do Barro do Piauí, São João do Piauí, Anísio de Abreu, Bonfim do Piauí, Caracol, Guaribas, Jurema, São Braz do Piauí, Várzea Branca, Coronel José Dias, Dom Inocêncio, Dirceu Arcoverde, Fartura do Piauí, São Lourenço do Piauí e São Raimundo Nonato.

Vale dos Rios Piauí e Itaueiras	Arraial, Floriano, Francisco Ayres, Nazaré do Piauí, Nova Santa Rita, Paes Landim, Pedro Laurentino, Ribeira do Piauí, Socorro do Piauí, São José do Peixe, São Miguel do Fidalgo, Brejo do Piauí, Canto do Buriti, Flores do Piauí, Itaueiras, Pajeú do Piauí, Pavussu, Rio Grande do Piauí e Tamboril do Piauí.
Alto Parnaíba	Bertolínea, Canavieira, Guadalupe, Jerumenha, Landri Sales, Marcos Parente, Porto Alegre do Piauí, Antônio Almeida, Baixa Grande do Ribeiro, Ribeiro Gonçalves, Sebastião Leal e Uruçuí.
Chapada das Mangabeiras	Alvorada do Gurguéia, Bom Jesus, Colônia do Gurguéia, Cristino Castro, Currais, Eliseu Martins, Manoel Emídio, Palmeira do Piauí, Santa Luz, Avelino Lopes, Curimatá, Júlio Borges, Morro, Cabeça do Tempo, Parnaguá, Redenção do Gurguéia, Barreiras do Piauí, Corrente, Cristalândia do Piauí, Gilbués, Monte Alegre do Piauí, Riacho Frio, Santa Filomena, São Gonçalo do Gurguéia e Sebastião Barros.

Fonte: Anexo da Lei 6.967/2017.

Para uma maior compreensão das formas de organização que existem, optou-se por também citar a organização que foi instituída pelo governo do Estado do Piauí, pois esta também influenciou os gestores do IFPI quando da escolha das cidades para a implantação dos Campi, porém, para o MEC (formulador da política) nos critérios para a expansão das unidades foram usadas as formas de organização do IBGE em mesorregiões e microrregiões

Quanto à economia, no Estado do Piauí destaca-se o setor terciário, sendo responsável por quase 70% da formação da renda do Estado. Os outros dois setores, primário e secundário, apesar de uma contribuição menor em relação a formação da renda, tem sua importância quanto a mão de obra empregada. Nesses setores as principais atividades são: agricultura, pecuária, extrativismo mineral e vegetal (JUCEPI, 2021).

Após essa breve caracterização do Estado do Piauí, com suas microrregiões, mesorregiões, territórios de desenvolvimento, relevância de algumas regiões e principais setores da economia, buscaremos relacionar tais informações ao estudo de caso das cidades escolhidas para o Plano de Expansão do IFPI.

5.2 Histórico e Caracterização do Instituto Federal de Educação do Piauí

Em 1909, no governo de Nilo Peçanha foram fundadas as Escolas de Aprendizes e Artífices e dentre elas a Escola de Aprendizes e Artífices do Piauí. A escola do Piauí foi uma das três primeiras implantadas e suas atividades deram início em um velho casarão na Praça Pedro II. Os primeiros cursos profissionalizantes implantados foram: Arte Mecânica, Marcenaria e Sapataria.

Além desses cursos também foram ofertados cursos de alfabetização e de Desenho (RODRIGUES, 2002).

No período de 1937 a 1942, na vigência do Estado Novo, a EAAP mudou sua nomenclatura para Liceu Industrial do Piauí - LIP e foi nesse período que se construiu a primeira sede da instituição, em um terreno doado pela prefeitura, ao lado da Praça da Liberdade.

Com a instituição da Lei Orgânica Industrial em 1942, as escolas da Rede Federal foram divididas em Industriais e Técnicas. Assim, o LIP mudou sua nomenclatura para Escola Industrial de Teresina - EIT, com ênfase em metalmecânica e na formação de profissionais para a indústria.

De 1965 a 1967, a EIT passa por mais uma mudança e torna-se Escola Industrial Federal do Piauí - EIFP. Com isso, a escola consegue autonomia para implantar cursos técnicos industriais. Os primeiros cursos técnicos de nível médio criados foram Edificações, Agrimensura e Eletromecânica (IFPI, 2009). As vagas destinadas a estes cursos foram preenchidas imediatamente, demonstrando grande aceitação pela sociedade (REGO; RODRIGUES, 2009).

No ano de 1967, a EIFP passa por mais uma mudança em seu nome, passando a ser chamada de Escola Técnica Federal do Piauí - ETFPI, iniciando uma nova fase na instituição. Além dos cursos da área industrial outros cursos foram criados na área de serviços, como: Administração, Contabilidade, Estatística e Secretariado. Segundo Rodrigues (2002) foi ainda nesse período que as mulheres também tiveram acesso para estudar na ETFPI.

Durante a década de 70, até o início da década de 90, o objetivo maior da ETFPI foi a qualificação do seu corpo docente. Assim, muitos de seus professores fizeram cursos de especializações, mestrados e doutorados, em vários estados do Brasil. Nesse período os diretores gerais foram Roberto Gonçalves Freitas (de 1968 a 1970), José Luiz Castro Aguiar (de 1970 a 1975), José Ferreira Castelo Branco (de 1975 a 1994) e Rita Martins de Cássia (de 1994 a 2004) (REGO; RODRIGUES, 2009).

Na década de 80 deu-se início a modernização da ETFPI, em razão da informatização que se iniciou na administração da instituição e depois foi para o ensino. Nesse período foram criados grandes laboratórios de informática para acesso de alunos, professores, técnicos administrativos e para a comunidade em geral (IFPI, 2020).

Na década de 90, no ano de 1994, foi implantada a Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Floriano, conforme a Portaria MEC 934, de 16/06/94. Com a instalação dessa UNED deu-se início a interiorização da educação profissional. Ainda no ano de 94 foi promulgada a Lei

8.948/94, que transformou a ETFPI em Centro Federal de Educação do Piauí CEFET-PI; porém, o parecer favorável só foi dado no ano de 1997, quando a instituição atingiu os critérios necessários para a transformação de acordo com a lei. Entretanto, apenas no ano de 1999, a portaria de transformação específica da ETFPI em CEFET-PI foi expedida (IFPI, 2009).

Após a transformação em CEFET-PI, ainda no ano de 1999, ocorreu o primeiro vestibular da instituição para o curso de Tecnologia da Informática, distribuído em 64 vagas nos turnos tarde e noite. Hoje esse curso possui outra denominação Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Ainda nesse período de “cefetização”, de acordo com IFPI (2020, p.30) podemos destacar alguns fatos marcantes da época:

[...] a continuidade da qualificação dos servidores (1994); a promoção da XXIII Reunião Nacional de Diretores de ETFs, CEFETs e EAFs (1995); a construção do novo auditório da Instituição (1997); a construção do ginásio poliesportivo coberto (1997); a reforma do Prédio “B”, com início em 1999; a abertura do primeiro curso superior da área de saúde, Tecnologia em Radiologia (2001); a implantação dos cursos de Licenciatura em Biologia, Física, Matemática e Química (2002).

Até a gestão da Diretora Rita Martins de Cássia (de 1994 a 2004) os gestores não foram eleitos pelo voto direto. Apenas em 2004 as primeiras eleições para o cargo de Diretor Geral aconteceram e o Professor Francisco das Chagas Santana foi eleito para um mandato de 4 anos. Toda a comunidade institucional participou da votação (professores, alunos e servidores administrativos) (IFPI, 2009).

No ano de 2005 deu-se início, de acordo com a política de expansão do governo federal, a expansão das unidades do até então CEFET-PI. Nesse período ocorreram os primeiros passos para a implantação das Unidades Descentralizadas - UNEDs no Piauí: UNED Picos, localizado na região sudeste do estado e UNED Parnaíba, localizado na região norte do estado. Quanto a estrutura, possuíam: bibliotecas, alojamentos, refeitórios, consultórios clínico-odontológicos, quadras de esportes e campos de futebol. Estas unidades foram inauguradas no ano de 2007 pelo Ministro da Educação na época Fernando Haddad.

Outro marco do ano de 2007 foi a Chamada Pública Mec/Setec nº 001/2007, que tratava sobre a Fase II da Expansão da RFECT. Desta Chamada Pública no CEFET-PI foram escolhidas as UNEDs: Angical, Corrente, Paulistana, Piripiri, São Raimundo Nonato e Uruçuí.

Em paralelo aos acontecimentos supracitados ocorreu a implantação do Programa de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), com oferta de cursos técnicos. Nesse mesmo período a

Prefeitura Municipal de Teresina repassou ao CEFET-PI o Centro Tecnológico de Teresina- CTT que passou a ser chamado de Unidade de Ensino Descentralizada “Prof. Marcílio Rangel – Uned Teresina (atualmente conhecida como Teresina Zona Sul).

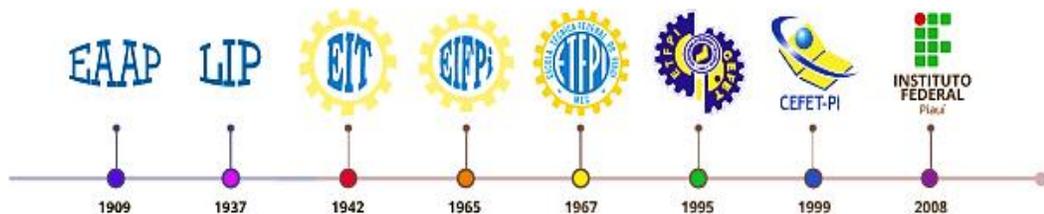
No ano de 2008, com a promulgação da lei 11.892/08 que criou os Institutos Federais, o CEFET-PI transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Assim, as Unidades Descentralizadas passaram a ser chamadas de Campi e houve uma mudança na estrutura administrativas-organizacional da instituição. Com isso o Diretor Geral Francisco das Chagas Santana foi nomeado Reitor Pro Tempore, permanecendo no cargo até maio de 2013.

Com as mudanças trazidas em virtude da nova lei, o IFPI:

[...] adquiriu autonomia para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ela oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior. E, ainda, o status de uma Universidade Federal em termos de funcionalidade, acesso ao fomento de pesquisa e extensão e todos os programas de apoio dos vários ministérios, destacando-se no campo social, com educação gratuita e de qualidade, direcionada às demandas sociais (IFPI, 2020).

Nesta perspectiva o IFPI ampliou sua autonomia e pôde desenvolver mais atividades no campo da pesquisa, além dos projetos de extensão em parcerias com diversos programas ministeriais do Governo Federal, visando à dimensão social. Segue figura do histórico da instituição – linha do tempo, desde sua criação até a mudança que levou a nomenclatura de IFPI.

Figura 7 - Linha do tempo do IFPI



Fonte: PDI IFPI 2020-2024.

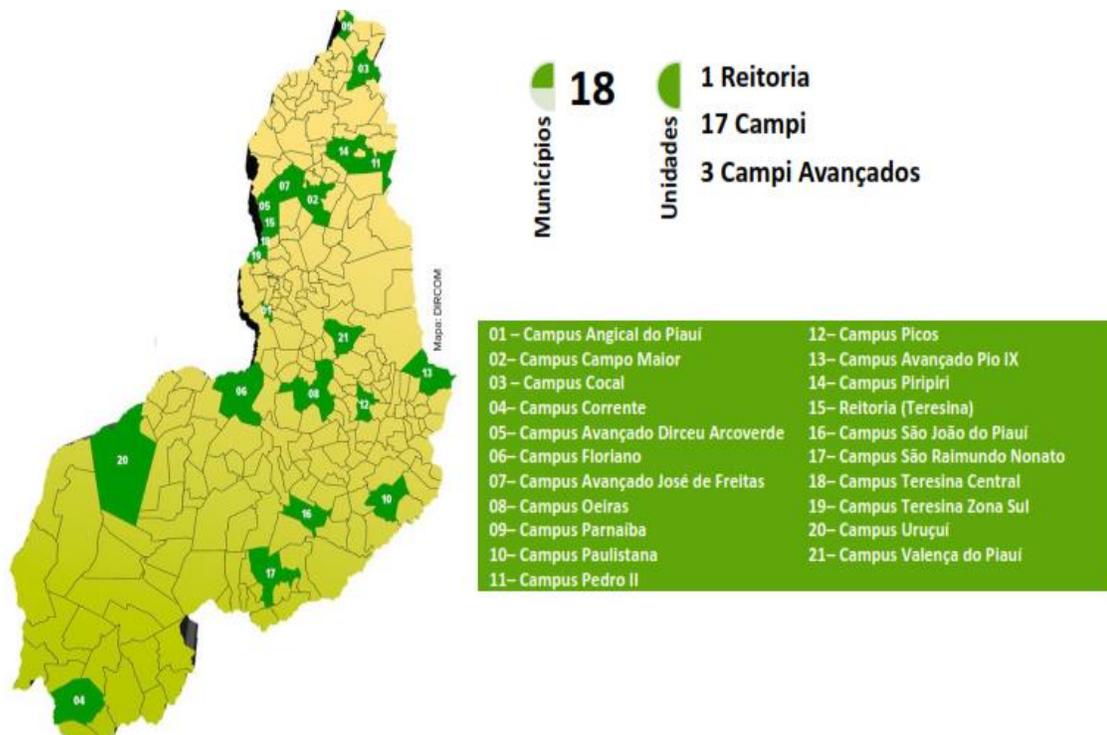
No ano de 2010, os Campi da Fase II, Angical, Corrente, Paulistana, Piripiri, São Raimundo Nonato e Uruçuí foram inaugurados.

Ainda em 2010, novas eleições aconteceram e o novo governo deu continuidade ao Plano de Expansão da RFECT. Assim, em 2011, já no governo da presidente Dilma Rousseff a Fase III

foi iniciada e o IFPI contemplado com mais unidades. Entre 2011 e 2014 as novas unidades do IFPI foram: Pedro II, São João, Oeiras, Campo Maior, Cocal e Valença. Além desses 6 novos Campi, tiveram ainda mais três Campus Avançados: Dirceu, José de Freitas e Pio IX. Desses novos Campus implantados, nos seis primeiros foram construídas novas instalações e nos três últimos foram feitos repasses de estruturas já existentes ao IFPI de outras entidades da federação.

Para uma melhor visualização da expansão do IFPI e sua divisão ao longo do estado do Piauí, segue mapa com os municípios que possuem unidades e ao lado a relação dos Campi.

Figura 8 - Mapa do Estado do Piauí e a distribuição dos Campi do IFPI.



Fonte: Relatório de Gestão 2019 (IFPI, 2019).

Assim, pode-se observar que o IFPI está presente em todos os Territórios de Desenvolvimento com pelo menos uma unidade, conforme descrito no quadro 3:

Quadro 3 - Relação dos Territórios de Desenvolvimento e os Campi do IFPI.

Territórios Desenvolvimento	Campi do IFPI
Planícies Litorâneas	Campus Parnaíba e Campus Cocal

Cocais	Campus Piripiri e Campus Pedro II
Carnaubais	Campus Campo Maior.
Entre Rios	Campus Teresina Central, Campus Teresina Zona Sul, Campus Angical do Piauí, Campus Avançado ¹ do Dirceu e Campus Avançado de José de Freitas.
Serra da Capivara	Campus São Raimundo Nonato e Campus São João do Piauí
Vale dos Rios Piauí e Itaueiras	Campus Floriano
Tabuleiros do Alto Parnaíba	Campus Uruçuí
Vale do Sambito	Campus Valença do Piauí
Vale do Rio Guaribas	Campus Picos e Campus Avançado Pio IX
Chapada Vale do Rio Itaim	Campus Paulistana
Vale do Rio Canindé	Campus Oeiras
Chapada das Mangabeiras	Campus Corrente

Fonte: Elaborada pela autora com base no PDI 2020-2024.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento da Instituição - PDI, estar presente em todos os Territórios de Desenvolvimento - TDs do estado visa à interiorização da educação profissional bem como o desenvolvimento socioeconômico regional. Com isso, os Campi, considerando a característica de cada território (Arranjos Produtivos Locais - APLs), atuam mais expressivamente e, conseqüentemente melhoram a qualidade de vida da população (IFPI, 2020).

Ainda de acordo com o PDI (IFPI, 2020), o IFPI possui mais de 25 mil matrículas, abrangendo cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos técnicos concomitantes/subseqüentes, cursos superiores de bacharelados, licenciaturas e tecnológicos, cursos à distância e cursos de formação inicial e continuada, além de especializações e mestrados.

Segue abaixo quadro 4 com um resumo das informações das unidades do IFPI:

¹ “Campus Avançado - vinculado administrativamente a um campus ou, em caráter excepcional, à Reitoria, e destinado ao desenvolvimento da educação profissional por meio de atividades de ensino e extensão circunscritas a áreas temáticas ou especializadas, prioritariamente por meio da oferta de cursos técnicos e de cursos de formação inicial e continuada” – Portaria 1.291/2013/MEC.

Quadro 4 - Distribuição das unidades do IFPI por tipologia conforme Portaria do MEC nº 246/2016.

Unidade	Existência/Fase	Tipologia (Portaria nº 246/2016*)	Portaria de Funcionamento
Campus Angical do Piauí	Expansão 2003/2010	IF Campus - 70/45	Portaria nº 109, de 29 de janeiro de 2010.
Campus Avançado José de Freitas	Expansão 2015/2016	IF Campus Avançado 20/13	Portaria nº 378, de 9 de maio de 2016.
Campus Avançado Pio IX	Expansão 2013/2014	IF Campus Avançado 20/13	Portaria nº 1.074, de 30 de dezembro de 2014.
Campus Avançado Teresina Dirceu Arcoverde	Expansão 2013/2014	IF Campus Avançado 20/13	Portaria nº 1.074, de 30 de dezembro de 2014.
Campus Campo Maior	Expansão 2013/2014	IF Campus - 70/45	Portaria nº 1.074, de 30 de dezembro de 2014.
Campus Cocal	Expansão 2013/2014	IF Campus - 70/45	Portaria nº 1.074, de 30 de dezembro de 2014.
Campus Corrente	Expansão 2003/2010	IF Campus - 70/45	Portaria nº 125, de 29 de janeiro de 2010.
Campus Floriano	Pré-expansão	IF Campus - 90/60	Portaria nº 934, de 16 junho de 1994.
Campus Oeiras	Expansão 2011/2012	IF Campus - 70/45	Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013.
Campus Parnaíba	Expansão 2003/2010	IF Campus - 70/45	Portaria nº 1.977, de 18 de dezembro de 2006.
Campus Paulistana	Expansão 2003/2010	IF Campus - 70/45	Portaria nº 107, de 29 de janeiro de 2010.
Campus Pedro II	Expansão 2011/2012	IF Campus - 70/45	Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013.
Campus Picos	Expansão 2003/2010	IF Campus - 70/45	Portaria nº 1.976, de 18 de dezembro de 2006.
Campus Pirlipiri	Expansão 2003/2010	IF Campus - 70/45	Portaria nº 103, de 29 de janeiro de 2010.
Campus São João do Piauí	Expansão 2011/2012	IF Campus - 70/45	Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013.
Campus São Raimundo Nonato	Expansão 2003/2010	IF Campus - 70/45	Portaria nº 97, de 29 de janeiro de 2010.
Campus Teresina Central	Pré-expansão	IF Campus - 350	-
Campus Teresina Zona Sul	Expansão 2003/2010	IF Campus - 70/45	Portaria nº 1.366, de 6 de dezembro de 2010.
Campus Uruçuí	Expansão 2003/2010	IF Campus - 70/60 Agrícola	Portaria nº 96, de janeiro de 2010.
Campus Valença do Piauí	Expansão 2013/2014	IF Campus - 70/45	Portaria nº 1.074, de 30 de dezembro de 2014.
Reitoria	Reitoria/Direção	Reitoria de 17 a 24 campi	-

Fonte: PDI IFPI 2020-2024

No quadro acima pode-se observar os Campi do IFPI e quais as fases em que cada um foi criado, conforme informações no PDI 2020-2024 (IFPI, 2020). Nela consta ainda a tipologia² utilizada pela Portaria nº 246/2016, que dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, e define normas e parâmetros para a sua implementação. Ainda na figura consta uma coluna com as informações sobre as portarias de funcionamento³ de cada Campus do IFPI.

5.3 Os gestores públicos do IFPI

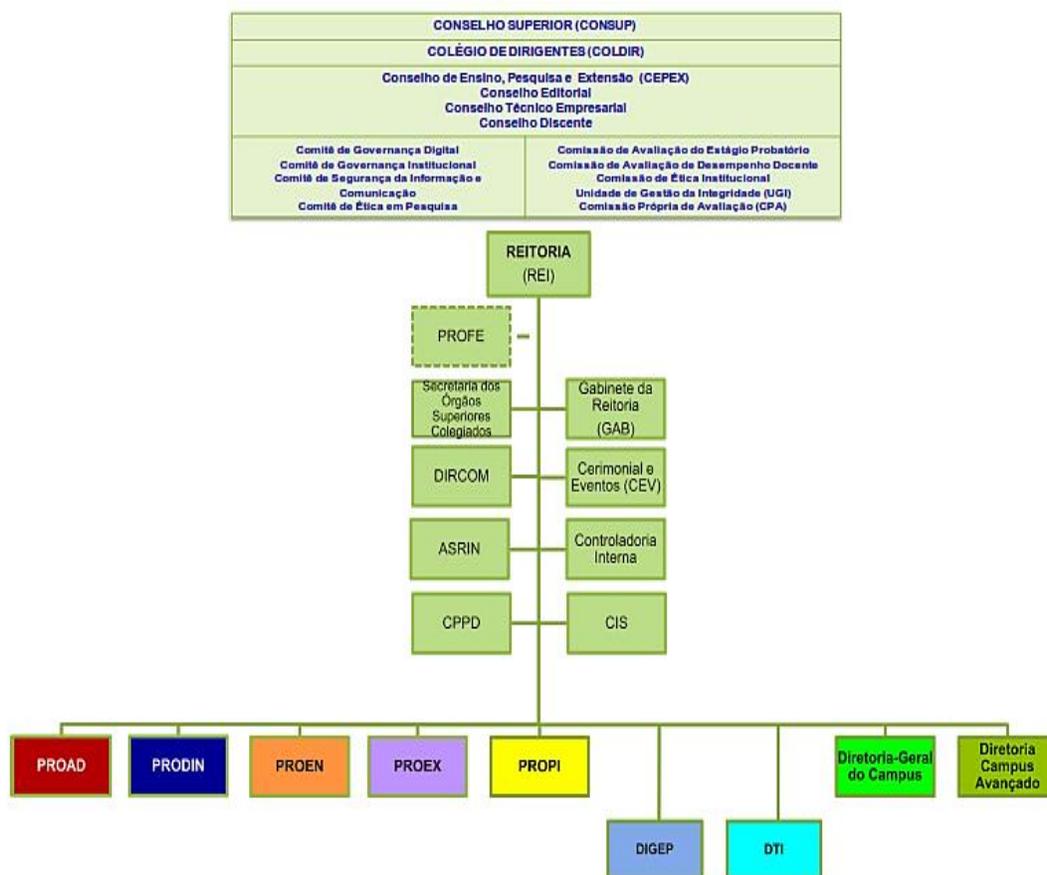
² Número de docentes e técnicos administrativos por Campus/Reitoria. Além do número de CDs e FGs em cada estrutura.

³ Alguns Campi começaram suas atividades mesmo antes da Portaria de Funcionamento. No caso do Campus Teresina Zona Sul, teve seu início como Campus Avançado e ficou vinculado administrativamente até o ano de 2010. No caso do Campus de José de Freitas já existiam atividades de extensão antes da Portaria de Funcionamento.

Até o ano de 2007, o então CEFET-PI possuía em seu quadro Diretor Geral e Diretores das Unidades Descentralizadas, além dos gerentes de setores. Após a instituição da Lei nº 11.892/2008, que criou os IFs uma nova estrutura organizacional foi constituída, com um Reitor, 05 Pró-reitores e os Diretores Gerais em cada Campus. Tanto o Reitor quanto os Diretores são nomeados após consulta a comunidade do IFPI, já os Pró-reitores são indicados pelo Reitor (BRASIL, 2008).

Segue figura com a estrutura organizacional do IFPI após a Lei de Criação dos Institutos Federais:

Figura 9 - Estrutura Organizacional do IFPI após a Lei 11.892/2008



Fonte: PDI 2020-2024 (IFPI, 2020)

Além dos cargos já citados, o IFPI conta ainda com os órgãos superiores (CONSUP), colegiados (COLDIR), consultivos e demais unidades organizacionais em sua estrutura organizacional, conforme podemos observar na figura acima.

Quanto aos cargos, o IFPI possui Cargos de Direção (CDs) e Funções Gratificadas (FGs). Nesta pesquisa nos atemos aos cargos de direção, pois serão estes gestores os responsáveis pela implementação das unidades do IFPI. Para os cargos de Direção temos: CD-1, para o ocupante do cargo de Reitor, CD-2, para os cargos de Pró-reitores e Diretores Gerais dos Campi, CD-3, para os Diretores Sistêmicos, Chefe de Gabinete e Assessores Especiais e CD-4, para os Chefes de Departamentos e afins.

Dentro dessa perspectiva segue o quadro com o número de ocupantes atualmente da CDs no Instituto Federal de Educação do Piauí:

Quadro 5 - Estrutura Organizacional IFPI – Cargos de Direção

Cargo/Função	Quantitativo
Cargos de Direção	X
CD-1	01
CD-2	22
CD-3	24
CD-4	60
Total	107

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Resolução Normativa nº 05/2020/CONSUP/IFPI, (IFPI,2020).

Buscando relacionar ao caso estudado, os gestores públicos entrevistados foram os ocupantes dos cargos de CD-1, CD-2 e CD-3, sendo estes Reitores, Pró-reitores, Diretores Gerais e Diretor de Desenvolvimento Institucional, que estavam diretamente relacionados a implementação das unidades do IFPI durante a expansão. Dos nove participantes das entrevistas tivemos: 02 ocupantes de cargo de Reitor⁴ (CD-1), 06 ocupantes de Pro Reitorias e Diretorias Gerais (CD-2) e 01 ocupante de Diretoria de Desenvolvimento Institucional (CD-3). Optou-se por entrevistar um Diretor de área específica devido ao fato do Pró-reitor hierarquicamente superior a

⁴ Até o ano de 2021 o IFPI só teve 02 Reitores pois a nomenclatura anterior era Diretor Geral do CEFET-PI, apenas com a mudança para IFPI é que houve a nova estrutura organizacional.

esse, não ter participado da pesquisa. Além disso, esse ator possuía informações relevantes sobre o processo de expansão do IFPI.

O quadro 6 abaixo retrata a equivalência entre os cargos de NE⁵ e DAS⁶ do Poder Executivo Federal com os ocupantes de cargos nas Instituições Federais de Ensino, de acordo com a Portaria 121/2019 do Ministério da Economia. Os cargos de NE e DAS-6 referem-se ao alto escalão dos Ministérios. Assim, ao fazer uma analogia dos entrevistados do IFPI e das funções exercidas, pode-se perceber, após revisão da literatura sobre os burocratas, que dentro da instituição mais se assemelham aos burocratas de médio escalão, pois fazem um elo entre os formuladores das políticas (alto escalão) e os executores (burocratas de nível de rua⁷).

Quadro 6 - Correlação entre Cargos Comissionados do Poder Executivo Federal e Cargos Comissionados das Instituições Federais de Ensino

Cargos em Comissão e Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal	Cargos em Comissão e Funções Comissionadas das Instituições Federais de Ensino
NES	-
DAS-6	CD 1
DAS-5	CD 2
DAS-4	CD 3
DAS-3	CD 4
DAS-2	-
DAS-1	-
FG-1	FG-01, FG-02 e FG-03
FG-2	FG-04, FG-05 e FG-06
FG-3	FG-07, FG-08 e FG-09

Fonte: Anexo II da Portaria 121 de 2019 do Ministério da Economia (BRASIL, 2019).

Esclarecido o ponto acima, tais gestores públicos foram entrevistados e utilizando-se as denominações GESTOR 1, GESTOR 2, até GESTOR 9, para preservar a identidade dos participantes, de acordo com as orientações repassadas pelo Comitê de Ética e Pesquisa - CEP do IFPI, ao qual esta pesquisa está vinculada.

⁵ Natureza Especial.

⁶ Direção e Assessoramento Superior.

⁷ “são os funcionários que atendem ao público diretamente, como médicos, professores e policiais” (JORGE, 2012 *apud* Oliveira, 2016, p. 94).

Quadro 7 - Relação dos Gestores entrevistados e cargos ocupados

GESTOR	CARGO
GESTOR 1	<ul style="list-style-type: none"> • Diretor do Ensino Superior do Campus Teresina Central • Diretor de Ensino do Campus Teresina Central • Pro Reitor de Administração (CD-2)
GESTOR 2	<ul style="list-style-type: none"> • Diretor do Ensino Superior do Campus Teresina Central • Pro Reitor de Ensino (CD-2) • Reitor do IFPI (CD-1)
GESTOR 3	<ul style="list-style-type: none"> • Diretor de Desenvolvimento Institucional na Pro Reitoria de Desenvolvimento Institucional (CD-3)
GESTOR 4	<ul style="list-style-type: none"> • Diretor Geral do CEFET-PI • Reitor Pro Tempore do IFPI (CD-1)
GESTOR 5	<ul style="list-style-type: none"> • Diretor Geral do Campus Parnaíba – Fase I da Expansão – 2005-2007 (CD-2)
GESTOR 6	<ul style="list-style-type: none"> • Diretor de Ensino do Campus Picos • Diretor Geral do Campus Corrente – Fase II da Expansão – 2007-2010 (CD-2)
GESTOR 7	<ul style="list-style-type: none"> • Gerente de Desenvolvimento Institucional • Diretora da Unidade Sede • Pro Reitora de Extensão (CD-2)
GESTOR 8	<ul style="list-style-type: none"> • Diretor Administrativo do CEFET-PI • Pro Reitor de Administração (CD-2)
GESTOR 9	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diretora Geral do Campus Cocal – Fase III da Expansão – 2011-2014 (CD-2)

Fonte: Elaborada pela autora com base nas entrevistas dos gestores.

Buscando o objetivo maior desta pesquisa, segue a descrição da implementação das unidades do IFPI.

5.4 A Implementação das Unidades do IFPI

Nesse subitem foi feita a descrição das unidades implementadas durante as fases do Plano de Expansão dos Institutos Federais no caso específico dos Campi do IFPI, de acordo com os documentos internos do IFPI (PDIs, Estudos Preliminares, Projetos Políticos Institucionais de Implantação, entre outros) e documentos encontrados no site do MEC relativos à expansão. Além disso, relacionou-se cada fase as percepções dos entrevistados.

Cabe lembrar que a Política Pública para a Expansão dos Institutos Federais é um conceito maior de intervenção, porém, ao se desdobrar são utilizados planos ou programas, estes são responsáveis por operacionalizar as ações e transformá-las em práticas, mudando assim uma realidade social (OLIVEIRA, 2016).

Como dito anteriormente, pelos documentos analisados do Plano de Expansão, verificou-se que ele foi dividido em três fases. Segundo Oliveira (2016) as fases foram divididas em: Fase I (2005 a 2007), a Fase II (2007 a 2010) e a Fase III (2011 a 2014). Também nos Relatórios de Gestão da SETEC-MEC e demais documentos no site do MEC, além dos documentos do IFPI analisados, as fases se deram conforme Oliveira (2016).

5.4.1 Fase I

De acordo com MEC (2007), desde o ano de 1993 não eram mais criadas instituições públicas de ensino sob a ótica de legislações, e após a Lei nº 9.649/98 este cenário se agravou, pois houve assim a transferência para entes estaduais, municipais, ou até privados, da administração das unidades que fossem construídas.

Apenas com a promulgação da Lei 11.195/05 a União teve novamente a prerrogativa de voltar à implantação de novas unidades do ensino técnico. Nesse período o MEC buscou um crédito extraordinário, que foi aprovado no valor de R\$ 57 milhões (Lei 11.249/05) e em janeiro do ano de 2006 o Presidente da República aprovou o Plano de Expansão da RFEPCT (MEC, 2007).

Cabe lembrar que nessa primeira fase do Plano de Expansão previu-se a implantação de 42 novas unidades, sendo 5 novas Escolas Técnicas, 33 UNEDs e mais 4 Escolas Agrotécnicas, em todo o Brasil. Nesse sentido, os critérios inicialmente propostos foram “a importância do município para a microrregião da qual faz parte; os valores assumidos pelos indicadores educacionais e de desenvolvimento socioeconômico; e a existência de potenciais parcerias para a implantação da

futura unidade” (MEC, 2010, p.35). Portanto, a escolha de uma determinada cidade teria que refletir o grau de aderência de acordo com tais critérios estabelecidos na política.

Além dos critérios já citados, para a escolha de determinada localidade, esta deveria atender a pelo menos uma das diretrizes abaixo:

- 1) estar localizada em uma unidade da Federação que ainda não possuísse instituições federais de educação profissional e tecnológica instaladas em seu território;
- 2) estar localizada em alguma das regiões mais distantes dos principais centros de formação de mão-de-obra especializada;
- 3) nos casos em que o município selecionado pertencesse a uma região metropolitana, a escola deveria estar situada nas áreas de periferia (MEC, 2010, p. 35).

Com a determinação dessas diretrizes no Plano de Expansão da Rede Federal buscou-se beneficiar, com essa política as regiões que tradicionalmente eram esquecidas pelas políticas públicas. Nessa perspectiva, o Plano de Expansão transformou-se em um mecanismo de inclusão social, pois seu foco foi a população que não tinha acesso a formação em cursos de educação profissional. Ademais, essa política também vislumbrou qualificar um grande contingente da população para proporcionar o desenvolvimento local, mantendo o aluno na sua região, e preparado para oportunidades de emprego e renda, portanto, melhorando sua qualidade de vida.

Ao relacionar a Fase I do Plano de Expansão ao Piauí é preciso inicialmente entender a contextualização econômica de uma política. Segundo Santana (2012, p. 46):

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional surge no Piauí através do IFPI, como sendo **um fenômeno de ressignificação de uma história marcada por índices elevados de analfabetismo, educação de qualidade precária e ineficaz**. Estes fatos representaram, por longo período, parte da história de um Estado da Região Nordeste considerado um dos mais pobres da Federação do Brasil (grifo nosso).

Assim, no caso específico do IFPI, as primeiras cidades escolhidas foram Parnaíba e Picos. Sendo a primeira, o segundo maior município em termos populacionais do estado e a segunda, a que possui a segunda maior arrecadação de impostos do estado, e o segundo entroncamento rodoviário do Nordeste. Além disso, estão localizadas uma na mesorregião do Norte Piauiense e a outra unidade no Sudeste Piauiense, estando assim distantes da capital e em regiões estratégicas do Estado. Cabe lembrar, que até então só existiam duas unidades do CEFET-PI, uma em Teresina, denominada Unidade Sede e outra em Floriano, denominada Unidade Descentralizada – UNED Floriano.

Para um maior entendimento segue quadro com as principais informações de cada município escolhido na Fase I, de acordo com o Plano de Implantação de cada UNED.

Quadro 8 - Principais informações dos municípios escolhidos na Fase I do IFPI.

Informações	Parnaíba	Picos
Mesorregião	Norte Piauiense	Sudeste Piauiense
Microrregião	Litoral Piauiense	Picos
Território de Desenvolvimento	Planície Litorânea	Vale do Rio Guaribas
Distância da Capital	318km	306km
População	132.282	68.974
Abrangência	Bom Princípio do Piauí, Buriti dos Lopes, Cajueiro da Praia, Caraúbas do Piauí, Caxingó, Cocal, Cocal dos Alves, Ilha Grande e Murici dos Portelas.	Bocaina, Geminiano, Itainópolis, Santana do Piauí, Santo Antonio de Lisboa, São João da Canabrava, São José do Piauí, São Luis do Piauí, Sussuapara e Vera Mendes.
APLs ⁸	Turismo ecológico, a carcinicultura, o agronegócio e a pesca artesanal.	A ovino caprinocultura, apicultura, cajucultura, bovinocultura, mandiocultura e agroindústria de sucos e doces, e os setores de serviços e comércio.
Hierarquia Urbana ⁹	Centro Subregional A (3A)	Centro Subregional A (3A)
IDH	0,687	0,698

⁸ Arranjos Produtivos Locais – APLs: “aglomerados de micro e médias empresas que atuam em uma atividade produtiva específica, localizadas num mesmo território, promovendo trabalho e geração de renda na comunidade, criando demandas específicas de mão de obra, articulando a comunidade em torno de atividades produtivas, em arranjos com outros atores locais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa” (Amoretti, 2006, p.4).

⁹ A hierarquia urbana indica a centralidade da Cidade de acordo com a atração que exerce a populações de outros centros urbanos para acesso a bens e serviços e o nível de articulação territorial que a Cidade possui por estar inserida em atividades de gestão pública e empresarial. São cinco níveis hierárquicos, com onze subdivisões: Metrôpoles (1A, 1B e 1C), Capitais Regionais (2A, 2B e 2C), Centros Sub-Regionais (3A e 3B), Centros de Zona (4A e 4B) e Centros Locais (5). Alguns Municípios são muito integrados entre si e constituem apenas uma Cidade para fim de hierarquia urbana, tratam-se dos Arranjos Populacionais, os quais são indicados no complemento da hierarquia urbana quando ocorrem.

Cursos propostos (áreas)	Informática, construção civil, eletrotécnica, contabilidade e saneamento ambiental.	Agroindústria, Indústria, Meio Ambiente e Informática.
--------------------------	---	--

Fonte: elaborado pelo autor com base no Plano de Implantação das Uneds Parnaíba e Picos e dados do último Censo do IBGE (IBGE, 2010).

Verifica-se, ao analisar as informações do quadro acima, que as unidades escolhidas na primeira fase da expansão do IFPI (2005-2007) não destoaram dos critérios previamente propostos pelo MEC (formulador da política), pois se tratava de regiões que não possuíam ainda escolas técnicas e tinham deficiências quanto ao ensino profissional, conforme se observou nas justificativas da equipe que elaborou os Planos de Implantação.

De acordo com IBGE (2018), existem cinco níveis hierárquicos principais em relação a influência das cidades, são eles: Metrôpoles, Capitais Regionais, Centros Sub-Regionais, Centros de Zona e Centros Locais. No caso dos municípios de Parnaíba e Picos trata-se de municípios de mesma hierarquia urbana, qual seja, Centro Sub-regional A (3A). Isso significa que no Estado do Piauí eles estão abaixo apenas da capital Teresina, em relação a influência que exercem ao seu redor, mostrando desse modo sua importância regional.

Assim, verificou-se ainda que existiam nos planos alguns APLs identificados, e com a implantação dessas unidades, e a conseqüente qualificação da população, essas poderiam trazer um maior desenvolvimento para estas atividades econômicas e para as regiões contempladas.

Nesse sentido, após a definição prévia das cidades no Plano de Expansão (MEC, 2005), o IFPI, por meio do Plano de Implantação das Unidades solicitou à Secretaria de Educação Tecnológica - SETEC¹⁰ do MEC, “análise e aprovação”, conforme se observa no Plano da UNED Parnaíba:

Com o objetivo de melhorar as condições de vida da população e reduzir as distorções inter-regionais, principalmente, quanto à educação, à inovação tecnológica e à difusão do conhecimento, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí **apresenta para análise e aprovação** o Projeto de IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE ENSINO DESCENTRALIZADA DE PARNAÍBA, no Município de Parnaíba, Estado do Piauí (IFPI, 2005, p. 8, grifo nosso).

¹⁰ A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) é responsável por formular, planejar, coordenar, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Além disso, responde pela manutenção, supervisão e fortalecimento das instituições que compõem a Rede Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2021).

Pode-se perceber que apesar de previamente escolhidas as cidades, ainda assim, o IFPI precisaria demonstrar por meio de suas características, dos seus potenciais para a instalação das unidades. Observa-se no trecho da entrevista do Gestor 1 um relato sobre as discussões dentro do IFPI para as implantações da fase I:

As duas primeiras unidades foram Parnaíba e Picos e **a gente teve oportunidade de participar de várias discussões, como implantar e por que implantar**, é tanto que foram duas unidades que cresceram bastante e dentro daquela perspectiva de chegar a alcançar 1000 a 1200 alunos em cinco anos, isso foi alcançado, né. (grifo nosso)

Diante da fala desse gestor, que além do cargo de Pro Reitor de Administração, também exerceu outros cargos dentro da estrutura do IFPI, ao longo da sua trajetória profissional, demonstra-se a importância das discussões para a tomada de decisões dentro da instituição e o comprometimento destes com os critérios preestabelecidos pela SETEC-MEC. Além disso, ele ainda entende que foram Campi viáveis já que conseguiram alcançar em média entre 1000 e 1200 alunos antes mesmo de cinco anos da implantação, conforme proposto pelo MEC.

Outro trecho importante que relata como aconteceu a fase I da expansão do IFPI vem do Gestor 3, que exerceu o cargo de Diretor Geral do CEFET-PI de 2005 a 2007, e depois de Reitor Pro Tempore no período de 2008 a junho de 2013. Nesse trecho ele relata que inicialmente seriam três unidades para o Piauí: Parnaíba, Picos e Piriapiri. Porém, depois foram feitos alguns ajustes e apenas a unidade de Picos seria implementada. Não satisfeito com a situação, tal gestor procurou alguns políticos do estado e o Ministro da Educação para interceder na vinda de mais uma unidade, no caso a UNED Parnaíba. Percebe-se com base nesse episódio, que a política foi construída também durante a fase de implementação.

Nessa perspectiva, verificou-se que não se tratou de uma implementação *top-down* (de cima para baixo), pois muitos fatos foram construídos já com a política em andamento. Com isso compreende-se que houve uma interação entre as partes e os fatores que influenciaram, demonstrando certo grau de discricionariedade, motivado por fatores políticos e sociais.

Corroborando nesse cenário segundo Serafim e Dias (2012, p.122):

[...] a análise de política busca possibilitar o entendimento do processo de elaboração das políticas públicas e as suas características (quais instituições e atores sociais estão envolvidos, como ocorreu a identificação dos problemas que entraram na agenda política, as coalizões existentes e seus interesses, **os mecanismos e intervenções existentes etc.**). (grifo nosso)

Ainda nesse sentido, o Gestor 7, que exerceu o cargo de Gerente de Desenvolvimento Institucional e que participou da elaboração dos Planos de Implantação diz:

[...] Então a primeira fase que foi aquela que eu te falei, a gente ainda não era ainda nem Instituto Federal, nós éramos ainda CEFET e veio o primeiro plano de expansão, **nesse período o MEC não deu nenhum direcionamento...** (Gestor 7, grifo nosso).

A fala do GESTOR 7 corrobora no sentido de que na Fase I da Expansão foram escolhidas as maiores cidades do estado, no caso Picos e Parnaíba, sem um maior direcionamento. As poucas informações repassadas ao CEFET-PI foram de que deveria haver a doação de um terreno ou de uma estrutura para reforma. Segundo o entrevistado, toda essa articulação fora feita pelo Diretor Geral do então CEFET-PI junto às prefeituras.

Quanto as estruturas físicas, os terrenos das duas unidades foram doados como podemos evidenciar no trecho da entrevista do Gestor 2, que exerceu vários cargos dentro da instituição, dentre eles Pró-Reitor de Ensino e Reitor:

[...] Parnaíba a doação do terreno lá de um empresário que na época era vice-prefeito Sr. Fontinelli, eu digo isso porque eu fiz a medição do terreno lá de Parnaíba, a mesma coisa de Picos, Picos também foi uma doação, dado pelo então prefeito da época Gil Paraibano, que foi reeleito novamente, ele fez a doação.

Além disso, uma equipe do CEFET-PI procurou o empresariado local das cidades escolhidas e instituições como o SEBRAE e o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio para o levantamento das informações necessárias visando elaborar o Plano de Implantação e a escolha dos cursos que estivessem de acordo com a realidade de cada município⁹.

Com isso percebe-se o papel dos gestores envolvidos na implementação, e como isso influenciou na vinda de mais uma unidade, revelando que a política formulada foi alterada e uma nova tomada de decisão foi feita, sob a influência dos burocratas (BMEs) da instituição.

Ainda nesse sentido, e de acordo com Cavalcante e Lotta (2015), existem três principais perspectivas para o exame de atuação desses atores no processo de implantação das políticas públicas, quais são: estrutural, ação individual e a relacional. No caso do Gestor 3, que exercia a função de Diretor Geral do CEFET-PI a época, verifica-se que este caracterizou-se por suas ações individuais, demonstrando empreendedorismo, deixando de ser um agente passivo; além disso, evidenciou-se na perspectiva relacional, ao fazer a articulação junto aos atores do seu entorno, nesse caso, com os prefeitos das cidades para a doação dos terrenos.

Esses Campi receberam as portarias de funcionamento no final de 2006. Inicialmente contavam com 240 alunos cada, em diversos cursos. Na inauguração, as duas unidades tiveram a presença do Ministro da Educação Fernando Haddad em 2007, uma em maio e outra em novembro (IFPI, 2020). Para ele, a inauguração do Campus Picos demonstrou o muito que o país tem a oferecer. De acordo com a reportagem que consta no site do Governo do Estado em 26/05/2007, o ministro Haddad disse (Piauí, 2007):

Vamos trazer mais seis unidades como esta para o Piauí, fora o projeto de expansão da Universidade Federal. Nossa missão é mais que formar recursos humanos, mas formar cidadãos. E, assim, vamos ter um Estado transformado não somente pelas ações vigorosas do Governo do Estado, mas também pela ação do Ministério da Educação.

Já nas palavras do Governador Wellington Dias (Piauí, 2007):

O que o Estado inaugura hoje é mais que uma escola para Picos, é um polo regional de educação que servirá a uma região que vai além das fronteiras do Estado do Piauí. Somente aqui, nesta região, além de Picos, temos Bocaina, Santana, Santo Antonio do Lisboa, São João da Canabrava, São José do Piauí, Sussuapara e Vera Mendes, garantindo as condições de desenvolvimento que a região precisa.

Por fim, o Secretario da SETEC-MEC Eliezer Pacheco (Piauí, 2007) disse: “isso não é apenas um elemento propulsor do desenvolvimento da região, mas também um processo de inclusão social do Piauí”.

Pode-se perceber, portanto, com base nas falas desses atores a importância do Plano de Expansão, bem como a continuidade dele na agenda do Governo Federal.

5.4.2 Fase II

Como visto na fala do Ministro da Educação Fernando Haddad no ano de 2007 o Governo Federal começa uma nova fase do Plano de Expansão. Nela de acordo com o Plano Plurianual - PPA 2008-2011 (Brasil, 2007, p.1), retrata-se uma “... economia sólida com ambiente favorável aos investimentos privados e à ampliação dos investimentos públicos” (carta do presidente ao Congresso Nacional). Nesse cenário, o governo federal organizou suas ações no PPA em três eixos: crescimento econômico, agenda social e educação de qualidade.

O “eixo educação de qualidade” teria como norteador o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Nele são retratados os investimentos em educação como a ampliação e modernização da educação profissional, com a instalação das escolas técnicas em todas as cidades-polos do País (BRASIL, 2007). O PDE cita ainda que para além da priorização das cidades-polo também deveriam se respeitar “as vocações econômicas locais e regionais” (BRASIL, 2007, p. 18).

Ainda no PPA 2008-2011, cita-se o desafio de ampliação das oportunidades de vagas no ensino técnico e profissionalizante, justificando, com isso, a necessidade de investimento do Governo Federal no sistema público de educação profissional por meio do Programa de Desenvolvimento da Educação Profissional, nas seguintes ações:

- a) **criação de 150 novas escolas técnicas nas cidades-pólos abrindo 200 mil vagas até 2011;**
- b) criação de uma rede de educação profissional e tecnológica a distância em escolas das redes públicas municipais e estaduais de modo a beneficiar 100 mil alunos por ano;
- c) **reorganização da rede federal de educação profissional e tecnológica com a criação das Instituições Federais de Ensino Tecnológico IFETs para a oferta de cursos profissionalizantes de nível médio, fortalecendo o ensino técnico integrado, a educação de jovens e adultos e a formação inicial e continuada de trabalhadores da educação. Os IFETs também oferecerão cursos de licenciatura em física, química, matemática e biologia para formação pedagógica de professores e especialistas nessas disciplinas;**
- d) integração da educação profissional com todas as modalidades e níveis de ensino, em especial a educação de jovens e adultos;
- e) **educação profissional voltada para o desenvolvimento econômico local e regional, criando alternativas para que o ensino regular se aproxime do mercado de trabalho;**
- f) destinação de cerca de 30% das vagas do Sistema S (Sesc, Senai, Senac, Senart) de ensino para alunos oriundos de escolas públicas (BRASIL, 2007, p. 79, grifos nossos).

Assim, com a Chamada Pública 001/2007/SETEC-MEC, de 24/04/2007, que trata do acolhimento de propostas para a implantação de novas unidades, lançou-se oficialmente a Fase II da expansão. Nesta fase, os municípios já haviam sido escolhidos, conforme se observa no Anexo I da referida chamada pública, porém, caberia desta vez as prefeituras das cidades escolhidas elaborarem as propostas para envio a SETEC-MEC.

Segundo o citado documento, as escolhas teriam sido orientadas por:

- [...] uma abordagem multidisciplinar, fundamentada em análise crítica de variáveis geográficas, demográficas, socioambientais, econômicas e culturais, com destaque para as seguintes finalidades: a) distribuição territorial equilibrada das novas unidades de ensino;
- b) cobertura do maior número possível de mesorregiões em cada Unidade da Federação;
- c) proximidade das novas unidades de ensino aos Arranjos Produtivos Locais instalados e

em desenvolvimento; d) interiorização da oferta pública de educação profissional e de ensino superior; e) redução dos fluxos migratórios originados nas regiões interioranas com destino aos principais centros urbanos; f) aproveitamento de infra-estruturas físicas existentes; g) identificação de potenciais parcerias (MEC, 2017, p.1-2).

Na referida Chamada Pública, ainda existiam as contrapartidas obrigatórias e complementares, como a doação de terreno com as dimensões mínimas, facilidade de interligação com as redes de abastecimento de água, energia e telefonia, condições de acesso favoráveis para alunos e servidores, edificações erguidas nos imóveis que pudessem ser reaproveitadas, dentre outras que foram objeto de avaliação. Existiram também orientações sobre os prazos e sobre o julgamento das propostas (MEC, 2007).

Nesse sentido, de acordo com IFPI:

No período de junho a agosto de 2007 o Ministério da Educação recebeu e analisou as viabilidades jurídica, técnica e econômica das propostas de apoio à implantação das novas unidades, com vistas a orientar a programação orçamentária e financeira da Ação Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, constante do Plano Plurianual – PPA 2008 – 2011. E, em 28/08/2007 divulgou o resultado do ranking com as pontuações atribuídas a cada município, estabelecendo a ordem segundo a qual as novas unidades da Rede Federal de Educação Tecnológica serão implantadas (IFPI, 2007, p.4).

No caso do Piauí, os municípios escolhidos para a fase II da expansão foram Angical, Corrente, Paulistana, Piripiri, São Raimundo Nonato e Uruçuí. Para se chegar a tais pontuações, dos municípios pré-selecionados, o MEC por meio de uma comissão de especialistas, analisou as propostas das prefeituras com relação as contrapartidas obrigatórias e complementares. Assim, com relação as unidades do IFPI, após avaliação e julgamento das propostas chegou-se a um ranking com as pontuações de acordo com a Chamada Pública 01/2007/SETEC-MEC:

Quadro 9 - Municípios hierarquizados e Ano de implantação

	Classif.	Município	Pontuação	Ano
Piauí	1º	Corrente	35,59	2008
	2º#	Uruçuí	32,24	2008
	3º#	Angical do Piauí	30,07	2008
	4º	Piripiri	18,78	2009

	5°	São Raimundo Nonato	12,08	2009
	6°	Paulistana	10,44	2010

Fonte: SETEC/MEC

Nessa direção, verificou-se nos documentos analisados que as prefeituras dos seis municípios doaram os terrenos, sendo que, nos casos de Angical e Uruçuí, além do imóvel, existiam também edificações preexistentes. Além disso, a maioria delas se comprometeu com a pavimentação do acesso aos Campi, a regularização topográfica, transporte escolar dos alunos, doação de semoventes, equipamentos como computadores, dentre outros.

Segue quadro com o resumo das principais informações destas localidades de acordo com as Propostas de Implantação dos Campi, Projetos Políticos-pedagógicos Institucionais, PDI 2005-2009 e informações no site do IBGE. Tais informações serão relevantes para que se possa analisar os critérios pré-estabelecidos pelo formulador da política, no caso SETEC-MEC, e a posterior implementação.

Quadro 10 - Principais Informações dos municípios escolhidos no Plano de Expansão - Fase II – Piauí.

MUNICÍPIO/ CARACTERÍSTICAS	ANGICAL	CORRENTE	URUÇUÍ	PIRIPIRI	SÃO RAIMUNDO NONATO	PAULISTANA
POPULAÇÃO	6.788	23.226	18.297	60.154	30.852	19.785
DISTÂNCIA DA CAPITAL	125 km	874 km	483 km	157 km	536 km	450 km
MESORREGIÃO	Centro-norte	Sudoeste Piauiense	Sudoeste Piauiense	Norte Piauiense	Sudeste Piauiense	Sudeste Piauiense
MICRORREGIÃO	Médio Parnaíba	Chapadas do extremo Sul Piauiense	Alto Parnaíba	Baixo Parnaíba	São Raimundo Nonato	Alto Médio Canindé
	Entre Rios	Chapada das Mangabeiras		Cocais	Serra da Capivara	

TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO			Tabuleiros do Alto Paraníba			Chapada do Vale do Rio Itaim ¹¹
HIERARQUIA URBANA	Centro Local (5)	Centro de Zona A (4A)	Centro de Zona B (4B)	Centro Sub Regional B (3B)	Centro Sub Regional B (3B)	Centro de Zona B (4B)
IDH	0,630	0,642	0,631	0,641	0,661	0,600
CURSOS PROPOSTOS	Administração, Informática, Matemática, Física, Comércio, Manutenção e Suporte em Informática.	Informática, Agronegócio, Matemática, Física, Meio Ambiente, Química, Gestão Ambiental, Agroecologia.	Agroindústria, Agropecuária, Matemática, Física, Biologia, Gestão Ambiental e Edificações.	Vestuário, Informática, Física e Matemática.	Agronegócio, Informática, Guia de Turismo, Cozinha, Matemática, Física e Hospedagem.	Informática, Mineração, Matemática, Física, Manutenção e Suporte em Informática.
APL	Serviços / Ovinocaprino cultura	Agropecuária/ Hortifrutigranjeiros	Biodiesel / Soja / Hortifrutigranjeiros	Confecção	Turismo/ Ovinocaprino cultura	Mineração / Ovinocaprino cultura
ABRANGÊNCIA	Agricolândia, Água Branca, Amarante, Barro Duro, Hugo Napoleão, Jardim do Mulato, Lagoinha do Piauí, Palemirais, Passagem Franca do Piauí, Regeneração, Santo Antonio dos Milagres, São Gonçalo do Piauí e São Pedro do Piauí.	Alvorada do Gurguéia, Bom Jesus, Colônia do Gurguéia, Cristino Castro, Currais, Eliseu Martins, Manoel Emídio, Palmeira do Piauí, Santa Luz, Avelino Lopes, Curimatá, Júlio Borges, Morro Cabeça no Tempo, Parnaguá, Redenção do Gurguéia, Barreiras do Piauí, Cristalândia do Piauí, Gilbués, Monte Alegre do Piauí, Riacho Frio, Santa Filomena, São Gonçalo do Gurguéia,	Antônio Almeida, Baixa Grande do Ribeiro, Bertolândia, Canavieira, Gudalupe, Jerumenha, Landri Sales, Marcos Parente, Porto Alegre do Piauí, Ribeiro Gonçalves e Sebastião Leal.	Batalha, Brasileira, Boa Hora, Boqueirão, Barras, Cocal de Telha, Domingos Mourão, Lagoa do São Francisco, Mihton Brandão, Capitão de Campos, Pedro II, Piracuruca, São João da Fronteira e São José do Divino.	Brejo do Piauí, Coronel José Dias, São Lourenço do Piauí, Dirceu Arcoverde, Várzea Branca, Bonfim do Piauí, São João do Piauí.	Jacobina do Piauí, Betânia do Piauí, Acauã, Queimada Nova, São Francisco de Assis do Piauí.

¹¹ Até 2007 só existiam 11 Territórios de Desenvolvimento no Estado Piauí quando da implantação do Campus Paulistana e este fazia parte do Território Vale do Rio Guaribas.

		Sebastião Barros.				
TIPOLOGIA	Industrial/ Serviço	Industrial/ Serviço	Agroindustrial	Industrial/ Serviço	Industrial/ Serviço	Industrial/ Serviço

Fonte: Elaborado pela autora com base na Proposta de Implantação dos Campi, Projetos Políticos Pedagógicos Institucionais, PDI 2010-2014 e informações do IBGE.

Ao se analisar as informações do quadro acima, averiguou-se que existiu uma variação entre a população dos municípios escolhidos para a fase II da expansão. Vê-se que se tem desde municípios com menos de 10.000 habitantes, que, conforme IBGE (2018) classificam-se na Hierarquia Urbana como Centros Locais, como Angical, até municípios com mais de 60.000 habitantes, classificados como Centro Sub Regional B (3B), no caso de Piri-piri. Com isso, pondera-se que não houve uma homogeneidade quando da escolha dos municípios (Quadro 12).

Quadro 11 - Hierarquia Urbana do Estado do Piauí

Classificação	Cidades
1º Capital Regional A (2A)	Teresina
2º Centro Sub-Regional (A)	Floriano, Picos e Parnaíba.
3º Centro Sub-Regional (B)	Bom Jesus, Campo Maior, Oeiras, Piri-piri e São Raimundo Nonato .
4º Centro de Zona (A)	Água Branca, Corrente , Esperantina e Valença.
5º Centro de Zona (B)	Uruçuí , Canto do Buriti, Castelo do Piauí, Cocal, Curimatá, Jaicós, Luzilândia, Paulistana , Pedro II, Piracuruca, São João do Piauí, Simões e Simplicio Mendes.
6º Centro Local	Demais municípios e Angical do Piauí

Fonte: Elaborado pelo autor com base no REGIC (IBGE, 2018).

Com base no Quadro 11, observa-se que até a fase II da expansão no Piauí as escolhas das cidades não seguiram a classificação conforme a hierarquia urbana do IBGE, existindo municípios de menor porte, com menor área de influência que foram escolhidos em detrimento a outros de

maior hierarquia. Cabe lembrar que até essa fase já existiam unidades nas cidades de Teresina, Picos, Parnaíba e Bom Jesus (CT-UFPI).

Quanto a localização dos Campi, pôde-se inferir que todos estão localizados no interior do Estado, estando assim de acordo com uma das dimensões da política, a interiorização da educação profissional. Observou-se ainda que existiram unidades bem longínquas, distantes até 874 km da capital. Nesse sentido percebe-se que as quatro mesorregiões do Estado foram contempladas com pelo menos um Campus: Centro Norte (Angical), Norte Piauiense (Piripiri), Sudeste Piauiense (São Raimundo Nonato e Paulistana) e Sudoeste Piauiense (Corrente e Uruçuí). Ademais, também se examinou que as seis unidades foram distribuídas em seis Microrregiões diferentes e em seis territórios de desenvolvimentos diferentes.

Outra informação relevante que se verificou nas Propostas de Implantação foram as áreas de abrangência, como se pode examinar no quadro resumo. Nele foram citadas as cidades que segundo o Plano estariam sobre a influência dos municípios escolhidos. Contudo, ao confrontar com as informações contidas no site do IBGE sobre estas localidades percebeu-se algumas contradições. Como exemplo podemos citar a cidade de Angical que em sua proposta colocou 14 cidades sob sua influência, sendo que algumas delas têm hierarquia urbana maior como é o caso de Água Branca.

De acordo com Tavares (2013) dos municípios escolhidos na fase II para o Piauí, três deles já possuíam autorizações de escolas de ensino profissional, quis sejam: Angical, Corrente e Piripiri. Já Uruçuí, Paulistana e São Raimundo Nonato não possuíam e, por isso tinham uma carência ainda maior nessa área.

Em relação aos cursos propostos inicialmente, viu-se que, ao relacionar com os APLs identificados, os cursos abrangeram áreas afins e outras áreas além das características de seus territórios. Isso se deve segundo Santana (2012, p.34), a uma pesquisa de campo realizada com diversos atores como “gestores da educação, comunidade estudantil de escolas públicas estaduais e municipais da zona rural e urbana, e ainda micro e pequenos empresários do município pesquisado”. Estes ao serem questionados sobre os cursos de seu interesse citaram alguns cursos que não se relacionavam aos APLs. Com isso, percebe-se que na escolha dos cursos foram observados também os interesses das comunidades dos seis municípios.

Sob a ótica dos gestores entrevistados, ao serem questionados sobre os critérios para a escolha das cidades da Fase II:

[...] Já existia um pré-entendimento, essa lista foi feita em cima de um pré-levantamento feito pelo Instituto Federal. Aí não tinha Angical nesse rol, era outro município, a proposta era Água Branca, não era Angical, porque até em termos de infraestrutura de cidade para acolher até nossos professores, nossos servidores, era uma cidade que tinha uma infraestrutura melhor. Não estou menosprezando os pequenos municípios, mas eu não vejo justificativa para se colocar um Campus em Angical. Inicialmente foi feito todo um levantamento em todo o Piauí, eu e o professor Junior fizemos todo esse levantamento de quais seriam as regiões com relação a questão da população, esses polos o número de municípios que seriam atendidos, foi prioritário a população, os arranjos produtivos, mesmo que a gente não tivesse eles bem definidos mas existia um indicio de arranjo produtivo e na época Água Branca ficaria numa situação melhor, a distância entre aqueles municípios daquela região elas são muito pequenas, eles são muito próximos, então com relação a dizer que Angical seria mais no centro, é meio falha, não é bem assim, e se teve muita dificuldade com isso. (Gestor 7)

Pode-se perceber que, de acordo com o Gestor 7, antes da Chamada Pública da SETEC-MEC, o IFPI fez um pré-levantamento das cidades que seriam escolhidas para a implantação dos Campi. Entretanto, conforme tal entrevistado houve uma mudança “eu acho que houve uma intervenção política junto ao MEC”, relatando que, a princípio, a cidade que deveria receber o Campus seria Água Branca.

Nesse sentido, o Gestor 1 disse:

[...] pegando um gancho do que você falou: “critério político ou técnico?”, na realidade sempre foi técnico, porque técnico? porque levava em conta diversas variáveis como população, desenvolvimento da região, necessidade de se ter arranjo produtivo, tudo isso foi feito pesquisas e mais pesquisas, audiências públicas envolvendo poder público, no caso municipal, prefeitura, igreja, ministério público, sociedade civil organizada, através de Ong’s, tudo isso daí e aquelas associações que representam os arranjos produtivos, então isso foi feito religiosamente, se cumpriu todas essas etapas[...] (Gestor 1)

Ao relacionar as falas dos gestores entrevistados, viu-se que o gestor 7 fala sobre uma intervenção política em umas das localidades escolhidas pois não atendia plenamente aos critérios da política; enquanto para o Gestor 1 atendeu-se aos critérios preestabelecidos, não tendo questões políticas relevantes e sim questões técnicas. Isso demonstra certo dissenso na opinião dos gestores.

De acordo com Hill (2006), no ciclo da política pública as fases muitas vezes não estão claramente definidas e por isso se confundem durante a execução podendo haver uma (re) formulação já durante a fase de implementação como vimos nos trechos das entrevistas dos gestores.

Corroborando quanto à visão dos gestores quanto aos critérios de escolhas dos municípios para a fase II da expansão do IFPI, o Gestor 2 relata que:

[...] essas unidades foram colocadas onde, geralmente os critérios eram centros, grandes centros regionais, lógico a estrutura urbana do Piauí não oferece grandes cidades, mas viu-se a possibilidade de você ter o Campus numa cidade e ele atender uma mesorregião e aí foi feito, a gente teve as cidades de Piripiri, São Raimundo Nonato, Corrente, Uruçuí e Angical. Angical é um caso atípico porque é uma cidade relativamente pequena do ponto de vista populacional, em torno de 6.000 habitantes então ela foge de certa forma o padrão dos demais, tendo em vista que as outras já tinham uma população maior.

Segundo o Gestor 2, a prioridade foi que os Campi atendessem a uma mesorregião, conforme os critérios da política, porém houve várias discussões sobre a implantação do Campus na cidade de Angical, porque “ela foge de certa forma o padrão dos demais”. Ainda na entrevista deste gestor ele informa que vários prefeitos buscaram o governador do Estado para mudar esta decisão. Observa-se assim que houve embates políticos na arena decisória.

Quanto a escolha da cidade de Piripiri, segundo o Gestor 1, “situava-se numa região mais central” em relação ao Norte do Estado e que Campo Maior, pela proximidade com Teresina, seria atendida pela capital, naquele momento. Além disso, justificou o citado gestor, que existia uma política de redução no preço das passagens de ônibus para os estudantes daquela região, o que facilitaria o acesso dos estudantes as escolas próximas.

Para os municípios escolhidos da região Sul do estado na segunda fase, não houve divergências entre os gestores entrevistados quanto ao atendimento dos critérios preestabelecidos da política. Viu-se que o Campus Uruçuí e a região do seu entorno, naquele momento estavam tendo um crescimento econômico no setor do agronegócio. Outro escolhido do Sul, o Campus Corrente tinha uma região carente e abrangia 18 municípios ao seu redor, além de cidades do Estado da Bahia. E por fim Paulistana, que estava localizada no semiárido piauiense e que, naquele momento, estava com estudos avançados sobre minérios na região, além da possibilidade da vinda da Companhia do Vale do Rio Doce, segundo informações do Gestor 3.

Outro fator importante que retratou a fase de implementação foi com relação aos cursos ofertados, conforme relatou o Gestor 3:

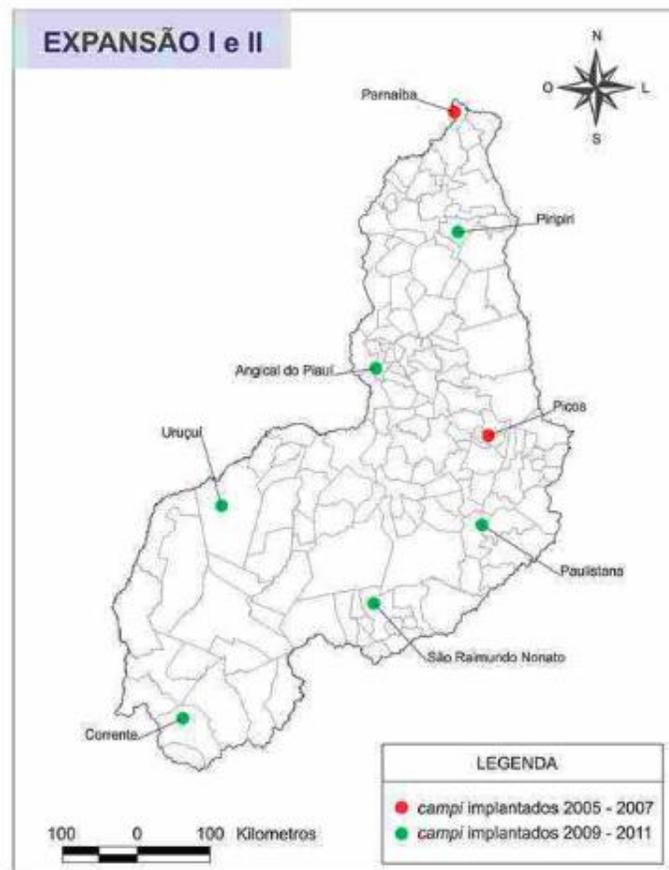
[...] na escolha dos cursos era também obedecendo a critérios, quais critérios: os cursos deveriam ser criados de acordo a atender a vocação local, a vocação da região, não só da cidade como também da região e eram criados não só cursos, como criados digamos eixos, que quando determinado curso, porque a gente sempre pensava, você vai criar um curso

X então você vai produzir uma quantidade de mão de obra para esse curso por um determinado período de tempo, vai chegar um tempo que não vai ter mais mercado para a mão de obra desse curso, aí você não vai poder fazer concurso para novos professores.

Nesse trecho da entrevista verificou-se com os gestores do IFPI, junto com os servidores que faziam parte das comissões, realizavam os estudos dos cursos para as novas unidades. De acordo com o entrevistado deveria ser levado em conta a vocação da região, indo de encontro ao critério de privilegiar os APLs, mas também a estratégia de se criar eixos para que se tivesse rodízio de cursos e assim não houvesse uma saturação do mercado.

Assim, após os trâmites iniciais, foram feitas as licitações para a construção dos Campi, e no ano de 2010, as unidades da fase II foram inauguradas, conforme consta no PDI 2010-2014. Segue figura com as unidades do IFPI das Fases I e II:

Figura 10 - Campi implantados nas Fases I e II do IFPI



Fonte: SANTANA, 2012.

5.4.2.1 Escola Federalizada

Dentro desse período, apesar de não constar nos documentos da Fase II, mais uma Unidade foi implantada no IFPI. Trata-se do hoje Campus Teresina Zona Sul. Nesse caso, segundo informações do PDI da instituição, esta Unidade foi repassada ao IFPI pela Prefeitura de Teresina, proveniente do PROEP, tendo sido uma das escolas federalizadas durante o Plano de Expansão da Educação Profissional. A doação do imóvel se deu pela Lei Municipal nº 3.888 de 16 de julho de 2009.

Verificou-se que, inicialmente, o Campus Teresina Zona Sul, segundo Amorim (2019), iniciou suas atividades como um Campus Avançado durante o ano de 2008, vindo posteriormente a alcançar sua autonomia administrativa como Campus em 2010. Segue quadro com as principais informações do Campus:

Quadro 12 - Informações da Unidade Teresina Zona Sul – escola federalizada

Informações	Teresina
Mesorregião	Centro Norte Piauiense
Microrregião	Teresina
Território de Desenvolvimento	Entre Rios
Distância da Capital	00
População	814.230
Abrangência	União, José de Freitas, Altos, Nazária e Demarval Lobão.
APLs	Produção de hortaliças, fruticultura, piscicultura, ovinos, caprinos, turismo de negócios e confecções.
Hierarquia Urbana	Capital Regional A (2A)
IDH	0,751
Cursos propostos (áreas)	Gatronomia, Design de Moda, Edificações, Saneamento, Vestuário, Cozinha, Estradas, Panificação e Agrimensura.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no PDI 2009-2013/IBGE (BRASIL, 2010).

Com base nas informações do quadro acima, examina-se que, apesar de Teresina já possuir uma unidade, o Campus Teresina Central, os gestores buscaram propor outros cursos na Unidade

Zona Sul. Trata-se da região mais populosa do estado, o maior PIB e com influência sobre os demais territórios. Com isso percebeu-se que a implantação de mais uma unidade na capital, devido a sua posição estratégica, viria a suprir a demanda de qualificação da mão de obra.

Segue relato da implementação do Campus Teresina Zona Sul pelo Gestor 7:

[...] Em 2007 houve o repasse do Campus Teresina Zona Sul. O ano de 2008 foi o ano de organização do Campus, precisou fazer algumas obras e aí foi aquela parte de levar professor para lá, montar toda aquela parte pedagógica, dos projetos dos cursos, teve a transferência de toda a área da construção civil, que era vinculada ao Campus Teresina Central que foi para o Teresina Zona Sul, os cursos de Edificações, Estradas e Saneamento. Estes 3 cursos foram transferidos para o Zona Sul e na época houve uma exigência da prefeitura que a gente continuasse a oferta de parte ou de todo o que eles haviam pensado para aquela estrutura, então além desses 3 cursos foi também a área de gastronomia e a área de confecção do vestuário, que esses dois eixos eles estavam no projeto original da prefeitura de Teresina para aquela unidade, então esse Campus chegou, foi assim, o MEC disse, “ a partir de agora vocês vão tomar conta”, porque que houve isso, a prefeitura fez a proposta de construção e o MEC acatou mas quando chegou a hora de funcionar a prefeitura de Teresina queria que o MEC repassasse os recursos, só que aí já não poderia ser feito porque a prefeitura teria que fazer toda a manutenção e depois ela disse no final que não teria condições de bancar, aí o MEC chamou o Instituto Federal, que no tempo ainda era CEFET, para que assumisse aquela estrutura [...]

Do relato acima, pode-se inferir que a Prefeitura de Teresina, ao analisar os custos de manutenção da estrutura e do quadro de pessoal, e que não seriam repassados recursos desta natureza pelo governo federal, resolveu repassar a estrutura para o IFPI. Então no ano de 2008 o IFPI começou a reestruturação do Campus, com obras, a parte pedagógica dos cursos e de pessoal.

Neste sentido, fica evidente que, apesar do Campus Teresina Zona Sul não ter constado na Chamada Pública 001/2007/MEC/SETEC, houve espaço para no decorrer da implementação da política pública, os atores negociassem e usassem da discricionariedade para a expansão de mais uma unidade.

5.4.3 Fase III

Apesar da mudança de governo, a nova gestão decide dar continuidade ao Plano iniciado em 2005, e assim, no ano de 2011 o governo federal lança a Fase III da Expansão, com a proposta de mais 208 unidades até o ano de 2014. Nessa fase, segundo o site do MEC, permaneceram os propósitos iniciais da política, quais: a superação das desigualdades regionais e a qualificação por meio de cursos técnicos como forma de melhoria de vida para a população.

Nesse sentido segundo PPA 2012-2015 (BRASIL, 2011, p. 33):

Para que a juventude se beneficie da ampliação das oportunidades econômicas em curso no Brasil, várias políticas vêm sendo empreendidas desde 2003, como a ampliação das redes federais de educação superior e profissionalizante e a instituição do Programa Universidade para Todos (ProUni), do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e do benefício variável jovem do Bolsa Família. Políticas que vêm contribuindo para a ampliação da escolaridade e formação dos jovens e às quais se integrarão outras, no governo da Presidenta Dilma, como o PRONATEC, **novas expansões das redes federais de educação profissional** e superior e o Plano Brasil Sem Miséria, que combina ampliação dos serviços, inclusão produtiva e garantia de renda.

Observou-se, com base no texto, que continuava nos planos do governo “novas expansões das redes federais de educação profissional”. Ainda no PPA, apontou-se estudos do IPEA quanto a relevância dos investimentos na formação dos trabalhadores, pois naquele momento no Brasil, dentre os desempregados, apenas 29% possuíam alguma qualificação e, com relação aos ingressantes no mercado de trabalho pouco mais de 45% tinham alguma qualificação ou experiência para o trabalho, justificando com isso a importância econômica e social dos investimentos na educação profissional (BRASIL, 2011).

De acordo com Silva (2017, p. 109), a Fase III:

O lançamento do Plano de Expansão 3 ocorreu no dia 16 de agosto de 2011, em uma solenidade realizada no Palácio do Planalto. Na oportunidade a então Presidente da República Dilma Vana Rousseff anunciou a construção de mais 208 novas unidades da Fase 3 da expansão da RFEPC. Parte dos campus anunciados estava em construção por terem sido iniciados na —Fase dois e meio como, por exemplo, o campus Palhoça-Bilíngue em Santa Catarina.

Nesse sentido, o supracitado autor retrata que, durante a Fase II, tanto governos estaduais, quanto municipais, buscaram os atores do governo federal, como o ministro, deputados federais e senadores para conseguirem mais unidades para seus estados. Após essas articulações políticas, novos Campi surgiram, dando-se o nome de “fase dois e meio”.

Assim, após o lançamento em 16/08/2011, coube ao Conselho Nacional das Instituições Federais - CONIF apresentar o Plano de Expansão da RFPCT (2011-2014) para os municípios eleitos, de acordo com o Anexo I. Neste documento existia a informação de que 88 (oitenta e oito) Campi estavam em processo de instalação e mais 120 (cento e vinte) Campi seriam objeto daquela reunião, para novas unidades, totalizando os 208 previstos para a Fase III.

Ainda de acordo com o Plano, a escolha dos municípios foi orientada por uma abordagem multicriterial, que levou em conta variáveis econômicas, geográficas, demográficas, socioambientais e culturais, conforme consta no plano:

1) PARA DEFINIÇÃO DE NÚMERO DE UNIDADES POR ESTADO

- População do estado em relação à população do País;
- Presença de escolas federais e/ou estaduais de educação Profissional em atividade;
- Relação inversa do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB por estado;
- Percentual de jovens entre 14 e 18 anos nas séries finais do ensino fundamental.
- Percentual de população em extrema pobreza na unidade da Federação
- Percentual de população atendida por UF através de Campus Federal

2) PARA DEFINIÇÃO DE MUNICÍPIOS

- Universalização de atendimento aos Territórios da Cidadania;
- Atendimento aos municípios populosos e com baixa receita per capita;
- Municípios com percentual elevado de extrema pobreza;
- Atendimento prioritário aos municípios ou microrregiões com população acima de 50.000 habitantes;
- Universalização do atendimento às mesorregiões Brasileiras;
- Municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais;
- Municípios com Arranjos Produtivos Locais -APLs identificados;
- Entorno de grandes investimentos;
- Interiorização da oferta pública de Educação Profissional e Ensino Superior. (MEC,2011, p.1-2)

Além dos critérios acima, a SETEC-MEC deixa claro, no documento, que o Ministério da Educação é o agente principal do Plano, sendo responsável pelas obras de construção, compra de equipamentos, contratação de pessoal e toda a estrutura necessária para o funcionamento das novas unidades, cabendo aos municípios selecionados a doação dos terrenos à União, que estivessem dentro dos pré-requisitos citados no Plano para que fossem aprovados.

Ao analisar os documentos internos do IFPI sobre os Estudos Preliminares para a Fase III, observou-se que, segundo a Comissão que elaborou os projetos, essa encontrou dificuldades para a escolha dos municípios, devido às características do estado, ao considerar os índices populacionais e as áreas geográficas, pois as densidades demográficas eram pequenas, haja vista maior concentração populacional se encontrar na capital Teresina-PI e região do entorno. Na lista preliminar que data de agosto de 2010 existiam 23 cidades potenciais para serem atendidas pela instituição.

No caso do IFPI, para a Fase III, os municípios escolhidos foram, inicialmente, Pedro II, Oeiras e São João (fase dois e meio), Campo Maior, Cocal e Valença. Segue quadro com as principais informações dos Campi elaborados a partir dos Estudos Preliminares, Planos de Implantações, PDIs 2010-2014 e 2015-2019 do IFPI e informações do site do IBGE.

Quadro 13 - Campus do IFPI Plano de Expansão Fase III (2011/2014)

MUNICÍPIO/ CARACTERÍSTICAS	OEIRAS	PEDRO II	SÃO JOÃO DO PIAUÍ	CAMPO MAIOR	COCAL	VALENÇA
POPULAÇÃO	34.538	36.675	18.689	45.177	26.036	20.326
DISTÂNCIA DA CAPITAL	350 km	220 km	368 km	100 km	289 km	224 km
MESORREGIÃO	Sudeste Piauiense	Centro-Norte Piauiense	Sudeste Piauiense	Centro-Norte Piauiense	Norte Piauiense	Centro-Norte Piauiense
MICRORREGIÃO	Picos	Campo Maior	Alto Médio Canindé	Campo Maior	Litoral Piauiense	Valença
TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMEN TO	Vale do Canindé	Cocais	Serra da Cativara	Carnaubais	Planície Litorânea	Vale do Sambito
HIERARQUIA URBANA	Centro Sub Regional B (3B)	Centro de Zona B (4B)	Centro de Zona B (4B)	Centro Sub Regional B (3B)	Centro de Zona B (4B)	Centro de Zona A (4A)
IDEB¹²	3,9	3,1	3,5	4,2	4,3	3,7
Percentual de Pobreza (Piauí)¹³	55,10%	56,41%	58,71%	55,27%	58,50%	57,16%
IDH	0,625	0,571	0,650	0,656	0,497	0,647
CURSOS PROPOSTOS	Administração, Comércio, Edificações e Matemática	Joalheria, Restaurante e Bar, Eventos, Cozinha, Meio Ambiente e Biologia	Agroecologia, Zootecnia, Mecânica, Química, Agronegócio, Meio Ambiente.	Administração, Agricultura, Informática e Matemática.	Administração, Agricultura, Matemática, Química e Agroecologia.	Administração, Meio Ambiente, Agropecuária e Biologia.
APL	agricultura/ pecuária de	turismo rural/artesanato	agricultura/ agricultura	ovinos/ caprinos/	Agricultura/ pecuária/	ovinos/ caprinos/

¹² IDEB com base no ano de 2011 e levando em conta as series finais do ensino fundamental (IBGE,2021).

¹³Percentual de pobreza que consta no site do IBGE Municípios (IBGE, 2021).

	ovinos e caprinos/ agroindústria	/ extrativismo mineral/ apicultura /fruticultura irrigada/pecuária de ovinos caprinos	irrigada/ apicultura / pecuária de ovinos e caprinos/ agroindústria	produção de carne de sol/ fruticultura irrigada	comércio e serviços	psicultura/ apicultura/ artesanato
ABRANGÊNCIA	Cajazeiras do Piauí, Colônia do Piauí, Dom Expedito Lopes, Paquetá, Santa Cruz do Piauí, Santa Rosa do Piauí, São Francisco do Piauí, São João da Varjota, Tanque do Piauí, Wall Ferraz	Capitão de Campos, Cocal de Telha, Domingos Mourão, Jotobá do Piauí, Lagoa de São Franciso, Milton Brandão, São João da Fronteira e Sigefredo Pacheco	Bela Vista do Piauí, Brejo do Piauí, Campo Alegre do Fidalgo, Capitão Gervásio Oliveira, Dom Inocêncio, JoãoCosta, Pajeú do Piauí, Ribeira do Piauí, Socorro do Piauí e Pedro Laurentino.	Coivaras, Altos, Nossa Senhora de Nazaré, Jatobá do Piauí, Capitão de Campos, Cabeceiras do Piauí e Cocal de Telha.	Bom Princípio-PI, Buriti dos Lopes, Caraúbas do Piauí, Cocal dos Alves.	Inhuma, Aroazes, Pimenteiras, Elesbão Veloso, Lagoa do Sítio, Novo Oriente do Piauí e Ipiranga do Piauí.
População Total atendida¹⁴	82.214	85.545	63.448	122.428	61.511	87.870

Fonte: Elaborada pelo autor com base no PPIs e site do IBGE.

Cabe lembrar que, até a Fase II, todas as mesorregiões do Estado já haviam sido atendidas, desta forma, na Fase III priorizou-se as microrregiões. O Estado do Piauí possui 15 microrregiões e, até a fase III, já existiam unidades em dez delas. Portanto, apenas as microrregiões do Alto Médio Gurguéia, Bertolínia, Pio IX, Valença do Piauí e Campo Maior ainda não haviam sido contempladas com Campi do IFPI.

Nesse sentido, ao examinar o quadro com as informações dos Campi escolhidos, percebe-se que nessa etapa foram escolhidas as microrregiões de Campo Maior (unidades Campo Maior e Pedro II) e Valença, que ainda não possuíam nenhuma unidade do IFPI; porém os municípios de São João do Piauí e Cocal estão em microrregiões que já tinham escolas federais. Assim, verifica-se que três microrregiões permanecem sem nenhum Campus, sendo que uma delas já possuía um Colégio Técnico vinculado a Universidade Federal do Piauí (Bom Jesus-PI). Ademais, observou-se ainda que, no quesito microrregiões com abrangência de pelo menos 50.000 habitantes, todas as unidades estão de acordo.

¹⁴ Soma da população dos municípios abrangidos conforme constam nas propostas de implantação dos Campi.

Quanto a hierarquia urbana, averiguou-se que todos os municípios eleitos possuíam algum grau de influência sobre outros municípios do seu entorno, sendo três deles classificados como Centro de Zona (B), um como Centro de Zona (A) e dois como Centro Sub-Regional (B).

Figura 11 - Hierarquia Urbana dos municípios escolhidos do IFPI – Fase III



Fonte: Elaborado pelo autor com base no REGIC (IBGE, 2018).¹⁵

Outro fator importante tratou da dimensão da interiorização, pois todos os Campi estão localizados no interior do Estado, com distância mínima de 100 km (Campo Maior) e máxima de 368 km (São João do Piauí) em relação a capital Teresina. Nesse sentido pode-se inferir que houve a interiorização.

Quanto ao Território da Cidadania¹⁶, que foi também critério para a escolha dos municípios, no Piauí existem sete Territórios de Desenvolvimento que são classificados como Territórios da Cidadania (IBGE, 2010). Ao relacionar as cidades escolhidas verificou-se que três delas estão dentro desses territórios: Campo Maior (Carnaubais), São João do Piauí (Serra da Capivara) e Oeiras (Vale do Canindé).

¹⁵ Em negrito todas as cidades já contempladas com unidades do IFPI desde a Pre expansão até a Fase III e com sombreamento apenas as da terceira fase.

¹⁶ O Território da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania (EMBRAPA, 2008, p. 2).

Além dos pontos já abordados, outro ponto importante que consta no plano tratava dos Arranjos Produtivos Locais identificados, e conforme documentos analisados, estes constam nos Planos de Implantação dos Campi e foram levados em conta quando da elaboração dos Projetos Pedagógicos para a implantação dos cursos, em maior ou menor grau, porém, como na fase II também se levou em consideração o interesse da sociedade local.

Nessa etapa também se procurou relacionar o número de unidades ao Índice de Desenvolvimento da Educação - IDEB para se chegar ao número de unidades que cada Estado deveria receber, levando em conta a ordem inversamente proporcional, ou seja, seriam priorizados os Estados com menor índice. Nesse sentido, segundo IBGE (2011), o IDEB do Brasil foi de 3,9 e o do Piauí 4,0. Assim, ao relacionar as unidades escolhidas vê-se que três delas ficaram com valores abaixo da média nacional e estadual (Pedro II, São João e Valença), uma dentro da média nacional (Oeiras) e as outras duas acima dos valores nacional e estadual (Campo Maior e Cocal).

Outro fator que foi levado em consideração pelos formuladores da política, quanto aos critérios para o número de unidades, foi o percentual de pobreza da população de cada Estado. De acordo com IBGE (2010), a incidência de pobreza no Brasil é maior nos municípios de médio porte (10 mil a 50 mil habitantes), e essa incidência é maior no Nordeste, onde se concentra a maior parte dos extremamente pobres, 9,61 milhões ou 59,1%. Com isso, ao comparar com o Piauí, que historicamente sempre foi um dos Estados mais pobres da federação, junto ao Maranhão e Alagoas, pode-se inferir que seria priorizado quanto ao número de unidades a serem implantadas.

Assim, após detalhamento das informações das unidades e análise, de acordo com os critérios estabelecidos para essa etapa, segue a perspectiva dos gestores públicos (servidores da instituição) envolvidos na implementação das unidades do IFPI.

O Gestor 7, ao se referir a essa etapa diz:

[...] depois a gente teve a última fase que entrou os demais Campi: São João, Pedro II, Valença, Cocal, Oeiras e Campo Maior, dessa fase aí eu já participei só do início, aí depois com a parte das obras eu já não estava mais a frente. Eu dei o apoio até a elaboração do projeto, visita em campo, contato com os prefeitos. Nessa terceira fase não foi feita em cima de edital não, que eu me lembre não teve edital. O que é que foi feito, um novo levantamento, do mesmo jeito que foi feito a previa da fase II, né, foi feito um levantamento, aí se viu o município que a gente atenderia em termos de população e também dos arranjos produtivos. Foi o Instituto que fez essa indicação, da mesma forma que foi feita na fase II [...]

No trecho acima se observa mais uma vez como os gestores envolvidos na implantação das unidades tinham papéis além de executores. Existia uma articulação tanto com os burocratas do

alto escalão quanto com os do seu entorno, no caso os prefeitos. Também se pode examinar que o IFPI fez um levantamento e a indicação dos municípios que seriam selecionados para esta fase. Assim, verifica-se a perspectiva relacional desse gestor devido a interação entre os níveis hierárquicos para a implementação da política, demonstrado o papel estratégico desses agentes.

Quanto a observância dos critérios:

[...] na fase III, os critérios eram que deveriam ser em cidade com população em torno de 50 mil habitantes. O Piauí já tem poucas cidades com essa quantidade de pessoas e essas cidades já tinham Campus também e aí se buscou novamente o argumento da região, você ter uma região que configurasse essa população e aí também veio mais seis unidades para cá, que foram Cocal, Pedro II, Campo Maior, que já era uma cidade grande, mas não havia sido contemplada, Valença, Oeiras e São João do Piauí. Então essas cidades foram contempladas na terceira expansão. (Gestor 2)

[...] as implantações foram respaldadas nesses critérios, mas com certeza os nossos políticos não ficaram alheios, a época da implantação dessa Rede, ainda mais em um estado carente como é o nosso, era porque no que diz respeito ao ensino o Instituto Federal veio suprir essa grande necessidade e hoje o nosso estado ele aflora, exportamos os nossos alunos para grandes empresas. Com certeza o nosso Reitor, respaldado em documentos, junto ao MEC, ele conseguiu esse número expressivo de unidades para o nosso estado e eu não vejo de outra forma, tudo depende de uma política[...] (Gestor 6)

[...] quem estava a frente era o professor Rômulo que elaborou junto com a equipe e depois passou para mim e eu fiz toda a reorganização desses projetos, a revisão, reorganizamos algumas coisas porque não estavam atendendo as diretrizes do MEC, mas aí as escolhas desses locais partiram do IFPI para o MEC, em cima dos critérios técnicos, da gente atender a maior quantidade possível de municípios, a maior quantidade populacional e uma maior quantidade de arranjos produtivos. (Gestor 7)

Examina-se com base nos entrevistados que ocuparam os cargos de Pró-Reitores e Diretor Geral durante a implementação, que a alta administração do IFPI junto as comissões seguiram os critérios da SETEC-MEC. Na fala do Gestor 2 verificou-se ainda a justificativa para a escolha de cada cidade, pois no Piauí as cidades com mais de 50.000 habitantes já haviam sido contempladas. Desse modo, buscou-se o argumento da região, da soma da população das cidades do entorno. Já na fala do Gestor 6, observou-se que também existiram interferências políticas, além dos critérios técnicos. Percebe-se com isso que houve mais uma vez embates políticos na arena decisória da formulação e implementação da política pública.

Ao questionar os gestores sobre as escolhas das unidades e sobre algumas cidades de maior população não terem sido atendidas na fase III:

[...] eu deixei mais 5 escolas para serem feitas no estado do Piauí. Gente uma escola dessas traz muita felicidade para a população, traz muito recurso para o município, cresce

o estado, cresce a área educacional. Cinco escolas estavam marcadas e Barras estava no meio, estava aquela outra daquela Janaína, Luzilândia estava, estava **Barras, Luzilândia, Canto do Buriti**, porque é assim, nós temos uma escola de diferença de município para município, porque que eu ia criar a expansão da Reitoria. (Gestor 4) (grifos nosso)

Na época eu não lembro se houve alguma manifestação de algumas das prefeituras de **Barras, Esperantina ou Luzilândia**, talvez tenha tido de Luzilândia, eu acho que teve mais não ficava dentro dos critérios que tinham sido estabelecidos, da distância dos municípios do entorno, isso daí foi tudo feito, de se ver essas distância, porque, porque a prefeitura do município vizinho teria que deslocar esses estudantes, quanto mais distante, mais complicado e principalmente que não existe recurso do Ministério da Educação para fazer o transporte público de alunos do ensino médio, o recurso que vai para o transporte escolar é para a educação básica, do ensino fundamental. Então isso daí seria uma contra partida da prefeitura para que fizesse esse deslocamento, então quanto maior as distâncias mais complicado, então acho que Luzilândia caiu nesse ponto, aqueles municípios do entorno são muito distantes, e também atenderia a uma população pequena, que foi mais ou menos esse critério na época. Barras eu acho que não houve manifestação da prefeitura, eu não lembro, não lembro se eles colocaram algum terreno, ou se o terreno não era adequado, porque ainda tinha isso né, a exigência era de no mínimo 5 hectares para poder fazer e muitas vezes esses cinco hectares eram distantes demais do Centro [...] (Gestor 7)

Pode-se compreender com base nos trechos das entrevistas do Gestor 4 e do Gestor 7, que foram feitos Estudos Preliminares para outras cidades, dentre elas Barras, Luzilândia, Canto do Buriti e Esperantina, porém, ao confrontar com os critérios propostos pela política estes não foram contemplados na fase III, podendo ser contemplados em uma possível nova fase da expansão.

Assim, no ano de 2012 segundo informações do PDI 2020-2024 foram inaugurados os Campi Oeiras, Pedro II e São João; e no ano de 2014 os Campi de Campo Maior, Cocal e Valença. Cada unidade com 10 salas, laboratórios, áreas administrativas, restaurantes e auditórios.

5.4.3.1 Campus Avançados da Fase III

Dentro da Fase III o Piauí foi contemplado ainda com três Campi Avançados, José de Freitas, Pio IX e Teresina Dirceu, conforme consta no PDI 2015-2019 (IFPI, 2014, p.17):

Como parte do plano de expansão do Governo Federal, estão em fase de implantação três Campus Avançados (**José de Freitas, Pio IX e Teresina Dirceu**) e um Centro de Referência em Programas e Projetos Especiais de Guadalupe. (grifo nosso).

Com dito anteriormente os Campus Avançados são Campus que administrativamente são vinculados a outras unidades administrativas ou excepcionalmente a Reitoria. No caso dos três Campi Avançados do IFPI, inicialmente foram vinculados a Reitoria. Estas unidades são destinadas

a desenvolver a EP por meio de atividades de ensino e extensão, porém, circunscritas a áreas temáticas ou especializadas (MEC, 2013).

Dentro da análise documental, não foram localizados nos documentos da instituição os Planos de Implantação. Assim, para identificar as principais informações recorreram-se aos PDIs, Relatórios de Gestão, outros documentos do órgão e informações nos sites do IFPI e do IBGE. Para análise dessas unidades segue quadro informativo:

Quadro 14 - Municípios Campus Avançados IFPI - Fase III

MUNICÍPIO/ CARACTERÍSTICAS	Teresina - Dirceu	José de Freitas	Pio IX
POPULAÇÃO	814.230	37.085	17.671
DISTÂNCIA DA CAPITAL	0	44,7 km	450 km
MESORREGIÃO	Centro Norte Piauiense	Centro Norte Piauiense	Sudeste Piauiense
MICRORREGIÃO	Teresina	Teresina	Pio IX
TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO	Entre Rios	Entre Rios	Vale do Rio Guaribas
HIERARQUIA URBANA	Capital Regional A (2A)	Centro Local	Centro Local
IDH	0,751	0,618	0,564
IDEB	3,9	3,6	3,7
CURSOS PROPOSTOS	Administração Logística	Agroecologia Agricultura	Agropecuária
APLs	Produção de hortaliças,	Produção de hortaliças,	Ovinos, caprinos, cajucultura,

	fruticultura, piscicultura, ovinos, caprinos, turismo de negócios e confecção.	fruticultura, piscicultura, ovinos, caprinos, turismo de negócios e confecção.	apicultura e mandioca.
ABRANGÊNCIA	União, José de Freitas, Altos, Nazária e Demerval Lobão.	Altos, União, Cabeceiras do Piauí e Barras.	Fronteiras, São Julião, Alagoinha, Monsenhor Hipólito, Alegrete do Piauí, Vila Nova do Piauí.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos PDIs, site do IFPI e do IBGE.

De acordo com o quadro verifica-se que duas unidades (Dirceu e José de Freitas) estão localizadas no Território de Desenvolvimento Entre Rios, que se trata do território mais populoso do Estado, sendo uma das unidades na capital e outra na região de influência da mesma. Quanto a outra unidade, esta se localiza no interior do estado, no território do Vale do Rio Guaribas e na Microrregião de Pio IX, que era uma das regiões ainda não contempladas com uma unidade do IFPI.

Quanto a questão da hierarquia urbana vê-se que entre as unidades tem-se duas como Centro Local, que segundo o IBGE não são caracterizadas como zona de influência para outros municípios e um na capital, que no caso é caracterizada com Capital Regional A (2A). Para a unidade localizada na capital, sabe-se que esta é uma região estratégica do Estado e que tem influência sobre o todo o Piauí.

Em relação ao IDEB, examina-se que os três municípios eleitos para as unidades têm índices abaixo dos valores estaduais e nacionais. Assim, pode-se ponderar que são regiões que devem ser priorizadas para a escolha de novas unidades do IFPI.

Outro fator importante como critério são os arranjos produtivos locais, e esses foram identificados. Além disso, examina-se que os cursos propostos para o Campi foram de acordo com as potencialidades de cada região, conforme proposto na política de expansão dos Institutos Federais.

Nessa perspectiva, seguem os relatos dos gestores do IFPI quanto aos Campi Avançados:

Sobre os Campi Avançados eu participei de uma parte. **O do Dirceu foi uma proposta da Assembleia para fazer uma parceria com o IFPI**, então eu fiz a visita no local, nós fizemos uma pré proposta do que poderia ser feita a oferta e depois isso foi dado continuidade foi feita a implantação, eu sei que teve um tempo que o MEC não queria

mais aceitar Campus assim, tipo o Dirceu, eles não quiseram e depois eles aceitaram.
(Gestor 7) (grifo nosso)

No trecho da entrevista acima o Gestor 7 relata que a Unidade do Dirceu se deu por repasse da Assembleia Legislativa. Inicialmente a estrutura cedida não seguia os parâmetros exigidos pelo MEC, mas depois aceitaram. Nesse sentido também relata o Gestor 4 que recebeu a estrutura de Pio IX já toda reformada e pronta para que o IFPI pudesse começar as atividades. De acordo com as informações levantadas os três Campi Avançados foram repassados ao IFPI de estruturas já existentes de outros entes da federação.

Assim em 2014 esses Campi tiveram as portarias de implantação e começaram suas atividades, porém o Campus Avançado de José de Freitas só teve a portaria de funcionamento no ano de 2016.

Logo, levando em conta os pressupostos do enfoque da análise de políticas públicas, examinou-se que a implementação das unidades do IFPI, durante as fases de expansão, não se utilizou apenas da abordagem multicriterial do plano de expansão como variáveis econômicas, geográficas, demográficas, socioambientais e culturais, mas também do papel dos gestores públicos implementadores da política, no caso os ocupantes dos cargos do alto escalão do IFPI, para a sua concretização.

6 CONCLUSÃO

A partir do estudo sobre a política pública de educação profissional que levou à expansão dos institutos federais, pode-se verificar que, com a Lei 11.195/2005, o governo federal avançou no fomento a educação profissional e com a Lei 11.892/2008 levou a consolidação deste novo formato institucional. Nesse sentido, esta pesquisa buscou compreender a importância dos atores envolvidos, desde a formação da agenda até a implementação. Estes gestores públicos seguiram critérios técnicos estabelecidos nos Planos de Expansão elaborados pela SETEC-MEC, porém, o estudo de caso do IFPI e a revisão da literatura também retrataram a presença da discricionariedade dos gestores do IFPI e interferências políticas ao longo das três fases da expansão, conforme Oliveira e Gonçalves Júnior (2015) e Silva (2017).

Esta política veio no momento em que a economia estava crescendo e com isso o ambiente estava favorável a ampliação dos investimentos públicos, por conseguinte, muitos empregos seriam gerados e a população precisaria de qualificação, justificando a agenda do Governo Federal, que formulou uma política pública com o objetivo de aumentar as vagas no ensino profissional, bem como a aposta do governo no desenvolvimento local e na permanência destes em sua região, dos novos profissionais qualificados. Consequentemente, não precisariam sair para outras regiões em busca de oportunidades e melhoria na qualidade de vida, diminuindo assim os fluxos migratórios.

Com base nisso em 2005 o governo elaborou o Plano de Expansão da Fase I, que inicialmente no Piauí trouxe duas unidades (Picos e Parnaíba), situadas em regiões estratégicas do Estado, além de serem dois municípios populosos e que ainda não possuíam Escolas Técnicas.

Já em 2007 veio a fase II com mais seis Campi (Angical, Corrente, Paulistana, Piri-piri, São Raimundo Uruçuí), que eram municípios caracterizados por possuírem uma população mediana e sua importância econômica para o Estado, exceto Angical. Além disso, nesse período uma unidade foi federalizada o Teresina Zona Sul. Essas unidades universalizaram a educação profissional por todas as mesorregiões do Estado, conforme proposto pelo formulador da política e consequentemente marcaram a interiorização, no caso das seis primeiras, pois foram distribuídas de forma balanceada pelo Piauí.

No ano de 2011 teve-se a fase III com a implantação de seis Campi até 2014 (Pedro II, Oeiras e São João; Campo Maior, Cocal e Valença) e mais três Campi Avançados (Teresina-Dirceu, José de Freitas e Pio IX) nesse mesmo período. Nessa etapa o maior objetivo foi a

universalização das microrregiões. Contudo, no Piauí ainda existem microrregiões sem nenhuma unidade de ensino profissionalizante.

Isto posto, observou-se que em todas as fases do Plano de Expansão do IFPI os gestores da instituição tiveram relevante papel, pois não só implementaram a política, mas também articularam entre o alto escalão e o seu entorno para a construção da política.

Nesse sentido, essa pesquisa teve como foco a etapa da implementação, sendo esta crucial no ciclo de uma política, pois neste momento uma definição feita anteriormente pode ser modificada ou mesmo rejeitada, mudando o rumo da política. Desta forma, novos pactos são estabelecidos, novos atores envolvidos, tendo início uma nova formulação e uma nova tomada decisão (VIANA; BAPTISTA, 2012). Assim, pôde-se identificar as perspectivas estrutural (seguindo os critérios do plano), de ação individual e relacional nesses atores, pois não foram apenas agentes passivos da implementação da política, mas também empreendedores e articuladores.

Desta forma, levando em conta os pressupostos do enfoque da análise de políticas públicas, examinou-se que a implementação das unidades do IFPI, durante as fases de expansão, não se utilizou apenas da abordagem multicriterial do plano de expansão como variáveis econômicas, geográficas, demográficas, socioambientais e culturais, mas também o papel dos gestores públicos implementadores da política, no caso os ocupantes dos cargos do alto escalão do IFPI.

Esses atores que inicialmente foram caracterizados como burocratas de alto escalão, porém ao analisarmos as funções exercidas na instituição verificou-se que mais se assemelhavam aos burocratas de médio escalão, pois havia uma subordinação aos burocratas dos ministérios e também estes não eram formuladores das políticas e sim implementadores, estes foram os transformadores, pois tiraram os planos do papel e as intenções se concretizaram em ações (OLIVEIRA, 2016).

Nesta perspectiva, segundo Souza (2006, p.26), a fase de implementação “constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”, demonstrando a importância da política pública, dessa etapa e dos atores envolvidos. Logo, será nessa fase que haverá a organização de recursos materiais, financeiros, tecnológicos e humanos para que a política possa ser executada (SARAVIA, 2006).

Ademais, no caso estudado do IFPI examinou-se que o modelo de implementação empregado foi o modelo interativo (das teorias híbridas), esse enfoque é caracterizado por estágios

dinâmicos de decisão em todas as fases da política, que, durante a implementação esta poderia ser: conforme tenha sido prescrita ou mesmo tomar novos rumos. Com isso, os atores sociais e agentes públicos utilizam seus recursos de poder, que poderão levar a vários resultados potenciais para as políticas públicas.

Ao analisar a percepção dos gestores do IFPI (burocratas de médio escalão) na implementação do Plano de Expansão da Educação Profissional (de 2005 a 2014), essa dissertação buscou contribuir diminuindo a lacuna de estudos sobre esses gestores públicos (servidores ocupantes de cargos de direção), na ótica de implementadores de políticas públicas, pois a maior parte da literatura pesquisada tratou da expansão de maneira geral, na questão do número de unidades implementadas, relegando os atores envolvidos a um segundo plano. Em síntese, nesta fase da implementação das unidades do IFPI pode ser considerada uma grande oportunidade que os IFs tiveram para que expandissem tanto na questão estrutural, de recursos humanos, ensino, pesquisa e extensão, quanto nas dimensões social, geográfica e de desenvolvimento regional.

Com base nesse estudo de caso do IFPI, pode-se perceber que as instituições que trabalham de forma democrática oportunizaram uma abertura para que os gestores públicos pudessem cumprir suas funções eficientemente. Logo, analisando as percepções dos entrevistados pôde-se examinar que quanto maior “liberdade” para a implementação da política, ou seja, quando o formulador da política dá autonomia decisória, mesmo que parcial, esses atores se motivaram e executaram com maior afinco suas atividades.

Como limitações, dessa pesquisa pode-se indicar:

- Este trabalho se dedicou a estudar os gestores públicos do IFPI, não sendo viável analisar os gestores formuladores da política, no caso a SETEC-MEC;
- Houve dificuldade para determinar quais os atores que implementaram a política no IFPI e alguns deles não aceitaram ser entrevistados.

Contudo, é preciso ressaltar que essa política ainda precisa de aperfeiçoamento quanto ao mapeamento dos investimentos, aos custos para a implantação de cada campi, bem como o retorno esperado; proporcionando assim, uma análise mais objetiva do custo-benefício para a validação desse modelo, haja vista que pouca literatura foi observada neste sentido. Sugere-se ainda, a realização de novos estudos, com as sugestões acima citadas, tendo como objetivo geral a implementação das políticas públicas de educação profissional utilizando a mesma metodologia desta pesquisa.

Por fim, para além do caso aqui pesquisado, de acordo com os relatos dos gestores entrevistados pode-se perceber que essa expansão ainda está em andamento. Nesse sentido, será ainda preciso um maior aprofundamento quanto ao papel socioeconômico dos Institutos Federais em cada município contemplado. Como exemplos desse papel temos: alunos medalhistas em olimpíadas nacionais e internacionais, alunos empreendedores, aquisições de alimentos de pequenos produtores, refeições fornecidas para os alunos, enfim, sugere-se uma discussão não só sobre os investimentos estruturais como também de outras dimensões.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. A.; GOMES, r. C. Processo das políticas públicas: revisão de literatura, reflexões teóricas e apontamentos para futuras pesquisas. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 444-455, jun. 2018. ISSN 1679-3951. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/64108/72441>. Acesso em: 7 nov. 2019.

AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Agenda Política**, v. 3, n. 2, p. 12–42, 2015. DOI: 10.31990/10.31990/. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67>. Acesso em: 5 mar. 2021.

ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, v. 51, n. 4, p. 5-60, 2000.

ANJOS, M. B; RÔÇAS, G. **As políticas públicas e o papel social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Volume 1. Natal: IFRN, 2017.

ARAÚJO, L.; RODRIGUES, M. L., Modelos de análise das políticas públicas, **Sociologia, Problemas e Práticas** [Online], 83 | 2017.

BARROS, A. S. X. Expansão da Educação Superior no Brasil: Limites e Possibilidades. **Educação Social**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390, abr.-jun. 2015.

BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Ed. Universidade de Brasília, 1995. 1318 p.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Plano plurianual 2008-2011 projeto de lei / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. - Brasília: MP, 2007. 540 p.; v.2

BRASIL. Instituto Federal de Educação do Piauí Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019. 2016. Disponível em: <http://libra.ifpi.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional>. Acesso em: 4 jul. 2019.

BRASIL. Lei 11.195, de 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao § 5º do art. 3 da Lei n 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111195.htm. Acesso em: 3 jul. 2019.

BRASIL. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 3 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. 2018. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/>. Acesso em: 2 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. 2016. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/historico>. Acesso em: 4/ jul. 2019.

CARVALHO, C. H. A. D. A Política Pública de Expansão para a Educação Superior entre 1995 e 2010: Uma Abordagem Neoinstitucionalista Histórica. **Revista Brasileira de Educação**, Scielo, v. 20, p. 51-76, mar.3 2015.

CAVALCANTI, P. A. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas**: uma contribuição para a área educacional. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Unicamp. 2007.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 5, p. 969-992, 2003.

DI GIOVANNI, Geraldo. As Estruturas Elementares das Políticas Públicas. **Caderno de pesquisa**, v. 82, 2009. Disponível em: <<https://observatorio03.files.wordpress.com/2010/06/elementos-das-politicaspUBLICAS.pdf>>. Acesso 05 março 2021.

DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M. C.; CARVALHO, M. do C. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.

ESTEVÃO, R. B.; FERREIRA, M. D. M. Análise de políticas públicas: uma breve revisão de aspectos metodológicos para formulação de políticas. **HOLOS**, v. 3, p. 168-185, set. 2018. ISSN 1807-1600. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6818>. Acesso em: 7 nov. 2019.

FAVERI, D. B. de; PETTERINI, F. C.; BARBOSA, M. P. Uma Avaliação do Impacto da Política de Expansão dos Institutos Federais nas Economias dos Municípios Brasileiros. **Planejamento e Políticas Públicas**, IPEA, Brasília-DF, n. 50, p. 125-147, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/742>. Acesso em: 4 jul. 2019.

LEITE, L.; D'ASCENZI, L. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 21, n. 48, p. 101-110, dez. 2013.

HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. Modelos para Análise de Decisões político-administrativas, In HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Orgs). **Políticas Públicas e Desenvolvimento – Bases Epistemológicas e Modelos de Análise**. Ed: UnB. Brasília, 2009.

LOTTA; PIRES, R. R. C.; OLIVEIRA, V. E. Burocratas de médio escalão: novos olhares sobre velhos atores da produção de políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, Brasília-DF, v. 65, n. 4, p. 460-492, out./dez. 2014.

MATA, G. M. F.; PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERFER, M. L. Policy Arena, Policy Network e Teoria de Campo Social no Estudo da Gestão Pública de Turismo. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 19, n. 2, p. 1-21, 2019. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/55199/policy-arena--policy-network-e-teoria-de-campo-social-no-estudo-da-gestao-publica-de-turismo-/i/pt-br>. Acesso em: 15 nov. 2019.

MARCHELLI, P. S. Expansão e Qualidade da Educação Básica no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 140, p. 561-585, mai./ago. 2010.

MORESCHI, R. K.; FILIPPIM, E. S. Os Institutos Federais e a Política Pública de Educação Profissional no Brasil. In: **XVI Colóquio Internacional de Gestión Universitaria**. Azequipa-Peru: [s.n.], 2016. p. 1 – 15. ISBN 978-85-68618-02-8. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/171011>. Acesso em: 2 nov. 2018.

OLIVEIRA, A. M. de; GONÇALVES JÚNIOR, O. O processo de Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: O caso de um Instituto em Minas Gerais. In: **III Semana de Ciência Política**, São Carlos: UFSCAR, 2015. p. 1-23. Disponível em: <http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/Ana-Marcelina-de-Oliveira.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2018.

ORTIGARA, C. **Políticas para a Educação Profissional no Brasil**: os institutos federais de educação, ciência e tecnologia e a educação integral. Pouso Alegre: [s.n.], 2014.

PACHECO, E. M.; PEREIRA, L. A. C.; DOMINGOS SOBRINHO, M. Institutos federais de educação, ciência e tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas Críticas**, Brasília-DF, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan./jun. 2010. ISSN 1516-4896. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/1429/1065>. Acesso em: 2 jul. 2019.

PÁDUA, E. M. M. de. Análise de conteúdo, análise de discurso: questões teórico-metodológicas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, São Paulo, n. 12, 2002.

QUIVY, R.; CHAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**. Tradução de João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. Lisboa: Gradiva, 1998.

RUA, M. das G. **Políticas Públicas**. Brasília: CAPES: UAB, 2012.

RUA, M. das G.; ROMANINI, R. **Para Aprender Políticas Públicas –Conceitos e Teorias**. V.1. Instituto de Gestão, Economia e Políticas Públicas – IGEPP. Brasília, 2013.

SABATIER, P. Policy change over a decade or more. In: SABATIER, P.; JENKINS-SMITH, Hank. **Policy Change and Learning –an advocacy coalition approach**. Boulder: Oxford Westview Press, 1993.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. In: Saravia, E.; FERRAREZI, E. (Org.). **Políticas públicas**. Brasília: Enap, 2006.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2a. ed. São Paulo: Cengage. Leranig, 2013.

SERAFIM, M. P; DIAS, R.B. Análise de Política: Uma revisão da Literatura. **Cadernos de Gestão Social**, Salvador, v.3, n.1, pag. 121-134, jan/jun de 2012. Disponível em https://periodicos.ufba.br/index.php/cgs/article/view/31562/pdf_22. Acesso em 20 de outubro de 2019.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, pág. 20-45, dezembro de 2006.

STUNPF, J. de S. **A expansão da rede federal de Educação profissional e Tecnológica**: Um estudo do Instituto Federal do Paraná, Campus Avançado Coronel Vidal. 2016. 170f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal Tecnológica do Paraná, Pato Branco, 2016.

TAVARES DA SILVA NETO, J.; DE OLIVEIRA PASSOS, G. Análise da implementação dos Institutos Federais de Educação no Piauí: escolha de municípios e cursos. **Revista do Serviço Público**, v. 66, n. 1, p. 75 - 95, 2015. DOI: 10.21874/rsp.v66i1.416. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/416>. Acesso em: 2 mar. 2021.

TORRES, M. D. de F. **Fundamentos de administração pública brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

SANTOS, M. P. G. dos. **Políticas públicas e sociedade**. Florianópolis :Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

<https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1510/SE%CC%81RIE%20REFLEXO%CC%83ES%20NA%20EDUCAC%CC%A7A%CC%83O%20-%20v%201.pdf?sequence=1&isAllowed=y>;

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=22151-apresentacao-mec-setec-estadao-pdf&Itemid=30192

http://portal.mec.gov.br/novoscaminhos/arquivos/arquivos-mapa/relatorio_final_piaui.pdf.

http://www.cepro.pi.gov.br/download/201712/CEPRO21_42341bfc90.pdf

<http://www.jucepi.pi.gov.br/piaui.php> - acessado em 17/01/2021

<http://www.ccom.pi.gov.br/materia.php?id=24227> – reportagem da inauguração do Campus Picos – falas do Ministro, Governador e Secretário da SETEC-MEC.

<http://www.piaui2008.pi.gov.br/materia.php?id=27202> – reportagem sobre a inauguração do Campus Parnaíba.

<https://educacaoprofissional10anosgloriosos.files.wordpress.com/2017/06/final-jesuc3a9-graciliano-da-silva-tese-expansc3a3o-da-rfepct-2017-ufsc.pdf> - usado na Fase III

<https://www.embrapa.br/documents/1355746/30180455/Territ%C3%B3rios+da+cidadania.pdf/b435c5cb-b68a-095f-5e27-caef4e60b044> - Território da Cidadania – página 86.

<https://portal.conif.org.br/br/rede-federal/instituicoes-do-conif/nordeste> - número de unidades no Nordeste – site do CONIF.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

GESTOR X
Cargo:
Discorra sobre sua trajetória no IFPI
FASE 2: A Rede Federal de Educação Profissional
1. Com a instituição da lei 11.892/2008 que criou os Institutos Federais qual o seu papel durante esse período?
1. A mudança no nome para “Institutos Federais” além da instituição da Rede Federal, ocasionou alguma mudança? Se sim, qual?
3. A Expansão dos Institutos Federais se deram em 3 fases. Fale um pouco sobre cada fase no IFPI.
FASE 3: Implantação das unidades do IFPI
1. Existiram reuniões com os formuladores da política (MEC), sobre os procedimentos a serem adotados para a implementação das unidades? Se sim, quais?
2. Fale sobre a escolha das cidades para a implementação das unidades do IFPI
3. As unidades do IFPI seguiram todas as diretrizes do MEC ou havia abertura para a determinação das unidades? Se sim, como se deu? Quais as justificativas?
4. Após a implantação de todas as unidades pode-se assegurar que estas unidades atingiram as dimensões propostas inicialmente pelo MEC de interiorização da educação, a questão social e o desenvolvimento regional ?

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

GESTOR 1
Cargo: Pro Reitor de Administração no período de junho/2013 até os dias atuais.
<p>Discorra sobre sua trajetória no IFPI:</p> <p>Professor há 23 anos pelo IFPI, antes fui professor substituto na UESPI e na UFPI. Trabalhei por oito anos e meio no Estado na CIDAPI, formação de Engenheiro Florestal pela UFPE, mestrado na UFPE em Ecologia e Doutorado na UNESP, Rio Claro em São Paulo. Minha trajetória aqui sou concursado como professor da área de Meio Ambiente e ao longo de toda essa trajetória exerci alguns cargos, como Coordenador de área, Coordenador de curso, fui Gerente de Ensino Superior isso quando CEFET, quando foi transformado em Instituto fui Diretor de Ensino do Campus Teresina Central e depois aceitei o convite para ser Pro Reitor de Extensão, quando da eleição do Professor Paulo Henrique na primeira gestão. Só que 72 horas antes da posse ele me exonerou e me nomeou Pro Reitor de Administração e estou aqui há 7 anos e 5 meses, aproximadamente nessa área aqui, onde a gente planeja e executa a questão ligada ao orçamento e toda a logística do Instituto Federal do Piauí.</p>
FASE 2: A Rede Federal de Educação Profissional
<p>1. Com a instituição da lei 11.892/2008 que criou os Institutos Federais qual o seu papel durante esse período?</p> <p>Resposta: Veja só em 2008 eu era Gerente de Ensino Superior quando isso foi muito discutido da transformação do CEFET em Instituto, durante o governo Lula, já no segundo mandato do governo dele, onde a concepção dessa transformação era que o Instituto permeasse por todo o território nacional, sobretudo naquilo que diz respeito ao ensino profissionalizante. Essa era a ideia. E uma segunda ideia, que deixou bem claro, foi a necessidade de através do Instituto, uma vez ele permeando tudo, diversas regiões, sobretudo os grotões do interior do país, era atender aquela necessidade do ministério, ou seja, a falta mesmo, não a ausência, mas a falta mesmo de profissionais ligados a licenciatura, principalmente matemática, física, biologia e química. Que basicamente dá sustentação aos ensinos, desde nível fundamental até ensino médio. Então a gente ia servir porque as universidades não chegavam até a esses rincões. Então era uma das maneiras que o governo na época via e sentiu essa necessidade, ele tinha todo esse mapeamento. Ele sentia isso, ele tinha esse mapeamento onde existia essa necessidade. Se existia já um Campus de Universidade Federal não se colocava e sim naqueles locais próximos daquelas regiões para desenvolver isso, ou seja, para desenvolver o ensino profissionalizante que a gente deve discutir mais a frente, também tinha essa necessidade de formação de professores.</p>
<p>2. A mudança no nome para “Institutos Federais” além da instituição da Rede Federal, ocasionou alguma mudança? Se sim, qual?</p> <p>Resposta: Sim. Dentro da estrutura, né. A estrutura mudou muito, né, a estrutura organizacional passou a ter a figura dos reitores, não só do ponto de vista conceitual, do que é ser Reitor, mas sim do seu papel político, das pro reitorias, abrangendo cada vez mais as políticas que o governo necessitava implantar no país, e com isso alçou, eu diria assim, ele alçou mais o anseio da população.</p>

Então ele deu aquela conotação de que o Instituto, é tanto que quando a gente chegava em determinados lugares, não tá chegando um Instituto, tá chegando mais uma universidade. Então isso mexeu muito com o comportamento da sociedade. É tanto que a gente tem resposta hoje que é uma coisa de louco. Algo que jamais imaginaria que isso viesse a acontecer. A gente diz “isso aqui não é uma loucura do governo, não”, os resultados que hoje ocorrem, acredita piamente que o governo do presidente Lula, com a sua política social, foi alcançada em sua plenitude.

3. A Expansão dos Institutos Federais se deram em 3 fases. Fale um pouco sobre cada fase no IFPI.

Resposta – Olhe a primeira fase ele se deu aqui com a construção e a implantação dos Campi de Parnaíba e Picos. Porque até então como CEFET a gente só tinha o Teresina Central, que era antiga Escola Técnica, que você deve falar desde quando iniciou Escola de Aprendizizes e naquela época só tinha aqui e Floriano que era uma UNED, uma unidade descentralizada. Existia um decreto que você pode aí procurar, que eu não lembro memória, no tempo do governo FHC, que não proibia a expansão mas não competia, deixava de ser competência da União fazer essa expansão de Escolas Técnicas e ele queria transferir isso para o estado e o município, só que o custo era muito alto. Então, quando veio o governo do Lula ele revoga esse decreto, né, e coloca como uma política de estado e houve toda essa expansão que a gente vê hoje. Que saiu lá de algo em torno de 60 e poucas unidades para hoje a gente tem algo em torno de 640 unidades, esses números aí com mais precisão você pode pesquisar, chega a algo em torno de quase 700 unidades e está em todo território nacional. As duas primeiras unidades foram Parnaíba e Picos e a gente teve oportunidade de participar de várias discussões, como implantar e por que implantar, é tanto que foram duas unidades que cresceram bastante e dentro daquela perspectiva de chegar a alcançar 1000 a 1200 alunos em cinco anos, isso foi alcançado, né. E dentro dessa expansão é que se incorporou a unidade de Floriano e também a Unidade Zona Sul, que na realidade a Unidade Zona Sul era da prefeitura atendendo ao decreto do governo FHC, só que quando o prefeito, se não me falha a memória o Dr. Silvio Mendes viu a realidade, ele disse: “isso aqui nós não temos condições de manter uma unidade de ensino profissionalizante nesses moldes”, que a gente vê em termo de estrutura e de custo, é muito alto para o município. Então foi que teve o processo de transferência da competência administrativa da Unidade Zona Sul para o Instituto Federal do Piauí, na época ainda era CEFET foi aí que houve. A fase II: pegando um gancho do que você falou: “critério político ou técnico?”, na realidade sempre foi técnico, porque técnico? porque levava em conta diversas variáveis como população, desenvolvimento da região, necessidade de se ter arranjo produtivo, tudo isso foi feito pesquisas e mais pesquisas, audiências públicas envolvendo poder público, no caso municipal, prefeitura, igreja, ministério público, sociedade civil organizada, através de Ong’s, tudo isso daí e aquelas associações que representam os arranjos produtivos, então isso foi feito religiosamente, se cumpriu todas essas etapas, agora dizer que e negar, não podemos dizer que o deputado que representa ou representava na época aquele município e aquela região, é lógico que eles queriam dizer que aquilo foi uma ação política, isso não deixou de ter. Pode fazer essa ressalva, quem não queria dizer que não trouxe um instituto para sua região. É tanto que muitos chegavam e batiam aqui no gabinete do Reitor, na época, deputado estadual, deputado federal, prefeito querendo uma para lá, “olhe minha região é melhor que a de fulano de tal”. Isso daí, ainda hoje tem, quando a gente fala dos Campus Avançados aqui já teve placa na Santa Maria da Codipi, futuro Campus do IFPI, em Esperantina já disse.

Na atual eleição já teve candidato dizendo que vai botar uma Escola Técnica, então enfim em 2022 vai ter gente também. Então, mais o critério inicial era meramente técnico, nas três fases é tanto que se a gente for observar a distribuição dos institutos em termos de concentração ela chega a atender, se você pegar, onde a gente tem uma densidade demográfica maior, populacional, a gente tem na região Norte, então a gente tem um maior número de Campus por região, esse foi um dos critérios. A gente tem tanto o setor produtivo primário, setor terciário e tudo isso nós temos, ele tá bem distribuído. O problema também é que a distribuição em termos de geografia do Piauí, ela pode observar suas densidades, população.

FASE 3: Implantação das unidades do IFPI

1. Existiram reuniões com os formuladores da política (MEC), sobre os procedimentos a serem adotados para a implementação das unidades? Se sim, quais?

Resposta – Sim, houve várias reuniões, inclusive vieram para varias reuniões e orientações, consultores do MEC, vieram pessoalmente, talvez nas entrevistas com o Professor Santana, Professor Paulo Henrique e o Professor Romulo da Universidade, que é aposentado daqui, eles possam lembram o nome, eu vou falar aqui mas não lembro o nome, não sei se era Getúlio. Na época um dos Diretores da Rede era o Gleison, faz parte do atual governo, no Ministério da Economia, mas ele impulsionou, foi um dos mentores, discutia o porque da necessidade da expansão, e modéstia a parte temos que tirar o chapéu, para todos esses, que não sabe de onde tirou, mas que é produtiva a Rede é. Talvez se ela se expandisse mais atendendo alguns critérios, o resultado daqui a 10 ou 15 anos om certeza, não tenha dúvida, é um belo de um investimento o Instituto.

2. Fale sobre a escolha das cidades para a implementação das unidades do IFPI

Resposta – Quando você pega Campo Maior está a noventa e poucos quilômetros daqui, só que Campo Maior atende varias dessas cidades que você falou (Barras, Alto Longá, Esperantina), esse foi um dos critérios. Outro critério que o MEC colocou foi do terreno, que tinha que ter uma área mínima necessária, e as vezes, hoje você vai entender porque ele está afastado do Centro, porque você não tinha aquele espaço ali. Ele não estava construindo apenas um colégio com 10 salas, mas toda uma infraestrutura para o desenvolvimento que é pertinente da região. Você pode ver porque tem produção agrícola em determinados municípios, que tem indústria têxtil, esses eixos que o MEC exigia. Se você pegar Piripiri, você tem vários outros municípios que a gente tem alunos, que são atendidos, se você pegar Piripiri, você tem alunos de Piracuruca, Brasileira, entrando ali para Barras, Esperantina. Se você pega Pedro II, você tem Domingos Mourão. Cocal você pega extremando com toda aquela região do Ceará e Parnaíba nem precisa dizer que Parnaíba logo, logo é a segunda talvez, com certeza a segunda maior cidade depois de Teresina. Você tem José de Freitas aonde você pega Nossa Senhora dos Remédios já chegando a Barras. Então eles estão bem distribuídos. Houve uma discussão não me recorde o pessoal de Barras, Esperantina, Batalha, dizendo que tinha que colocar um Campus. Nós tivemos na época uma reunião com o Professor Luís Nascimento que era Secretário de Educação de Barras, em 2009 e 2010, que ele dizia “traga uma unidade que nós entregamos um colégio para vocês”. Mas a gente via a necessidade de se colocar em um lugar que poderia aumentar cada vez mais o fluxo. Talvez se você chegar ali na segunda expansão em Angical, nós temos é, você pode pesquisar que 80% do alunado são de fora, e você pega toda aquela região Agua Branca, São Pedro, Amarante. Mesmo com crise orçamentária os prefeitos dessas regiões têm transportes para levar os alunos dessa região para o Campus Angical. O mais interessante é que Angical sempre galgou um número grande de alunos.

3. As unidades do IFPI seguiram todas as diretrizes do MEC ou havia abertura para a determinação das unidades? Se sim, como se deu? Quais as justificativas?

Resposta – Veja só, não é que havia abertura, se dialogava, ninguém pode dizer que não existia abertura dentro do Decreto da expansão, que estava proibido, sempre houve um diálogo. Uruçuí por exemplo, a gente não podia deixar um pólo que naquela época já sinalizava a expansão agrícola ali. Você não podia deixar Corrente de fora, um extremo sul do Piauí, onde se você pegava a própria expansão da região e que hoje faz parte do Matopiba, né, deixar de mão. E aí se discutia muito porque não Bom Jesus? Só que Bom Jesus já existe ali um Campus da Universidade e uma Escola Técnica Agrícola, então não tinha como, a gente ia concorrer com a mesma coisa. Então a Escola Técnica e a Universidade já atende toda aquela região, por isso a escolha por Corrente, já que atende Monte Alegre, Gilbués, Barreirinha, Cristalândia e o extremo lá na divisa com a Bahia. Então isso daí fez com que a gente sempre dificuldade de distanciamento daqui, da sede da Reitoria, mas no entanto o Campus Corrente atende satisfatoriamente aquela região. Veja só, se a gente trabalhar do ponto de vista geográfico, tá, até a fase II, podemos observar que Campo Maior era atendido por Teresina, os alunos tinham uma redução no valor das passagens para que viesse estudar aqui. Na fase II quem foi atendido Piri-piri, por conta de ser um município mais central em relação a toda região. Enfim tudo isso daí ele pega. Só aí que se observou na Fase III que tinha a necessidade de se pegar outras regiões pois a região Norte não estava toda contemplada. Você pode observar, tá porque Piri-piri naquele momento? Se a gente coloca o primeiro momento Campo Maior e não Piri-piri, a gente talvez não estivesse atendendo aos critérios técnicos, porque Campo Maior estava praticamente dentro da grande Teresina e porque não colocar numa região mais central que atenderia tudo isso daí. A Região Entre Rios, tudo isso daí, por isso esse critério geográfico foi atendido. Já dentro da Fase III se atendeu outras necessidades. A região Norte que concentra o maior número da população, talvez hoje numa expansão futura você poderia atender com uma unidade de um Campus Avançado na região Entre Rios, não discuto, há necessidade e assim você contemplaria toda a região Norte. Se você pega o semi árido, né, Semi Árido Piauiense, ele é todo contemplado, com Valença, Picos, Pio IX, Paulistana, São João, São Raimundo Nonato, e ainda tem Oeiras. A gente tem 7 Campus numa região que climaticamente é castigada e a gente se envolve com tecnologia, inovação, ensino. A gente tem aluno desde o Fome Zero que hoje é medalhista de ouro em Olimpíada Internacional no Campus Paulistana. Então socialmente e geograficamente esses critérios foram muito bem atendidos.

4. Após a implantação de todas as unidades pode-se assegurar que estas unidades atingiram as dimensões propostas inicialmente pelo MEC de interiorização da educação, a questão social e o desenvolvimento regional ?

Resposta – 100%. Hoje seria uma loucura um governo querer discutir isso. Talvez a discussão seja em termo de como aumentar a política social e instrumentalizar o Instituto para políticas mais, vamos dizer assim, não só no campo de ensino, pesquisa e extensão mas instrumentalizar o Instituto para políticas sociais. O exemplo que eu dei de Paulistana, esse menino é de Acauã, então toda aquela região é contemplada. Se você pegar os alunos que estudam em Pio IX e Paulistana, é coisa de você pegar e encher os olhos de lágrimas mesmo, isso daqui, não sou partidário, mas o presidente Lula e toda a sua equipe foi muito visionário. O semi árido piauiense é muito bem contemplado. E o que modificou culturalmente, economicamente essa região.

A gente tem um exemplo em Valença, um aluno que esta empreendendo em cajuína, hoje está com 10 hectares plantados, dentro do semi arido, desenvolvendo uma cultura do semi arido que é a cultura da cajucultura. A produção de mel. E o mais interessante é culturalmente, o que se descobriu de talento nesse semi árido. O Instituto faz parte daquela politica, e aí eu vou dizer bem claro e nem me envergonho, do PT de concentrar e assentar ele na sua região. Tá atendendo que de maneira só o tempo vai dizer. Hoje a gente quando chega numa tese, numa dissertação, num discurso, “olha Nilo Peçanha 1909”, talvez daqui a 100 anos, vai dizer, olha quem foi esse louco que criou o Instituto. Hoje a gente já tem essa resposta, em pouco mais de uma década, a gente já tem essa resposta. Então eu acho que ele atende, o Instituto tem uma particularidade que ele vai desde o ensino básico FIC até a pós-graduação, lá naquela região, nos rincões, naquelas regiões mais pobres. Temos que discutir o social, o que representa o Instituto não só no Piauí, mas no Maranhão, no Ceará.

GESTOR 2

Cargo:

Resposta – Pro Reitor de Ensino de 2008 a 2012 e Reitor no período de junho/2013 até os dias atuais

Discorra sobre sua trajetória no IFPI

Resposta – Atualmente sou Reitor do Instituto, entrei aqui na Instituição como professor em 1996, mas fui aluno, sou egresso aqui do curso Técnico em Eletrotécnica, conheço bem a Escola Técnica Federal do Piauí, que na época era a única escola que a gente tinha e ao ingressar em 96 a gente só tinha na instituição duas unidades que era a Escola Técnica em Teresina e depois a UNED de Floriano. E na minha trajetória eu fui Coordenador de curso, fui Gerente de Pesquisa, fui Gerente de Ensino que a época tinha essa nomenclatura, depois Diretor de Ensino Superior, Pro Reitor de Ensino e atualmente estou como Reitor.

FASE 2: A Rede Federal de Educação Profissional

1. Com a instituição da lei 11.892/2008 que criou os Institutos Federais qual o seu papel durante esse período?

Resposta – Bom na verdade, o movimento que a gente acompanhou, foi um movimento mais de expectador, porque essa proposta a época a gente não participava de decisões nem localmente e nem a nível de MEC, porque o que é que ocorre a estrutura que nós tínhamos a época nós tínhamos CEFET's e alguns CEFET's eles tinham um estrutura muito forte de pesquisa, um quadro muito forte com professores com pós-graduação, então havia já um movimento, no sentido de que alguns CEFET's fossem transformados em Universidades Tecnológicas. Então esse movimento começou a ser desencadeado, puxados pelo Paraná, pelo CEFET Rio, pelo CEFET Minas, que eram instituições já mais consolidadas na área da pesquisa, da pós graduação inclusive. E esse movimento fez com os outros CEFET's comesçassem com essa coisa de também querer ser Universidade Tecnológica foi quando se percebeu que estava se desviando muito da finalidade das instituições técnicas a época. Porque mesmo o CEFET sendo superior, mas tinha toda uma gama de cursos técnicos e aí alguns modelos apontavam mas para a formação superior deixando o técnico.

E aí foi quando veio a proposta dos Institutos e na lei assegurando que o mínimo de 50% de vagas técnicas como forma de dizer a finalidade da instituição desde a sua concepção em 1909 é a formação profissional, a formação voltada para o mundo do trabalho, inclusive com o viés técnico. E aí veio a lei com essa estrutura com essa formação, manteve a nomenclatura das universidades que é a estrutura de Reitor, Pro Reitores, ou seja, equiparou nesse aspecto as universidades, e aí eu entendo que foi uma grande sacada do governo porque acalmou os Diretores a época que passaram a ser Reitores todo mundo, a despeito de ser universidade ou não, no caso somente a Universidade Tecnológica do Paraná que vingou, os demais não. Nesse sentido a lei trouxe esse aspecto de permitir que os Institutos tivessem graduação, pós graduação, inclusive stricto sensu, mas ao mesmo tempo mantendo a característica da formação técnica de nível médio. E outro aspecto também foi a licenciatura, com a formação de professores, já bem a característica que diferencia das universidades, nesse aspecto, a obrigatoriedade de 50 % de cursos técnicos, de preferência integrados, as licenciaturas com 20% e ficou 30% de margem para a oferta de outros cursos.

2. A mudança no nome para “Institutos Federais” além da instituição da Rede Federal, ocasionou alguma mudança? Se sim, qual?

Resposta – A mudança é mais conceitual, mas também veio um aspecto interessante que foi isso que eu falei, o fato de você ter agora uma estrutura interessante que é a verticalização, que é a possibilidade de você ter desde o ensino médio, a graduação, a pós graduação, stricto sensu. Esse modelo dos Institutos a gente analisa ele como um modelo único no mundo, a gente não encontra semelhança em outras instituições mundo a fora que tenha essa característica de o professor que atua no curso técnico de nível médio, o mesmo professor que está no stricto sensu, no doutorado, ou seja, isso é uma coisa fantástica, um modelo que os resultados são muito bons, ou seja o Brasil tem já essa expertise para o mundo todo desse modelo e a gente espera que ele possa vingar, ele possa ser multiplicado. A rede tem sido chamada para alguns eventos internacionais para falar no modelo do Brasil e eles acham muito interessante isso. Então nosso entendimento a grande mudança é que a gente vem de um nome muito forte que é Escola Técnica, que por ser uma única unidade aqui no Piauí e ter passado muito tempo com esse mesmo nome virou uma referência no imaginário da comunidade aqui, então a memória deles a Escola Técnica e tudo mais. Instituto já é bem recente, tá se construindo ainda essa identidade, muitas vezes a gente tem até que associar ainda, Instituto é a antiga Escola Técnica é que as pessoas se tocam. Então ainda é um modelo que ele precisa ser bem absorvido pela sociedade porque ainda há essa dificuldade por conta da força da marca ainda da Escola Técnica. Mas nesse aspecto é só mesmo questão de tempo e adaptação, mas eu entendo que a grande referência ainda é a verticalização.

3. A Expansão dos Institutos Federais se deram em 3 fases. Fale um pouco sobre cada fase no IFPI.

Resposta – A primeira fase que a gente também chama de pré-expansão foi aquele momento em que no começo dos anos 2000 mais especificamente nos anos de 2004 e 2005 que a gente tava em torno de 144 unidades no Brasil e aí contam uma história, não sei se essa história procede, se tem fundamento, de que o então presidente da república a época Lula visitando o Pernambuco, estado dele, dizem que ele viu numa cidade do interior, viu muitos jovens nas praças sem ocupação e ele foi reclamar porque que aquelas pessoas estavam daquela forma, porque não estavam frequentando escolas e alguém lá disse “olha é difícil porque as universidades, os grandes colégios estão na capitais, esses jovens aqui não tem uma opção aqui, algo que a prefeitura pode oferecer é as escolas de ensino médio e tudo mais”, dizem que é isso, não sei se é verdade, e por conta disso começou-se um processo de expansão da educação profissional e tecnológica e das universidades para o interior, porque até então os grandes centros e as capitais eram quem tinham e aí começou esse processo de construção de novas unidades tanto dos cefet’s a época quanto das universidades.

No Piauí a gente começou com duas unidades na primeira expansão Parnaíba e Picos, essas duas unidades, Floriano já existia desde 94 e aí Picos e Parnaíba foram as duas primeiras. Essas duas cidades são de referência no estado do Piauí, do ponto de vista populacional muito grande, então foram as duas cidades escolhidas. Nesse processo veio a segunda expansão, o governo entendeu que estava sendo sucesso e veio mais na segunda expansão, ou seja, o governo autorizou a criar mais unidades no Brasil a fora e aí nós fomos contemplados com mais unidades, com seis novas unidades aqui, e essas unidades foram colocadas onde, geralmente os critérios eram centros, grandes centros regionais, lógico a estrutura urbana do Piauí não oferece grandes cidades mas viu-se a possibilidade de você ter o Campus numa cidade e ele atender uma mesorregião e aí foi feito, a gente teve as cidades de Piri-piri, São Raimundo Nonato, Corrente, Uruçuí e Angical. Angical é um caso atípico porque é uma cidade relativamente pequena do ponto de vista populacional, em torno de 6.000 habitantes então ela fugia de certa forma o padrão dos demais, tendo em vista que as outras já tinham uma população maior. Eu lembro que houve uma certa discussão a época de que Angical não deveria, porque Angical não tinha estrutura, Angical era uma cidade pequena e ia inviabilizar. E houve um movimento inclusive no sentido de que não fosse para Angical, essa unidade, que fosse deslocado para um centro maior. E aí o Reitor de então, o professor Santana, bancou essa briga e foi falar inclusive com o governador a época dizendo que se tivesse que colocar em outra que conseguissem outras unidades, mas não justificava tirar uma daquela por isso. E o que a gente percebe hoje é que apesar de ser localizado numa cidade pequena, é uma cidade que virou núcleo de uma região, tendo em vista que a região do Médio Parnaíba todas as cidades do entorno estão em torno de 10 a 12 km, estão muito próximas e hoje a gente tem o Campus Angical como uma das boas referências da nossa instituição. No exame classificatório tem uma altíssima concorrência, quantidade de alunos dentro das referências das outras unidades, então é uma unidade hoje que é bem consolidada. Tem uma característica que é a quantidade de alunos do município ser relativamente pequena em torno de 20% somente, mas todo o entorno das cidades próximas tem alunos lá e hoje o Campus tá em torno de 1000 alunos matriculados. Nessa mesma sequência, já com a presidente Dilma, o projeto se mostrou muito bom, tanto é que teve a fase dois, depois a fase três, porque mostrou que era uma opção que estava tendo sucesso e tudo mais. E aí veio na mesma sequência, na fase III, os critérios eram que deveriam ser em cidade com população em torno de 50 mil habitantes. O Piauí já tem poucas cidades com essa quantidade de pessoas e essas cidades já tinham Campus também e aí se buscou novamente o argumento da região, você ter uma região que configurasse essa população e aí também veio mais seis unidades para cá, que foram Cocal, Pedro II, Campo Maior, que já era uma cidade grande mas não havia sido contemplada, Valença, Oeiras e São João do Piauí. Então essas cidades foram contempladas na terceira expansão. E hoje a própria rede tinha uma meta de chegar as 1000 unidades no Brasil, hoje estamos em torno de seiscentas e quarenta e poucas unidades, mas é aquela história, é um projeto do governo federal, não é a rede que, a rede demanda, a rede mostra com os dados a importância que foi essa expansão, que está sendo para a população, o grande impacto social que isso tem feito na região mas enfim é um projeto de governo e a gente espera que no futuro haja essa possibilidade de continuarmos essa expansão, nós temos ainda grandes cidades aqui no Piauí que ainda não tem na sua região uma unidade e que certamente merecem e eu tenho certeza que se vierem a ter gerará um impacto positivo muito bom.

FASE 3: Implantação das unidades do IFPI

1. Existiram reuniões com os formuladores da política (MEC), sobre os procedimentos a serem adotados para a implementação das unidades? Se sim, quais?

Resposta – No processo de expansão o governo criou um projeto de lei com as unidades e foram distribuídas as unidades para os estados, dentro do critério que o MEC estabeleceu. Cada estado pela sua população, pela quantidade de municípios receberia determinadas unidades, aqui, no nosso caso, primeiros duas, depois mais seis e depois mais seis unidades. Quando ele estabeleceu os critérios, era mais o critério populacional, o critério de que a área ser implantada deveria ter uma quantidade mínima de hectares, no caso aqui que a primeira expansão cinco hectares, cinquenta mil metros quadrados e que esse terreno fosse uma contra partida do governo local, uma doação pela prefeitura ou por um proprietário privado que fizesse a doação. Eu me lembro porque eu trabalhei diretamente tanto em Parnaíba quanto em Picos. Parnaíba a doação do terreno lá de um empresário que na época era vice prefeito Sr. Fontinelli, eu digo isso porque eu fiz a medição do terreno lá de Parnaíba, a mesma coisa de Picos, Picos também foi uma doação, dado pelo então prefeito da época Gil Paraibano, que foi reeleito novamente, ele fez a doação. Uma característica que a gente tem dessas unidades é a distância do centro da cidade, como é uma área grande, essas áreas não estão disponíveis na cidade e no entorno, geralmente é mais distante, isso de certa forma dificultou no primeiro momento levar a estrutura, ia precisar de água, energia, rede de telefonia e tudo mais, que estavam um pouco distante da estrutura da cidade mas por outro lado virou um polo de atração da cidade e inclusive tá induzindo o crescimento das cidades para esses pontos. Hoje a gente tem estrutura, tem internet, tem água, tem energia, tem transporte, as pessoas já estão começando a construir, a lotear onde não tinha. Eu me lembro que a gente tinha que fazer um projeto do plano de implantação e esse projeto era um documento que você ia descrever, fazer aquele relatório, dizer qual a potencialidade, os cursos que seriam ofertados, qual a área a ser construída, o projeto arquitetônico, ou seja, você tinha um projeto de implantação para o Campus, então esse projeto era feito, em alguns momentos foram feitas audiências públicas nas cidades para a questão da discussão sobre a oferta dos cursos mas todos os projetos tinham que ter um plano, certo, bem definido, escrito com todas as etapas, descrevendo a documentação, os cursos, a implantação e tudo mais.

2. Fale sobre a escolha das cidades para a implementação das unidades do IFPI.

Resposta – O critério estabelecido no projeto inicial era que primeiro a população, como se trata de uma forma que ele é formação técnica ele requer um público que o município e a região possa abastecer, tendo em vista que não é um ensino médio puro, é um ensino técnico integrado e uma formação profissional. Então o que se precisa naquela cidade, naquela região uma quantidade suficiente de alunos que se formam que geralmente são no ensino fundamental, que possam ir para a instituição, que é o público que a gente tem ,tendo em vista que a prefeitura oferece também cursos lá, oferece o ensino médio, então há na cidade outras opções, então a gente tem que ser bem atrativo. Esse atrativo tinha que se dar em função da quantidade de alunos, então a escolha das cidades, geralmente levava esse critério populacional, critério do maior número de habitantes na cidade e região. Somente aquele caso que eu falei anteriormente de Angical que a cidade em si tem esse público pequeno mas como ela configura uma região com uma população muito grande e muito próxima também aí foi justificado a época a implantação em Angical, além do fato de já existir uma estrutura física lá na cidade que era a antiga sede da AABB, já tinha toda uma estrutura física que estava lá e que a prefeitura fez a doação para o Instituto, que depois fez só a adequação e ampliou os espaços lá.

3. As unidades do IFPI seguiram todas as diretrizes do MEC ou havia abertura para a determinação das unidades? Se sim, como se deu? Quais as justificativas?

Resposta – As diretrizes iniciais do MEC eram basicamente a área mínima por conta da estrutura a ser implantada e a configuração populacional da região. Toda a questão do projeto arquitetônico, da infraestrutura eram demandas da Instituição, o Instituto é que fez o projeto e chegou para eles, para o MEC, eles não delimitaram valores, “você tem tantos milhões para construir um Campus”, não cada unidade foi construída como um projeto próprio. O projeto do Piauí é esse aqui e levou para lá, é viável, é suficiente, tanto é que ainda hoje nas nossas discussões tem muitos Institutos que estão discutindo uma estrutura mínima que deveria ter um Campus da Rede, tipo uma biblioteca, um ginásio poliesportivo, um refeitório, coisas que todos os nossos já na origem tem. Então nossos Campi todos eles tem um refeitório, todos eles tem um biblioteca, todos eles tem um ginásio. Quando a gente fala para os outros que no Piauí todos os nossos Campi, eles pergutam: “como ?, como vocês fizeram isso?”. Porque, porque os nossos projetos foram relativamente baratos em relação a outras unidades, não tem uma fachada esplendorosa, mas muito bonito, nossos projetos arquitetônicos, a nossa estrutura física é funcional, mas a gente tem projetos no Brasil que são megalomaniacos, que gastaram absurdos de recursos para construir um Campus e nós construímos nossos Campi funcionais, muito bonitos e relativamente baratos nos contextos do demais e isso facilitou que hoje o Piauí foi um dos primeiros Institutos do Brasil a ter toda a sua estrutura pronta e já concluída. Hoje nós estamos em fase de expansão, que aumentou o número de alunos, de cursos, então demanda mais novas salas de aulas, novos espaços, mas o Campus em si atende todas as necessidades. Quanto a questão de interferências políticas, eu desconheço essa interferência política direta, lógico que você chegar e dizer “eu vou colocar uma unidade do Instituto Federal do Piauí numa determinada cidade”, lógico que isso cria um alvoroço entre as lideranças daquele município, que se coloca e tudo mais, mas a escolha da localidade é uma prerrogativa do Instituto, ainda que tenha se ouvido a bancada federal, ainda que se tenha ouvido outros atores políticos, mas a decisão ela é originariamente do Instituto, não há nenhuma interferência direta de alguém chegar e dizer “esse Campus vai ter que ser colocado aqui” e nesse aspecto eu não tenho conhecimento de nenhuma decisão nesse sentido. O conhecimento que eu tenho é que não, que os políticos eles se agraciaram com isso, mas pelo fato de estar instalado numa região que potencialmente eles têm votação. Sobre o caso de Campo Maior não ter entrado na segunda expansão e Angical que tem uma população menor ter sido contemplada: o que eu tenho de conhecimento, conhecimento empírico, é que Angical contou a seu favor o fato de ter uma estrutura física pré-existente, que era a sede da AABB, então essa condição levou a época a gestão a optar. Lógico que houve uma reação muito forte de algumas pessoas porque entenderam que Angical não tinha uma estrutura física para isso e aí que veio o argumento, não tem a estrutura física na cidade mas ela congrega toda uma região, basta ver que São Pedro é 8km, São Gonçalo é 8km, Amarante é 12 km, Água Branca é 20km, ou seja, há toda uma região do Médio Parnaíba que as cidades são muito próximas e aí esse conjunto de cidades formou o aglomerado, mas a questão central que eu tenho conhecimento foi o fato de já existir uma estrutura. O preço da implantação do Campus ia ficar muito reduzido porque já existia toda uma estrutura física e seria só adaptada e melhorada. E na época da implantação ela requeria que houvesse a cessão do espaço, então tinha toda aquela questão onde encontrar um espaço, onde implantar isso aqui, não podia ser comprado, tinha que ser uma contra partida do município. Então essa questão foi valorizada no momento. Campo Maior naquele momento, tudo bem era uma cidade maior, mas não havia a disponibilidade desse espaço, tendo em vista que o processo de implantação ele veio com um certo tempo para começar, então daqui que você fosse atrás de alguém para fazer a doação foi demorado e Angical já estava pronto, então esse aspecto aqui contou para a escolha do município e hoje a gente com clareza pode dizer que foi uma escolha acertada porque é um Campus que tá dando bons resultados.

Na época, como eu sou daquela região de Água Branca em uma conversa com o então prefeito de Água Branca, ele questionou “porque não colocamos em Água Branca, porque Água Branca era uma cidade mais pólo, maior” e eu fui explicar para ele a condição era essa, aí ele disse que “se fosse isso eu desmanchava uns colégios que eu tinha lá e doava para vocês. E não era assim desmanchar um colégio e doar um terreno para fazer isso aqui, foi a opção lá, existia uma estrutura física que precisava ser adaptada mas poderia ser aproveitada grande parte dela, central, bem na região da cidade e tudo mais, tudo isso facilitou a escolha de Angical. E a despeito de alguém que criticou porque não colocou em outras cidades maiores, então vamos trabalhar politicamente para conseguir outro e não eliminar esse aqui, deixa esse aqui e vamos trabalhar agora para conseguir. Na época tinha duas cidades que eram referência nessa questão de que não foram contempladas que no caso eram Campo Maior e Valença, que eram cidades pólos e tudo mais, pois então implanta Angical e vamos atrás de outras. E aí veio na terceira expansão essas cidades foram contempladas. Quanto a unidade Zona Sul: a Unidade Zona Sul era uma unidade da prefeitura, foi construída pela prefeitura para ser uma escola da prefeitura e tudo mais, só que quando a obra estava toda pronta veio a questão básica que é a manutenção, que é o funcionamento da unidade. Como estava havendo esse processo de expansão o prefeito de até então ofereceu ao Instituto a possibilidade de fazer a cessão daquele prédio que estava construído e estava pronto para ao invés de ser uma unidade da prefeitura que passasse a ser uma unidade do Instituto Federal do Piauí. E foi feita essa doação. A data eu não sei precisar mas acho que foi entre 2008 e 2009, por aí nesse período.

4. Após a implantação de todas as unidades pode-se assegurar que estas unidades atingiram as dimensões propostas inicialmente pelo MEC de interiorização da educação, a questão social e o desenvolvimento regional ?

Resposta – Isso é fato, não há que se discutir esse impacto. Hoje a gente vê claramente os resultados e os frutos que se tem desses alunos de vários aspectos, desde o filho de um agricultor lá da Zona Rural mesmo que por conta de ser estudante da nossa instituição, teve a possibilidade de participar de visitas técnicas, de congressos de pesquisa, de eventos, de olimpíadas podemos citar o exemplo de Paulistana, de um aluno de lá que foi medalhista de olimpíada de agropecuária no Rio Grande do Sul, medalhista de olimpíada de matemática no Rio de Janeiro, olimpíada de Ciências da Terra na Coreia do Sul, ou seja, filho de um trabalhador rural, pai semi analfabeto. Além da época que se tinha o Ciência sem Fronteiras outros alunos nossos de Paraníba, de Corrente, Picos participaram desse programa, foram para outros países, tanto da Europa quanto dos Estados Unidos, Canadá. Então em que momento da vida se poderia imaginar que essas pessoas teriam essa oportunidade. Então o grande mote que eu posso dizer que é isso aqui é oportunidade, a instituição está dando oportunidade, tá formando professores, lá para atender o município, o Estado. Outra coisa muito importante é a interiorização da pós graduação, a maioria dos Campi oferecem Latu Sensu e agora já temos Stricto Sensu no interior, ou seja, você imaginar que o filho do trabalhador rural não podia vir para a cidade e iam ficar confinados ao que a cidade oferecia, que via de regra era o ensino médio, terminado o ensino médio não tinha outra opção de fazer, ou ia migrar para outro estado quem podia ou ficava lá e hoje eles encontram lá no município dele uma instituição que oferece graduação, pós graduação, pesquisa, extensão, inovação, ou seja, coisas que você bem sabe que todas as pessoas merecem e isso a gente tem de alguma forma para eles. Eu fico muito orgulhoso e vou citar mais um caso aqui, de Piripiri, alunos do curso de graduação em Administração participam de congressos nacionais, internacionais e quando eles chegam lá apresentando trabalhos que são destaques e depois de tudo isso vão descobrir que são alunos de graduação, os participantes ficaram encantados ao ponto de que no encerramento de eventos serem convidados para o jantar de confraternização, sendo eles os únicos alunos de graduação.

E aí a gente tem vários exemplos, o próprio Angical, já duas vezes já participou de eventos internacionais como a Empresa Junior já foram para o Panamá, foram para o México, levando inovação e tudo mais. Então isso são possibilidades que a gente tem, que a gente vê claramente que a Instituição tem oferecido. Então hoje a estrutura que a gente tem no Piauí e na Rede como um todo ela é revolucionária porque ela possibilita, ela dá esperança para os alunos, ela dá formação, tem os professores qualificados, tem os mestres, os doutores, tem a pesquisa, tem a inovação, ou seja, algo que deveria ser básico para todos mas que só agora está chegando para grande parte da população.

GESTOR 3

Cargo:

Resposta – Diretor de Desenvolvimento Institucional de 2008 a 2013.

Discorra sobre sua trajetória no IFPI:

Resposta – Minha trajetória no IFPI é bem antiga, eu comecei como aluno da banda de música em 76, em 83 eu entrei como professor e estive um período quando Santana assumiu com Reitor, um período afastado para Mestrado e Doutorado, na volta eu tive por um período maior na extensão, eu fiquei muito tempo na extensão, o Diretor de Extensão na época era o professor Vilson, então e depois eu assumi a Diretoria de Desenvolvimento Institucional, dentro da Pro Reitoria do mesmo nome, onde o Pro Reitor era o Professor Junior. Então, essa minha Pro Reitoria lá o pessoal do Instituto apelidava muito como, tipo como sala dos prefeitos, só que na realidade lá era a sala dos Diretores dos Campi que já existiam e do Campi que estavam em implantação. Então basicamente a minha Diretoria ela prestava um apoio e um auxílio aos Diretores Gerais em termos de compras de materiais, auxiliar em projetos, de passar a acompanhar a tramitação de compra de, por exemplo, quando eles estavam no início da implantação que eles tinham que comprar mobiliário, ar condicionado, reformas, então eu ficava fazendo essa ponte entre os Campi e a própria Engenharia do Instituto, quando era reforma, eu acompanhava isso muito de perto e em relação também ao setor de contabilidade, setor de compras, tudo isso era que eu fazia a ponte para que isso andasse o mais rápido possível, e sempre nas visitas dos diretores do Campi, eles ficavam na minha sala comigo, e sempre eu prestava contas do que estava em andamento e eles faziam digamos os novos pedidos, os novos processos para serem encaminhados e eu dava todo esse suporte para eles.

FASE 2: A Rede Federal de Educação Profissional

1. Com a instituição da lei 11.892/2008 que criou os Institutos Federais qual o seu papel durante esse período?

Resposta – Quando eu assumi essa Diretoria foi exatamente no início já da implantação dos Institutos, por sinal até esperava-se que tivesse uma Pro Reitoria a mais que seria uma Pro Reitoria que eu iria ficar, porque o Professor João Soares Junior era para ser tipo como um vice Reitor, só que não teve esse cargo de vice Reitor como existe nas Universidades. Os Institutos acharam que não seria um cargo bem vindo porque isso na opinião deles, da maioria, isso normalmente servia para criar depois um impasse, um choque político entre Reitor e Vice Reitor, então não teve esse cargo. Então ficou só 5 Pro Reitoria e nessa época foi a época em que teve realmente o período maior de expansão do Instituto sendo que existiu normas para essa ampliação, para essa criação desses Campi. Esses Campi deveriam ser criados em regiões estratégicas que não ficassem muito concentrados numa região e não na outra e ou então como, por exemplo, no início houve um questionamento porque um Campus na cidade de Angical. A cidade de Angical do Piauí é uma cidade pequena mas que tem muita cidadezinha pequena no seu entorno, então passou a ser um ponto estratégico, mas muitos achavam que deveria ser em Água Branca. O prefeito da cidade de Angical, Dr Raimundo, ele havia comprado do Banco do Brasil a Associação de lá e ele fez a doação para o Instituto. Então o Instituto gastou bem menos para uma reforma do que se fosse a aquisição de um terreno para construção e com isso ganhou mais tempo para que pudesse iniciar o funcionamento e na escolha dos cursos era também obedecendo a critérios, quais critérios: os cursos deveriam ser criados de acordo a atender a vocação local, a vocação da região, não só da cidade como também da região e eram criados não só cursos como criados digamos eixos que quando determinado curso, porque a gente sempre pensava, você vai criar um curso X então você vai produzir uma quantidade de mão de obra para esse curso por um determinado período de tempo, vai chegar um tempo que não vai ter mais mercado para a mão de obra desse curso, aí você não vai poder fazer concurso para novos professores. Como é que foi pensado, fazer concurso para professores que fossem de um eixo que a medida que esse cursos ficassem digamos estagnados de vagas para os formandos desse cursos, fossem criados outros cursos e com os mesmos professores, que os mesmos professores que estavam ali tivessem condições de ministrar aulas em novos cursos criados. E sempre também tendo o cuidado de atender a determinações como: de que por exemplo 25% das vagas deveriam ser destinadas a uma das quatro licenciaturas Matemática, Química, Física ou Biologia. Então sempre em cada um desses Campi tinha pelo menos uma dessas quatro licenciaturas também. Se você olhar por exemplo o Campus Piripiri foi colocado como já tinha aqui no Campus Central um curso para a área de vestuário porque a região lá de Piripiri é considerada como a região forte na área têxtil. Para Pedro II, na época era para ter alguma coisa na área de mineração, por conta das minas de opala e coisas desse tipo.

2. A mudança no nome para “Institutos Federais” além da instituição da Rede Federal, ocasionou alguma mudança? Se sim, qual?

Resposta contida na questão anterior.

3. A Expansão dos Institutos Federais se deram em 3 fases. Fale um pouco sobre cada fase no IFPI.

Resposta – O que eu posso lhe dizer é que quando eu ingressei, se eu não me engano, só existia o Campus Teresina. Em seguida bem tempo depois foi criado o Campus Floriano. Esse Campus foi criado e depois em seguida, bem depois, Parnaíba, Picos e Teresina Zona Sul e depois vieram esses Campi como Cocal. O que aconteceu, por exemplo, como é que foi criado o Campus Zona Sul, o Campus Zona Sul era uma escola do município, construída com recursos do município, se não me engano, sei lá acho que um recurso federal, só que o governo municipal viu que o custo para você fazer uma construção e a implantação de uma escola é um custo relativamente pequeno, em relação a como vocês ter o pagamento de professores, manutenção, mão de obra e tudo. Então a prefeitura de Teresina fez a doação para o Instituto Federal do Piauí, coisa que o professor Santana aceitou imediatamente. Então muitos desses Campi eles foram criados por, através de estruturas que já existiam. Se eu não me engano, o de Uruçuí era uma Escola Agrotécnica de lá que foi transformada em Instituto, isso relativamente parecido com o que acontecia no Ceará, no Ceará eles tinham muito CVT (Centro de Formação Tecnológica) e alguns deles passaram a ser Campus do Instituto Federal do Ceará. Então muitas vezes isso foi feito mediante esses mecanismos de doações que facilitava também mas de início não se falava nem em termo de expansão, só existia esse de Floriano, aí depois foi derrubada uma lei que proibia a expansão dos institutos, então quando foi derrubada, que não é bem esse o termo, eu sei, foi que começou essa expansão dos Institutos do Brasil como um todo, que com certeza é uma coisa foi muito boa, muitos profissionais que terminavam seus cursos, que não tinham empregos foram passar a ser técnicos, professores desses Campi e por outro lado muitos jovens que faziam ensino médio e que não tinham condição de cursar um universidade, porque o numero de vagas era pequeno foram dando prioridade a fazer um curso técnico e ingressando logo de imediato no mercado de trabalho. Eu conheço vários ex alunos nossos que ao terminar os cursos foram colocando suas empresas e hoje são pessoas muito bem sucedidas. Então é uma coisa que de certo modo não deixa de ter algumas criticas, tem algumas criticas que eu acho corretas, como por exemplo, você ter um Campus do Instituto que ele tem a capacidade para 1200 vagas, que era a média, desses Campi, para 1200 vagas e ele continuar com 200, 300 vagas. Então isso realmente é uma coisa que é merecedora de críticas mas por outro lado, eu brinco até as vezes, que tem cidades que passaram efetivamente a ser cidades depois da implantação do Campus do Instituto. Então sem duvida nenhuma na minha cabeça, a expansão foi uma ideia excelente. Eu não sei se a quantidade foi grande ou não, para mim, também não, eu acho é que tá sendo em alguns locais sub utilizado mas são estruturas de ótima qualidade, técnicos, professores de excelente nível. Escolas, Institutos, que fique bem claro, quando o Instituto tinha curso de ensino médio, aprovava mais gente no vestibular do que a maioria das escolas particulares, por isso que as escolas particulares não queriam que o Instituto tivesse ensino médio, porque aprovava mais gente do que na maioria das escolas particulares, porque os profissionais são de um bom nível, não só professores e técnicos como a própria direção, como a própria Administração, para fazer com que as coisas realmente andem.

FASE 3: Implantação das unidades do IFPI

1. Existiram reuniões com os formuladores da política (MEC), sobre os procedimentos a serem adotados para a implementação das unidades? Se sim, quais?

Resposta – Não cheguei a participar, mas é, era sempre colocado que existiam essas orientações e sempre essas orientações eram seguidas. No momento da implantação de cursos, isso era feito um estudo, depois que era feito um estudo pelos técnicos das várias áreas do Instituto, isso sempre passava pela aprovação da comunidade, a comunidade era sempre consultada sobre os cursos que deveriam ser implantados naquele Campus a ser instalado, sempre houve isso também, sempre foi ouvida a comunidade.

<p>2. Fale sobre a escolha das cidades para a implementação das unidades do IFPI</p> <p>Resposta – Seriam cidades polos, que seriam digamos não com grande concentração, mas na medida do possível que fossem para atender a todas as regiões do estado e mesmo que não fosse as cidades maiores, mas que fossem as cidades, como no caso que eu falei de Angical, que tivessem varias outras cidades no seu entorno.</p>
<p>3. As unidades do IFPI seguiram todas as diretrizes do MEC ou havia abertura para a determinação das unidades? Se sim, como se deu? Quais as justificativas?</p> <p>Resposta – Todas as unidades que foram criadas foram baseadas em diretrizes do MEC e evidentemente que antes de serem implantada o MEC não ia mandar o recurso para que fosse implantada um Campus em cidade X ou Y sem que eles aprovassem aquela cidade a ter um Campus destinado, já que o recurso era do MEC, ele tinha sempre o poder de decisão. Quanto às interferências políticas: Bem, se houve interferências políticas eu não conheço, o que eu sei é que eu com os técnicos, que a gente sempre participava das reuniões, nós nunca nos deparamos nas nossas reuniões com a presença de político nenhum, ou de nenhum que fosse indicado por qualquer político. Até mesmo porque todos nós éramos técnicos, professores concursados do Instituto, então nós não tínhamos nenhuma ligação, nem nada a dar satisfação a político qualquer que seja, se houve lá em Brasília em não sei, mas que eu tomasse conhecimento não.</p>
<p>4. Após a implantação de todas as unidades pode-se assegurar que estas unidades atingiram as dimensões propostas inicialmente pelo MEC de interiorização da educação, a questão social e o desenvolvimento regional ?</p> <p>Resposta – É o que falei, eu estou, eu me aposentei no ano de 2015, posso dizer que tem Campus que eu não conheço bem, como São Raimundo Nonato, Corrente, mas alguns Campi que eu conheço atenderam plenamente. Agora o que ouvi as vezes falarem de alguns Campi de não estarem com a quantidade de alunos que deveriam tá, da capacidade como volto a dizer era de 1200, por exemplo, um Campus que quando eu estava no Instituto que atendia plenamente isso daí era o Campus Parnaíba, Campus Piripiri, de Picos, embora depois tenha surgido uma Campus bem próximo que era o de Paulistana mas se não estão atendendo alguma coisa precisa ser corrigida, mas foi implantado com esses objetivos e que tem essas condições totalmente de atingir isso sim, porque eu não conheço nenhum aluno que não queira estudar no Campus do Instituto, tanto daqui quanto de qualquer lugar. Quanto à concentração de uma região da zona Norte do estado em detrimento da outra: A Região Norte ali ela é muito povoada, mas veja por exemplo, um aluno digamos que seja de Esperantina, ele quer fazer um curso técnico, antes da implantação dos Institutos a única possibilidade dele era vir para Teresina. Então hoje ele pode fazer em Piripiri, que ele vá morar em Piripiri durante o curso é bem mais barato para eles, por exemplo, eu sou de Piracuruca, tem carros que são pagos por mês para os alunos de Piracuruca irem estudar no Instituto de Piripiri, mas isso aí sai muito mais barato para os pais do que se fossem estudar em Teresina e se você for ficar colocando em determinados Campi fica muito mais difícil. Eu acabei de lhe perguntar e já esqueci, o Campus que foi colocado perto de Picos, no caso o Campus Paulistana. Porque foi colocado esse Campus em Paulistana? Era muito comentada a possibilidade de que se fosse explorada uma mina de níquel pela Companhia do Vale do Rio Doce e foi feito o estudo que foi colocado que essa mina teria um período de pelo menos 20 anos de exploração, eu cheguei a participar de reunião da empresa Vale, que dizia que tinha todo interesse que existisse um Campus para lá, porque seria implantado realmente uma empresa de mineração lá. Por exemplo, eles chegaram até a falar, nós colocamos foi um curso de Engenharia de minas na cidade de Parauapebas-Pa, hoje nós formamos 40 alunos por semestre e contratamos menos de 10 por ano. Então o que acontece a empresa está com um investimento alto e não absorve aquele mercado, então era muito melhor que existisse um Campus do Instituto. Então esse determinado estudo todo ele foi feito, falava-se em minas de minério de ferro para o lado de Paulistana, então sempre está procurando buscar também que isso possa vir a acontecer.</p>

GESTOR 4

Cargo:
Resposta – Diretor Geral do CEFET de 2005 a 2007 e Reitor de 2008 a 2013

Discorra sobre sua trajetória no IFPI:

Resposta – Dentro do Instituto Federal eu tive uma trajetória desde aluno, ginásio, era o ginásio industrial, depois passou para Escola Industrial de Teresina, Escola Industrial Federal do Piauí, Escola Técnica, Centro Federal, que era o CEFET e na minha gestão foi transformado em Instituto Federal. Como servidor eu entrei na época do José Luís Castro Aguiar e depois continuei com o professor Castelo e a professora Rita Martins de Cássia, com esses aí eu trabalhei com eles e o meu trabalho era justamente o de melhorar a instituição na parte profissionalizante, fiz vários eventos dentro da instituição e para mim o maior prazer que eu tive dentro da instituição foi quando eu me candidatei a Diretor Geral em 2004 e fui eleito para uma gestão 2005 a 2013, junho de 2013. E nesses períodos tanto como professor como gestor público passei por várias sessões da escola, fui Coordenador, fui gerente, Diretor de Ensino, Diretor Geral e por final na minha gestão eu fui Reitor do Instituto Federal, eu sou o primeiro Reitor desse Instituto e com muita gratidão aos servidores na época, peguei uma escola apática para administrar e o meu objetivo principal era elevar o nome da instituição. Para elevar o nome da instituição eu tive que fazer um trabalho grande na área da engenharia, quando eu recebi as informações do Ministério da Educação que possivelmente seria ampliado os Campi do Piauí, pois só tinha no Piauí o Campus Teresina, esse aqui e Floriano. Lá em Floriano era UNED eu tive como servidor um acompanhamento muito grande do então Diretor José Ferreira Castelo Branco que determinou que eu fosse cuidar da instituição para o crescimento daquela instituição e eu participei da construção, dos projetos dos levantamentos de topografia, e a escolha do Campus Floriano, do terreno fui eu que escolhi e com essa escolha se tornou uma unidade muito boa, não deixa nada a desejar a sede, é um Campus hoje do Instituto Federal, lá em Floriano e lá nós fizemos todas as obras e depois foram outros professores tomar de conta da organização, nós entregamos pronto ao Professor Castelo, que pena que ele não inaugurou, já veio ser inaugurado por outro Diretor, que era a Rita, foi a obra que ela fez, foi inaugurar a obra de Floriano. Eu digo para vocês que isso me dá um prazer muito grande e quando eu entrei mesmo para valer dentro da instituição, que eu comandava a instituição, eu tinha uma vontade de enxergar a instituição muito além do que ela era. Então em contato com a Universidade Federal, com a Universidade Estadual para ver se a gente reanimava a educação profissional do estado do Piauí e deu certo mas eu tive vários desgostos nessa época mas eu não me entreguei, eu vou colocar o Instituto Federal além da Universidade Federal, da Universidade Estadual, em nome e graças a Deus eu consegui e foi a época que veio a expansão. Nessa expansão eu já estava com a equipe de engenharia fazendo os projetos de locação dos Campi, todos os Campi foi escolha minha, de Parnaíba a Corrente, de Teresina a Uruçuí e de Teresina a Pio IX, todos esses Campi aí foram feitos na minha gestão. E na minha gestão a gente aprendeu muito e eu fiz meu doutorado, falando da expansão que eu construí no estado do Piauí, mas muito atropelo, mesmo com esses atropelos eu nunca me entreguei, sempre eu fui uma pessoa que estava na frente e coloquei o Instituto Federal no ranking dos melhores Institutos Federais do Brasil.

O Instituto Federal do Piauí era uma referência para o Brasil, inclusive não era eu que dizia, eram os gestores do Ministério da Educação, na época eu tinha uma pessoa, um amigo muito grande que era Diretor do MEC e ele me deu uma força muito grande e eu fiz com que não faltasse nada para o Instituto. Em termos de verbas eu alcancei, eu sabia que eu ia ter um grande assim, coisas positivas pelo crescimento da instituição. Briguei muito, pela primeira expansão eram três escolas que eram para ser liberadas para o Piauí, que eram: Parnaíba, Piripiri e Picos, mas com briga de governo, briga para cá, governo Lula, governo do estado do Piauí, que na época era o Mão Santa, eles brigavam muito e atrapalhavam muito o crescimento no nosso estado, mas aí quando eu fui receber, só recebi uma escola, que foi a de Picos, então Picos foi a primeira escola que eu recebi, mas muito chateado, porque eu havia projetado três escola na primeira expansão e só me deram uma. Como eu era muito ligado ao ministro Fernando Haddad, eu disse assim, rapaz eu vou atrás do Ministro e fui, me fiz de deficiente e cheguei até o Ministro Fernando Haddad lá no MEC e ele me recebeu, eu estava até de viagem marcada para Teresina, suspendi a viagem e conversei com todos os políticos da época que ainda estão ainda no governo atual, eles estão ainda, o Átila, o Marcelo Castro e tantos outros, que a gente não lembra assim o nome de todos eles e pedi o apoio deles para alocar mais uma escola no Piauí de imediato que eu já tinha feito a licitação de Picos mas o Fernando Haddad disse que eu viesse embora que ele ia mandar fazer a de Parnaíba, mesmo com a briga com o Presidente Lula, ele ia mandar fazer. E eu cheguei e com 5 dias o dinheiro chegou, para a gente fazer, se eu não tivesse insistido a gente só tinha Picos primeiro. Já na segunda fase da expansão, eu tive 6 escolas, você vê de duas eu passei para seis, porque eu entreguei tudo no tempo certo, sempre eu fui uma pessoa que insistia com as construtoras para entregar no prazo, porque eu precisava de contratar professor, técnico administrativo e com aquilo ali eu sabia que a instituição ia crescer. Aí o que foi que eu pensei, eu vou ter que levar o presidente da república no Piauí, com isso dá um avanço grande, já tinha entrado em contato com a rede globo, para ver se ela fazia uma reportagem no Piauí, com a vinda do presidente toda a emissora vem e graças a Deus eu alcancei a chegada do presidente Lula e ele me deu toda força para que eu concluísse todas as obras do estado do Piauí. E o pessoal do MEC, eu fiz uma amizade muito grande com os gestores e fiz várias reuniões do Conselho de Dirigentes do Piauí e meus colegas vieram participaram da vida da escola do Piauí, ai eles viram que a Escola do Piauí estava diferente, diferente pela expansão e a segunda eu recebi 6 escolas, como eu falei, e entreguei todas as seis no período certo. Na terceira expansão eu recebi mais 6, que dava um total de 14 escolas, depois teve a expansão de mais 3 escolas, a expansão três e meia, ai eu recebi três escolas a mais. E com isso na expansão eu vou fazer também a expansão do prédio B, o prédio B só tinha um andar aqui, do outro lado, só tinha um lado, eu vou verticalizar, e com isso como o Instituto tá vindo uma expansão boa, creditada pelos dirigentes do MEC, eles liberaram o dinheiro e eu fiz, um prédio de 6 andares, com 80 salas de aula. Para mim fazer essas expansões uma das coisas prioritárias que fiz foi fazer uma pesquisa de campo e em todas elas foi feita uma pesquisa de campo, menos Oeiras, porque o prefeito da época era o B. Sá e ele não ajudou na pesquisa, porque os professores mais os alunos iam para lá, é claro que a prefeitura tinha que ajudar com uma ajuda financeira para cada servidor que ia com os alunos de lá. Eu disse para ele que eu estava fazendo uma escola para a cidade de Oeiras, não estava fazendo instituto para ele, para a população de Oeiras e com certeza eu fiz Oeiras. Aí veio a expansão 4 e a gente pegou mais escolas, Cocal, Valença, Campo Maior e Pio IX, e ficou entorno de 20 escolas, essas escolas foram feitas em tempo real, de acordo com o cronograma do nosso planejamento e uma escola que não saiu cara a construção do prédio mas para construir o prédio e fazer a contratação de professores, nós precisávamos de que, precisava de fazer uma evolução muito grande dentro da

instituição, arrancar dinheiro para fazer os laboratórios, nós fizemos todos os laboratórios, compramos todo o material e entregamos as escolas todas bem equipadas para cada dirigente. E os dirigentes na época eram indicados pelo Reitor, passavam 5 anos com aquele dirigente e depois de 5 anos, o que é que acontecia, tinha a eleição. Aí nós, eu me comprometi de fazer, fiz as eleições na época e depois o restante depois de mim. Mas essas pesquisas de campo que eu fazia era para saber qual a realidade de cada município, o que era que tinha, quais os cursos que eu poderia botar, a escolha de cursos e assim foi feito. Como Floriano já estava, eu fiz só ampliar, comprei mais um terreno, Floriano era pequeno, quatro hectares, eu comprei mais cinco hectares e deixei o terreno, não deu tempo para construir, o espaço de 4 a 8 anos é pouco para você passar dentro da instituição, para você fazer o que você quer, quando você pega um gestor que não tenha afinidade com a educação, ele não faz nada. Eu fiquei triste porque eu comprei terreno e ainda fiz a Reitoria, eu nem entrei para dentro, dava para eu entrar, mas eu estava terminando meu mandato eu acho que a gente tem que deixar para o Reitor que vem. E a expansão é isso, são oportunidades, eu fui atrás de todos os terrenos, recebi os terrenos de graça, com transação de documentação pela prefeituras. Eu ia lá conversava com os prefeitos, o prefeito disse, o terreno tem a gente escolhia, teve terreno que a gente escolheu mesmo porque foi o jeito, porque a prefeitura não tinha, mas em todos os terrenos adequados, começava com 3 hectares e na terceira expansão o MEC já não aceitava 4 hectares, era de 6 para cima, e aí eu consegui todos, só tinha área, esse aqui que era um hectare e pouco e Floriano que era quatro hectare. Aí teve Uruçuí com sessenta e pouco hectares, já foi uma expansão boa ali em Uruçuí, para ser uma escola dinâmica da escola profissionalizante, porque lá é um centro da área profissionalizante, então era para estar lá em cima. Corrente do mesmo jeito, Corrente teve muitos problemas, mas o prefeito também foi legal, mas me deram o terreno lá era ruim e eu não sabia se a água invadia rápido lá, mas eu mandei fazer todo o serviço de levantamento de engenharia, topografia, solos e fizemos uma escola lá, muito bonita a escola de lá, mas eu visitava essas escolas dia a dia, quando eu não estava em Brasília, eu estava viajando no interior. Queria visitar Parnaíba, eu saía daqui para Parnaíba, eu visitava Campo Maior, Pedro II, Piri-piri, Cocal e Parnaíba. Quando saía para o sul, eu visitava todos, na ida eu ia por um lado e na volta eu voltava por outro lado. Uma escola muito boa, os meus gestores da época se empenharam, aqueles que não se empenharam eu tirava e botava outros, o negócio, tinha que ir num ritmo acelerado da instituição.

FASE 2: A Rede Federal de Educação Profissional

1. Com a instituição da lei 11.892/2008 que criou os Institutos Federais qual o seu papel durante esse período?

Resposta – O meu papel foi criar uma comissão, essa comissão fazer o projeto de transformação do Instituto Federal do Piauí, é claro que a gente sempre copia né, e copiar não faz mal, a equipe pegava informações do Ceará e do Maranhão, que era onde a gente se dava muito bem, Piauí, Maranhão e Ceará, Pernambuco, eles mandavam as informações deles, a gente mandava as informações do Piauí e fizemos, estava na frente dessa pesquisa era professora Ana Cláudia, que estava a frente dessa pesquisa de transformação do Instituto Federal do Piauí, nós envolvemos muitos servidores, um envolvimento muito grande, você vê que a escola não parava de notícia, tinha notícia todo dia.

2. A mudança no nome para “Institutos Federais” além da instituição da Rede Federal ocasionou alguma mudança? Se sim, qual?

Resposta – Mudou em termos de cargos, a mudança de cargos, teve que ser criadas as Pro Reitorias, os Diretores dos Campi e essa transformação, e hoje parece que são 6 cargos de Pro Reitores, e ficou bom da gente trabalhar, porque a gente agradeceu muita gente que precisava, que precisava de melhorar a instituição e a vida financeira da pessoa, eu não olhava assim muito assim, para a parte negativa, eu olhava para a parte positiva da instituição. Você vê que hoje, o Reitor foi Pro Reitor de Ensino, teve na minha gestão todinha como Pro Reitor de Ensino. O Junior, era Pro Reitor de Desenvolvimento Institucional, me ajudava muito, sempre ao meu lado e teve os outros que foram Diretores, quando foram implantados eu já fui logo nomeando os Diretores. Um dos Diretores, não maculando ninguém, mas tinha um Diretor que era eficiente, muito bom, chamava-se professor Demerval, ele era um Diretor muito bom, levava a escola como as escolas de antigamente, que cantava o hino nacional na entrada, o hino da bandeira, fazia a formação, Corrente, ele foi Diretor de Corrente, depois ele veio para São João do Piauí, depois ele veio para Teresina e o Reitor não continuou com ele, mas perdeu muito, porque ele era uma pessoa dedicada a instituição.

3. A Expansão dos Institutos Federais se deram em 3 fases. Fale um pouco sobre cada fase no IFPI.

Resposta – relato contido na trajetória do Gestor.

FASE 3: Implantação das unidades do IFPI

1. Existiram reuniões com os formuladores da política (MEC), sobre os procedimentos a serem adotados para a implementação das unidades? Se sim, quais?

Resposta – Houve uma reunião para fazer uma divisão da liberação dos Campis para cada região, porque o MEC fazia um controle disso aí, eu vou dar tantas escolas para o Piauí, tantas escolas para o Pernambuco, dependendo da região. Como o Piauí era uma escola de uma região mais pobre ia pegando menos escolas, por exemplo o Maranhão, tem trinta e tantas escolas. Cada escola era em relação ao número de habitantes, porque você pegava a cidade que ela ia ser implantada e pegava a microrregião que ela ia ser implantada. No caso de Angical, todo mundo dizia porque colocou em Angical? Angical ficava mais central e pegou: Agua Branca, Amarante e outras cidades sobre vizinhas que davam para fazer o Campus lá na região. O pessoal do MEC sempre vinha ao IFPI, na época da construção vinha uma equipe de engenharia verificar como estava tudo, eu mostrei isso, trabalho, que estava sendo feito e que ia ser entregue no período certo, porque não faltou dinheiro.

2. Fale sobre a escolha das cidades para a implementação das unidades do IFPI.

Resposta – Lá já veio determinado para Picos, Parnaíba já fui eu que conquistei. Estavam liberados para Parnaíba, Piripiri e Picos mas por problemas políticos, da política partidária, briga entre gestores, o presidente da república e o Senador Mão Santa, eles cortaram. Apenas eu fui lá para fazer o elo de ligação que a gente não deixasse Parnaíba de mão, pelo menos Parnaíba, poderia colocar Piripiri em outra expansão. Mas a região de uma escola para outra era de 100 km e depois foi diminuindo as distâncias. Então você vê, aqui em Teresina tem o Campus Central, tem o Campus lá do Zona Sul, esse aí foi construído pela prefeitura. O Zona Sul estava na primeira expansão, foi em 2007 ou 2008, quando o ministro ligou para mim e pediu para eu receber a escola, foi na época do prefeito Silvio Mendes e ele foi lá buscar verba para dar andamento a instituição e o MEC disse que não dava dinheiro para a prefeitura para ter uma educação profissional, que ele entregasse ao Instituto Federal e eu recebi a ligação, aí eu fui a Brasília. Quando eu cheguei, eu fui atrás do prefeito, conversei com ele e foi luta para receber mas graças a Deus, já tinha até colocado o nome lá, mas eu deixei, o nome do Campus é o nome daquele que foi diretor do Dom Barreto, o Marcílio Rangel, não foi fácil para receber mas deu certo, botei minha equipe de transição, nas reuniões eu ia conversando com o prefeito e deu certo. Quantos aos critérios da segunda expansão: Essas estruturas físicas que eles falam aí, você poderia receber prédios, no caso a Escola Agrotécnica de Uruçuí, nós recebemos o prédio, mas a estrutura não era adequada para a instituição, o que foi que eu fiz, eu mandei fazer todo o projeto para adequar a estrutura, lá não tinha auditório, não tinha nada, banheiro era pouco, essa parte de serviço para servidores, lá eu fiz uma ampliação do Campus, lá eu fiz auditório, sala de professores, tudo tinha, para poder adequar a região. Teve também outro, foi aqui o do Dirceu, foi um dos últimos prédios que eu recebi e recebi também a estrutura do Campus Pio IX. O Campus Pio IX o próprio estado reformou todo, eu já recebi todo organizado na estrutura de Pio IX. Mas assim 50 km, na primeira esticada do plano I, era 100 km, isso no Piauí, em outros estados pode ser menor, sabe porque, no Espírito Santo é um estado pequeno e ele não tem 100km para correr assim, então as escolas eram praticamente uma em cima da outra. Já em São Paulo é grande, é distante, como o Piauí as escolas são distantes uma da outra, para você ver foram feitas escolas até Corrente, inclusive eu entrei com um projeto, deixei aprovado, um projeto da expansão da Reitoria, Reitoria do Sul e Reitoria do Norte, foi aprovado pelo Mercadante, que era ministro na época, foi luta, inclusive quem me levou até o Mercadante foi o Deputado Assis Carvalho, o secretário não queria, mas o Mercadante disse: “eu vou atender o Professor Santana, porque a gente sabe do trabalho dele”. Ainda saiu, nesse período do Paulo ainda saiu que ia ter a expansão, eu queria o seguinte, ou ficava em Picos ou em Floriano, a expansão, porque tinha que ser afastado do Instituto, como hoje a Reitoria é afastada, daqui do Central, do Zona Sul, do Dirceu, o MEC exigia muito isso, sobre o afastamento das Reitorias para não atender mais um do que o outro, não ter discórdia com os Diretores e nós fizemos dessa maneira. Nós seguimos todos os critérios que o Ministério da Educação pediu. Todos os critérios nós fizemos. Quanto a questão do número de unidades do Piauí em relação a população e comparando aos outros estados do Nordeste: Nós fizemos o seguinte quando o local era cidade pequena, como Angical, a cidade lá era pequena, não era para receber um Campus como tem lá hoje, não era para receber, porque a cidade o número de habitantes era pequena, então nós

pegamos toda a microrregião e somamos, quando chegou na soma aí deu para ficar em Angical, tão tal que Angical ia começar as obras, ainda vieram ao governador, ligaram de Brasília, para tirar a escola de Angical, eram duas escolas, para mudar para outro local, mas quem foi que fez isso aí, como o Antonio José Medeiros era deputado do PT e eles estavam comandando o Brasil, eles queriam tirar e eu fui fazer uma reunião com o governador, na época era o Wellington, conversei com ele e disse: “rapaz eu não quero tirar a escola não, a escola quem botou fui eu”, tão tal que quando iam pedir algum Campus, os prefeitos iam pedir, quando começou a surgir aquela ânsia de querer uma escola, sabia que trazia muita prosperidade para a região, o que era que acontecia os prefeitos iam atrás do governador, e ele dizia vocês procurem o professor Santana, não me procure que quem comanda isso aí é ele. Teve um ou outro deputado que brigou comigo que foi o Paes Landim, que queria todas as escolas na região dele, porque ali dá voto. Quem decidiu todos os Campi fui eu, agora as interferências externas tinham demais, quando eu chegava em Brasília, me chamavam “o que você acha de fazer a escola em tal lugar”, eu dizia não acho que deve mudar nada, porque quem conhece o Piauí sou eu, se esse político Paes Landim tá lhe pedindo tantas escolas é porque ele quer angariar a simpatia política, dizer que foi ele que levou. Ele não trouxe uma escola e não arranjou um tostão para a instituição, não arranjou nada, não fez um projeto, da verba de bancada individual, para dar ao Instituto, o único que fez um projeto da verba individual chama-se Mão Santa, mas nunca me exigiu nada, ele doou parece que foi 800 mil reais, mas não foi para construir prédio, foi para a construção de um ginásio. O Wellington Dias como deputado ele arranjou, não lembro assim o valor, mas foi bastante, inclusive ele falou assim uma vez: “olha rapaz eu vou falar tantos milhões para vocês porque eu sei que os colegas aqui, nenhum vai lhe ajudar. Quanto ao número de unidade do Norte do estado: Quando eu ia fazer o trabalho de expansão eu reunia os prefeitos, aquele prefeito que você via que tinha vontade da expansão e que ia ajudar, aí a gente botava para lá, Barras não foi, o prefeito não ligou. Barras não pegou justamente por causa do prefeito que não ligou, eu dei a escola para ele, para lá, eu vou lhe dar a escola para lá e ele não pegou e Barras merecia, mas eu deixei mais 5 escolas para serem feitas no estado do Piauí. Gente uma escola dessas traz muita felicidade para a população, traz muito recurso para o município, cresce o estado, cresce a área educacional. Cinco escolas estavam marcadas e Barras estava no meio, estava aquela outra daquela Janaína, Luzilândia estava, estava Barras, Luzilândia, Canto do Buriti, porque é assim, nós temos uma escola de diferença de município para município, porque que eu ia criar a expansão da Reitoria. Você vê o Pernambuco é um estado bem pequenininho e tem duas Reitorias, a Bahia tem duas Reitorias e outros, Maranhão no meu pedido o Maranhão ia ganhar também, ia trazer mais investimento para o município, todos os cargos que é da Reitoria ia ter do mesmo jeito, igual a daqui.

3. As unidades do IFPI seguiram todas as diretrizes do MEC ou havia abertura para a determinação das unidades? Se sim, como se deu? Quais as justificativas?

Resposta – resposta contida na pergunta dois.

4. Após a implantação de todas as unidades pode-se assegurar que estas unidades atingiram as dimensões propostas inicialmente pelo MEC de interiorização da educação, a questão social e o desenvolvimento regional ?

Resposta – Com certeza atingiram e estão atingindo, o problema é só de gestão, se você tem um gestor que fica só atrás de uma mesa não vai não.

GESTOR 5
Cargo: Primeiro Diretor Geral do Campus Parnaíba – Fase I
<p>Discorra sobre sua trajetória no IFPI</p> <p>Resposta – Minha trajetória no IFPI é de muita alegria, sucesso, para mim e para minha família. Comecei como aluno do ensino técnico em 1969 e em seguida eu conclui o Curso de Estradas e fui estagiar em uma empresa de Fortaleza chamada EIT. Interessante que nossa turma que era promissora, a época era de expansão do desenvolvimento do Brasil no setor de estrada rodoviária e nós não chegamos a concluir o curso em sala de aula presencial, fizemos a conclusão do curso através de trabalho, de prática em campo. Era uma virtude do Diretor de planejar e liberar nesse sentido. Em seguida trabalhamos, voltei a Teresina e consegui adentrar na antiga Escola Técnica Federal do Piauí, através de um teste simples, não tinha concurso na época. Como relatei, a época era promissora e de desenvolvimento no Brasil e existiam poucos profissionais ou quase nada. Foi Obrigado o Diretor ter essa coragem e fazer esse teste para que viesse a atuar como profissional docente. De lá para cá, a gente vem desenvolvendo muitas coisas e chegamos aonde chegamos. Isso na época do governo do PT fez essa expansão, era uma promessa de campanha dele, de interiorizar as Escolas Técnicas, isso ele fez. Eu tive sorte e um privilégio de ser o Diretor de uma unidade, na época foram duas unidades, uma em Picos e uma em Parnaíba. Diga-se de passagem, que eu fui fiscal de obras das duas unidades, tanto Parnaíba quanto Picos, isso fez com que a época o Reitor, pelo meu desempenho, viesse a me nomear Diretor Pro Tempore da Unidade Parnaíba. Lá fiquei quatro anos e meio, foi uma época difícil. Quando chegamos lá não tinha praticamente nada, a obra inacabada e fizemos esforços para que deixássemos no ponto que deixamos. Passei quatro anos e meio, desenvolvi o Campus, eu não, a nossa equipe e fizemos com que viesse o funcionamento mais ou menos em termos de 50%, não o ideal, mas o real. Quando eu deixei o cargo, eu deixei o Campus com 600 a 700 alunos estudando, nos cursos de: eletrotécnica, edificações, informática, administração e já estava planejado lá o curso superior, mais ou menos isso que aconteceu nesses quatro anos e meio no Campus Parnaíba.</p>
FASE 2: A Rede Federal de Educação Profissional
<p>1. Com a instituição da lei 11.892/2008 que criou os Institutos Federais qual o seu papel durante esse período?</p> <p>Resposta – Na época de CEFET para Instituto eu estava em Parnaíba, nosso papel foi essa transição, preocupação, como iria funcionar um Instituto, o que é um Instituto? Simplesmente é uma escola de superior e onde ficará a escola de ensino médio, de ensino básico, porque nós com essa reforma tivemos que trabalhar desde a escola do ensino continuado até o superior, tão tal que nós temos o que, uma especificação com qual é o papel propriamente do Instituto, mesmo com a transformação ele nunca abandonou o ensino técnico, que é um percentual bem grande em relação as demais modalidades de ensino. Então temos o ensino técnico, básico e o superior, com um papel que nós viemos a fazer com que acontecessem coisas melhores, não diria em termos de recurso, porque recurso sempre é uma preocupação dos gestores, aquém do que deveria vir, do seu orçamento.</p>

4. A mudança no nome para “Institutos Federais” além da instituição da Rede Federal, ocasionou alguma mudança? Se sim, qual?

Resposta – Veja só, se nós analisarmos essa criação da primeira unidade em relação a segunda. Digamos assim que a primeira fase foi experimental, pouca coisa foi construída. Já na segunda houve melhora em termos estrutural, coisa que não tinha na primeira, já aconteceu na segunda, cito, na primeira etapa a gente não tinha restaurante, a gente não tinha ginásio. Já na segunda fase teve coisa bem melhor, mas assim mais criativa em termo de estrutura. (gestor respondeu com relação a expansão e não da mudança de CEFET para IFPI)

3. A Expansão dos Institutos Federais se deram em 3 fases. Fale um pouco sobre cada fase no IFPI.

Resposta – Infelizmente, é claro aconteceram às três fases. Infelizmente essas fases aconteceram, não sei por que, um pouco assim política. É claro que interiorizar é bom demais, mas eu creio, uma crítica que eu faço, creio que aonde foram escolhidas as sedes dessas unidades foram assim muito a desejar. Se fosse uma coisa assim pensada, planejada, perguntada para a comunidade, talvez as sedes de alguns Campi não seriam onde se encontram hoje. A primeira etapa Picos e Parnaíba, muito bem, são dois polos estratégicos. A segunda fase já foi mais ampliada, algum a gente concorda e outros não. E a terceira fase, que foi um desastre. Tão tal que hoje é um sofrimento para conseguir a demanda de alunos. Isso não é segredo, está na vista de todos nós, principalmente para nós que estamos vivendo dentro do IFPI, que trabalhamos em prol do ensino. Eu acho a insatisfação de alguns em termos da escolha puramente política para a terceira etapa.

FASE 3: Implantação das unidades do IFPI

1. Existiram reuniões com os formuladores da política (MEC), sobre os procedimentos a serem adotados para a implementação das unidades? Se sim, quais?

Resposta – Eu creio que sim, que essa conversação entre gestores do MEC e do IFPI, eu creio que poucos vieram. Lembro bem na primeira etapa vieram, vieram uns dois diretores, professor Clayton, ele veio e fez uma excursão nas unidades de Picos e Parnaíba, tive o prazer de acompanhá-lo, porque na época eu era o fiscal da obra, termo de orçamentário, prazo e qualidade, mas isso já estava totalmente planejada e iniciada a obra, das outras eu não lembro, estava acima do meu nível, essa conversação entre o Reitor e secretário da SETEC.

2. Fale sobre a escolha das cidades para a implementação das unidades do IFPI.

Resposta – Justamente, como eu falei inicialmente, se fosse feito assim uma pesquisa, seria muito mais fácil, muito mais concreta a realidade. Nós sabemos que infelizmente o Brasil ainda é um país em que a política ainda supera muitas coisas, eu escolheria diferente, mas poderia ser uma chamada pública, parece-me que poucos fizeram. Era determinada, alguns prefeitos querem, outros não querem, desde a primeira unidade. Eu me lembro muito bem, que a primeira unidade da UNED, era para ter sido construída em Picos e não foi por questões políticas, ela foi instalada em Floriano, senadores daquela época brigaram e puxaram ela para Floriano, parece o senador, não interessa o nome, também não lembro o nome, se eu soubesse eu diria. Essas coisas políticas muitas vezes atrapalham o desenvolvimento de uma região como a nossa, sempre foi assim. No Brasil, a maioria das escolhas foram feitas políticas. Existiam boatos, comentários de que deputados queriam levar para determinados lugares. No caso de Floriano, quem conhece sabe, que eram para ser em Picos, tinha reportagens em jornais.

3. As unidades do IFPI seguiram todas as diretrizes do MEC ou havia abertura para a determinação das unidades? Se sim, como se deu? Quais as justificativas?

Resposta – Comecei falando que, se tivesse consultado a comunidade, todas elas, nós teríamos um pólo bem melhor para abrangência e o desenvolvimento daquela cidade, pela sua capacidade, pelo seu desenvolvimento, como citado, Angical, o que tem em Angical? Nada, até mesmo a demanda, hoje os Diretores estão sofrendo para conseguir fechar a demanda que o MEC determina, que seria de 1.200 alunos. Agua Branca é muito mais desenvolvida que Angical, eu lembro que Angical foi uma briga maior do mundo, que a prefeita, não o esposo da prefeita, todas elas. O que é que tem em Cocal? Eu não escolheria Cocal, fim de linha, mas o prefeito a época era muito atuante em termos de politicagem e foi para lá. Se levamos em conta isso, foi um fracasso. Pedro II é uma cidade que também não tem atrativo. Foi um fracasso essas escolhas, uma preocupação, recebemos Campus que não tem expressão nenhuma. Uma coisa que só dá despesa foram mal escolhidos.

4. Após a implantação de todas as unidades pode-se assegurar que estas unidades atingiram as dimensões propostas inicialmente pelo MEC de interiorização da educação, a questão social e o desenvolvimento regional ?

Resposta – Atenderam, a interiorização foi bem feita, conseguiram fixar os filhos da terra, nós temos alunos que terminaram o curso, fez mestrado e hoje é servidor do próprio IFPI. Isso é uma coisa que atendeu a necessidade da cidade, embora não em sua totalidade, mas parcialmente sim.

GESTOR 6

Cargo: Diretor Geral do Campus Corrente – Fase II

Discorra sobre sua trajetória no IFPI

Resposta: Vamos começar pela trajetória: sou ex-aluno da Escola Técnica Federal do Piauí, fiz o curso de eletrotécnica e estágio na CEPISA, tive uma felicidade muito grande, pois era meu sonho fazer parte desta instituição. Eu ingressei em meados de maio de 1985, e ali tão logo teve a mudança de Escola Técnica Federal do Piauí para o CEFET. Ingressei nos quadros da ETFPI como professor de Inglês Instrumental, nos cursos concomitantes, essa é área que eu atuo há 35 anos. Desses 35 anos, nós deduzimos 8 que eu me afastei da sala de aula para fazer parte da equipe do Prof. Santana como gestor. Atualmente estou Coordenador da área de Letras, no Campus Teresina Central, Campus esse que eu faço parte desde a época que eu ingressei na ETFPI. A nossa área ela atende há 27 professores, da Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Espanhol e Artes. Já estamos há cinco anos a frente dessa Coordenação. Eu tenho um prazer incomensurável de fazer parte dessa equipe, hoje do Professor Paulo Vilarinho, que é o nosso Diretor. Atualmente sou doutorando da Universidade de Assunção no Paraguai em Ciências da Educação, tão logo concluí o meu Mestrado ingressei no curso de Doutorado. Em meados de 2006 o Professor Santana me convidou para fazer parte da equipe da UNED de Picos e lá estive como Diretor de Ensino. Na época foi um grande desafio, mas sempre contanto com o apoio da então Diretora da Uned, a professora Cleide de Floriano e o Diretor de Administração,

o Professor Márcio Dias. Sempre seguindo as orientações do Prof. Santana. Nós trabalhávamos diuturnamente para implantar o ensino médio integrado ao técnico, na UNED de Picos. Um bairro distante da cidade, muitas dificuldades nós enfrentamos a época, mas sempre ouvindo o nosso Diretor Geral do CEFET, prof. Santana e ele nos oportunizando tudo, tudo, para que nós obtivéssemos êxito, não só na Uned de Picos mas na Uned de Parnaíba, Uned de Floriano, nas demais.

FASE 2: A Rede Federal de Educação Profissional

1. Com a instituição da lei 11.892/2008 que criou os Institutos Federais qual o seu papel durante esse período?

Resposta: Com a implantação dos Institutos Federais houve “n” oportunidades para todos nós, principalmente para nós gestores, outras ações, outras proposições. Eu lembro que o próprio Instituto Federal oportunizou para nós gestores, e aí eu já estava em Corrente, um curso na área de Gestão Pública na ENAP, em Brasília, um curso de Especialização e nós passamos 8 meses lá em Brasília nos qualificando para que pudéssemos desempenhar melhor as nossas funções, foi uma mudança e nós constatamos isso principalmente no que diz respeito a proposta das disciplinas propedêuticas, dentro de uma nova vertente, dentro de uma nova realidade, todos os professores tiveram que ser reciclados, estimulou a todos nós a nos qualificarmos mais.

2. A mudança no nome para “Institutos Federais” além da instituição da Rede Federal, ocasionou alguma mudança? Se sim, qual?

Resposta: Total, veja com a implantação dos Institutos Federais credenciou os Institutos a oferecerem mais cursos a comunidade como os cursos de licenciaturas, que nós não tínhamos, os cursos de bacharelados, que nós não tínhamos e o que foi mais gratificante para nós foi a mudança da qualidade do ensino, repito, em virtude da mudança e do IFPI ter nos qualificado, ele oportunizou mais cursos de mestrados e doutorados para todos nós (professores). Então assim a mudança veio em uma hora excelente para todos nós e quem está se beneficiando com isso é a nossa sociedade, porque nós estamos tendo um ensino de qualidade voltado principalmente para as demandas menos favorecidas.

3. A Expansão dos Institutos Federais se deram em 3 fases. Fale um pouco sobre cada fase no IFPI.

Resposta: Para eu declinar sobre essa indagação eu precisaria ter acesso sobre esse material e eu não tive. Vou fazer alguns relatos me respaldando dos conhecimentos vivenciados. Em Picos foi um trabalho em conjunto com os Diretores, repito, com a professora Cleide e o professor Márcio Dias, conseguimos implantar o ensino médio integrado ao técnico e eu lembro bem que nós atendemos uma média de 360 alunos daquela comunidade, isso foi de 2006 a 2009. Em 2009, lembro bem que o Prof. Santana me convida para colocar para funcionar o Campus de Corrente e aí lá estive com dois colegas, o Prof. Reis, que se encontra hoje no Central, e o Prof. Othon, sendo o Prof. Reis, Diretor de Ensino e o Prof. Othon, Diretor de Administração. As dificuldades que eu poderia pontuar lá em Corrente, com a segunda fase da implantação da Rede, ela se deu mais em função da distância, Corrente é na divisa do Piauí com a Bahia, 892 km de Teresina, onde viajávamos 12 a 14 horas de ônibus. Após a constituição do quadro de docentes e de técnicos administrativos, eu tive a preocupação de desenvolver mais as minhas atividades, mais na parte administrativa, mais na parte realmente de gerir o Campus, atendendo as especificidades de cada setor, para que o ensino viesse a funcionar.

Então estava sempre com os meus pares. Foi muito difícil, mas com o apoio do Reitor, desempenhamos nossas atividades a contento. Um gargalo em quase todas as unidades mais distantes eram os professores, muitos pediam remoção. No caso de Picos também tivemos um trabalho desafiador, mas no caso de Corrente foi mais difícil, principalmente pela distância de 892km. Na época eu também fiz parte do Conselho Superior e do Colégio de Dirigentes, e como tinha as reuniões mensais, sempre pedíamos para que fossem em dias seguidos, porque os Diretores vinham de lugares distantes e não é bom nos afastarmos das nossas ações nos Campi, mas foi gratificante, foi fantástico. Para você ter uma idéia, nós fizemos um trabalho, a nossa equipe, um trabalho tão dignificante que nós deixamos o Campus de Corrente com 1.100 alunos no ano de 2012. Nós tínhamos alunos de toda a micro e macro região de Corrente, inclusive no Sul da Bahia, um trabalho lindo, nós encaminhávamos nossos alunos para fazer estágios. O Campus veio em boa hora era um anseio da micro e macro região de Corrente, nós trabalhamos com Formosa do Rio Preto, que era na divisa da Bahia com o Piauí, a 60 km do Campus. No município de Luís Eduardo Magalhães, os nossos alunos iam fazer estágios lá. Nós conseguimos com o Reitor dois micro ônibus para atender essa demanda.

Nós deixamos o Campus Corrente, com ensino médio integrado ao técnico, com licenciaturas, com Proeja, foi fantástico, foi um trabalho excelente e em 2012 o Prof. Santana me convida para colocar para funcionar o Campus de São João do Piauí. Em São João do Piauí, lá estive de 2012 a 2013, não consegui, digamos assim, estar lá no Campus de fato e direito, pois veio o término do mandato do Prof. Santana, logo veio a eleição do Prof. Paulo Henrique foi o vencedor nas urnas e é óbvio que ele teve que colocar a sua equipe e o Prof. Demerval retornou para o Campus Teresina Central, mas enquanto eu estive no Campus São João, a nossa política foi de estabelecer a aquisição de material permanente e material de consumo para colocar o Campus em funcionamento, o que ficou para o meu sucessor, indicado pelo Prof. Paulo Henrique. Não conseguimos em função de o exíguo tempo adquirir todo o material permanente, os laboratórios de informática, física, matemática, nós iniciamos, o meu sucessor que foi um colega do Campus Corrente que convidado para lá concluiu esse material. Bom, eu trouxe uma experiência do Campus de Corrente o que eu não sinto muita dificuldade em elencar esse material, nós não tínhamos liberdade para comprar, esse material era comprado pelo Pro Reitoria de Administração por meio de pregão eletrônico ou outros meios de licitações e nós fomos solicitados pelo nosso Reitor para elencar os materiais indispensáveis e assim a equipe trabalhou a contento.

FASE 3: Implantação das unidades do IFPI

1. Existiram reuniões com os formuladores da política (MEC), sobre os procedimentos a serem adotados para a implementação das unidades? Se sim, quais?

Resposta: Nós fomos convidados para sair da sala de aula para fazer parte dessa equipe de gestores, com certeza o Prof. Santana, Reitor a época e os seus 5 Pro Reitores, eles com certeza foram sondados, o Reitor deve ter lhe respondido sobre a metodologia adotada, qual foi a política, pq houve critérios, a luz dos meus olhos, esses Campi não foram instalados no olhar do Prof. Santana, houve com certeza toda uma política regional, junto ao Governo Federal para a implantação desses Campi, diga-se de passagem houve uma demanda bastante significativa, então assim, não posso lhe responder no sentido de respostas fundamentadas em documentos, não fiz parte de nenhuma reunião nesse sentido. Eu acredito que foram mais a nível de Reitor e de Pro Reitores.

2. Fale sobre a escolha das cidades para a implementação das unidades do IFPI

Resposta: Não posso aqui declinar digamos assim, fazer exposições respaldado em comentários, eu seria leviano. Para o fim da sua pesquisa tem que ser respostas documentadas e respaldadas em documentos. Então assim, repito, a senhora já deve ter colhido essa resposta com o Prof. Santana.

3. As unidades do IFPI seguiram todas as diretrizes do MEC ou havia abertura para a determinação das unidades? Se sim, como se deu? Quais as justificativas?

Resposta: É o que eu disse há pouco para a senhora, tomei conhecimento agora desses critérios, porque nós sabíamos de alguns vagamente, mas se a senhora observar o mapa do Piauí a distribuição dos Campi, a senhora pode até ter algumas indagações, por exemplo: porque um Campus em Campo Maior? Por que um Campus em Piripiri ? e a 41 km um Campus Pedro II?

Aí a gente faz um juízo, meu Deus será que o que prevaleceu aqui? Foi o caráter político? A verdade é que nós não sabemos, é por isso é que eu falei para a senhora, eu não posso declinar, porque eu não participei dessas reuniões, com o Magnífico Reitor junto ao MEC. O MEC não nos oportunizou reuniões antes porque não fazíamos parte da equipe, ok, então assim, eu acredito que o Prof. Santana e sua equipe de Pro Reitores seguiram rigorosamente os critérios do MEC ou então o MEC não liberaria, não autorizaria. Um exemplo que posso dar assim para a senhora como excelência de um Campus, Picos. Picos a micro e a macro região são 36 municípios. O Campus de Picos veio numa hora excelente para atender essa micro e essa macro região. Picos é o segundo maior entroncamento rodoviário do país, nós só perdemos para Feira de Santana, por aí você tira o fluxo da rotatividade de pessoas naquele município. Você pode ter a seguinte indagação: mas colocaram um Campus em Valença, a 90 km de Picos. Sim, mas Valença atende a região a macro região de Pimenteiras, Elesbão Veloso, Inhuma, ou seja, foi um estudo criterioso para a implantação desses Campi. Qual foi a política do Magnífico Reitor, a época, que inclusive ele levou o projeto para o MEC, com nosso apoio enquanto gestores, da criação de uma Reitoria na região de Cristino Castro para atender a região do Sul do Estado, mas infelizmente ele não foi aprovado, mas o projeto está stand by. Eu acredito que as implantações foram respaldadas nesses critérios, mas com certeza os nossos políticos não ficaram alheios, a época da implantação dessa Rede, ainda mais em um estado carente como é o nosso, era porque no que diz respeito ao ensino o Instituto Federal veio suprir essa grande necessidade e hoje o nosso estado ele aflora, exportamos os nossos alunos para grandes empresas. Com certeza o nosso Reitor, respaldado em documentos, junto ao MEC, ele conseguiu esse número expressivo de unidades para o nosso estado e eu não vejo de outra forma, tudo depende de uma política, na segunda fase eu fui o único Diretor a ter dois micro ônibus numa unidade e isso causou uma inquietação nos demais colegas e eu tive que justificar em reuniões do Conselho. Eu disse gente nós estamos a 892 km da sede, um micro ônibus para atender a demanda, o Campus de Corrente está instalado em uma região atendido por 18 municípios, então nos temos que percorrer esses municípios, nós temos que atender essas demandas, então para isso eu preciso de condução e aí o Reitor liberou dois micro ônibus e uma caminhoneta, e isso causou, eu lembro, uma ciumeira. Então assim, com certeza o Prof. Santana deve ter feito uma baita de uma exposição de motivos ao nosso Ministro a época Fernando Haddad e este junto ao nosso ex Presidente Lula e a ex Presidente Dilma e ele obteve isso (maior número de Campus).

4. Após a implantação de todas as unidades pode-se assegurar que estas unidades atingiram as dimensões propostas inicialmente pelo MEC de interiorização da educação, a questão social e o desenvolvimento regional?

R. Então veja só, para eu te responder com precisão eu precisaria ter relatórios desses Campi, mas deixe-me eu fazer um relato, uma pequena contextualização dos dois Campi onde eu estive e nós trabalhamos com a comunidade, eu acredito que essas dimensões foram atingidas porque esses Campi vieram para trazer um ensino de qualidade, sobretudo voltado aos Arranjos Produtivos Locais, é óbvio se eu ofereço cursos para atender essa demanda haverá lá na ponta final grandes conquistas, grandes resultados, por exemplo, em Picos, nós tivemos oportunidade de buscar parcerias com empresas principalmente as produtoras de mel, que a grande redenção daquela região e os nossos alunos ficaram lisonjeados com essa grande oportunidade, estágios em outras unidades.

Corrente nós oportunizamos estágios em Luís Eduardo Magalhães e algumas empresas da área do agro negócio, por isso que lá nós oferecemos cursos da área de agro negócio, dentro dos arranjos produtivos locais, isso é atingir a grande missão proposta pelo MEC. Agora, repito, para eu falar dos demais Campi eu precisaria ter acesso a esses relatórios, mas convenhamos que os nossos Campi estão atendendo sim a essas especificidades, se não já teria acontecido uma intervenção do MEC.

GESTOR 7

Cargo: Pro Reitora de Extensão do IFPI

Discorra sobre sua trajetória no IFPI

Resposta – Eu já estou com vinte e, eu entrei em 93, então eu já tenho 27 anos de Instituição, só que eu não sou só do IFPI, eu fiz meu concurso em Pernambuco, da antiga Escola Técnica Federal do Pernambuco, lá eu trabalhei durante 6 anos e depois eu fui deslocada para cá, transferida aqui para o Piauí, porque eu me casei com um piauiense e vim para cá, então eu estou aqui no Piauí desde 1998, então a maior parte da minha vida profissional foi no Instituto Federal do Piauí. Então até 2004 eu exerci apenas o cargo de professora, né, eu tinha a minha vida externa, eu tinha uma empresa de projetos, eu era prestadora de serviços da Caixa Econômica Federal, eu também trabalhava com obras, então eu tinha vida paralela ao IFPI, como profissional da engenharia civil. Em 2004, o professor Santana ganhou a eleição, foi a primeira eleição para o cargo, na época nós éramos CEFET ainda não era Instituto Federal, ele ganhou para o cargo de Diretor Geral e me convidou para fazer parte da equipe, inicialmente eu não aceitei, pois eu estava muito envolvida ainda com meus trabalhos fora na parte de engenharia e para assumir um cargo eu teria que me desvincular dessas atividades para me dedicar exclusivamente ao Instituto Federal. Então ele insistiu muito, vamos, vamos, vamos e também o resto da equipe eram todos conhecidos e o pessoal vamos, então eu disse, tá bom, e eu me desliguei de todas as minhas atividades externas e então eu comecei a me dedicar exclusivamente ao Ifpi. Inicialmente, na época a gente tinha uma outra estrutura atual, a Diretora Geral não funcionava hoje como é a Reitoria, nós tínhamos dois Campi, que era chamadas de Unidades, que era a Unidade Sede e a Unidade Descentralizada de Floriano, isso lá

em 2004. Então a Unidade Sede, que era onde funcionava a Diretoria Geral, era como se fosse aquela unidade era como se fosse a Reitoria, era quem organizava tudo, tanto aqui em Teresina quanto de Floriano. Então inicialmente eu ocupei o cargo de Gerente Educacional, não lembro o nome, eu sei que era do Ensino Básico e Técnico, então era uma gerência da área, ligada a Diretoria de Ensino, onde ficavam vinculados todos os cursos técnicos, da Unidade Sede. Então eu fiquei nesse cargo do início de dezembro de 2004 até junho de 2005, aí depois, só que eu ficava nesse cargo acumulando funções de outra gerência, que era a de Desenvolvimento Institucional, apesar de ter um gerente, mas eu fazia muitas coisas da Gerência lá, porque eu já tinha muita experiência com parte de projetos e o Professor Júnior ficava me requisitando o tempo todo, “olha tem que apresentar o projeto x”, aí eu acumulava a gerência lá, que eu chegava 07:00h da manhã e saía 23:00h da noite e ainda trabalhava sábado e domingo para dar conta das duas, né. Foi um período muito difícil, complicado, eu fiquei extremamente cansada. Continuando, nesse período eu fui transferida para a Gerência de Desenvolvimento Institucional, então eu assumi essa gerência e foi quando no final do ano de 2005 se começou o projeto da expansão, ainda a gente como CEFET, então nós elaboramos na primeira etapa foi Picos e Parnaíba, as duas primeiras unidades, ainda como CEFET. Então assim, eu, professor Junior e Tarcísio tivemos uma papel muito importante nesse processo, porque nós trabalhamos mesmo ativamente para que a coisa acontecesse, tinha o professor Santana que fazia toda a articulação externa, ele junto com o Junior, para a gente conseguir os recursos para essa expansão. Aí foi aquele processo de contratação de arquitetos, para fazer os projetos. Então de 2005 ao início de 2006 eu fiquei na Gerencia de Desenvolvimento Institucional, de 2006 até 2008 eu fui Diretora da Unidade Sede, que hoje seria equivalente ao cargo de Diretor Geral, só que a estrutura era diferente. Dentro dessa diretoria tinha uma gerencia que cuidava de toda a parte de infraestrutura que cuidava da Unidade Sede e da Unidade de Floriano. Em fevereiro de 2009, com a transformação para Instituto Federal foi implantada a nova estrutura, criou-se a Reitoria e os Campi foram descentralizados, cada um tendo a sua autonomia. Então quando chegou início de 2009 foi implantada a nova estrutura, nesse período nós já tínhamos a Reitoria, o Campus Teresina Central, Teresina Zona Sul, Picos, Parnaíba e Floriano. Em 2007 houve o repasse do Campus Teresina Zona Sul. O ano de 2008 foi o ano de organização do Campus, precisou fazer algumas obras e aí foi aquela parte de levar professor para lá, montar toda aquela parte pedagógica, dos projetos dos cursos, teve a transferência de toda a área da construção civil, que era vinculada ao Campus Teresina Central que foi para o Teresina Zona Sul, os cursos de Edificações, Estradas e Saneamento. Estes 3 cursos foram transferidos para o Zona Sul e na época houve uma exigência da prefeitura que a gente continuasse a oferta de parte ou de todo o que eles haviam pensado para aquela estrutura, então além desses 3 cursos foi também a área de gastronomia e a área de confecção do vestuário, que esses dois eixos eles estavam no projeto original da prefeitura de Teresina para aquela unidade, então esse Campus chegou, foi assim, o MEC disse, “ a partir de agora vocês vão tomar conta”, porque que houve isso, a prefeitura fez a proposta de construção e o MEC acatou mas quando chegou a hora de funcionar a prefeitura de Teresina queria que o MEC repassasse os recursos, só que aí já não poderia ser feito porque a prefeitura teria que fazer toda a manutenção e depois ela disse no final que não teria condições de bancar, aí o MEC chamou o Instituto Federal, que no tempo ainda era CEFET, para que assumisse aquela estrutura lá. Foi bem complicado lá no início, a obra estava cheia de problemas estruturais, vazamento, problema na rede elétrica, problema na rede de abastecimento de água, então foi bem complicado. E a professora Susana foi quem assumiu lá.

Ai sim, em 2009, com essa nova estrutura, eu sai do cargo de Diretora do Campus e fui para a Pro Reitoria de Extensão. Aí nesse período, eu acredito que eu fiquei ainda uns 6 meses a frente da expansão, mas eu fui me desvinculando, porque isso daí não era atribuição da Pro Reitoria de Extensão. Essa atribuição ficou vinculada a Pro Reitoria de Desenvolvimento Institucional, que na época era outro nome e foi o professor Júnior que assumiu essa função e ele que colocou para frente. Foi criado um Departamento de Engenharia dentro da própria Reitoria, que hoje é quem comanda, que antigamente a engenharia todinha ficava dentro da Diretoria da Unidade Sede. Esta Diretoria era quem tomava conta de todas as obras do Piauí, se desse um vazamento na caixa d'água da Unidade de Corrente, era a Diretoria do Campus Teresina Central que tinha que dá conta. Então até as contas de energia elétrica vinha para a gente fazer os pagamentos. A Unidade Sede na época era que organizava toda essa infraestrutura. Só que aí com a nova realidade, cada um foi tomando conta do seu pedaço, foi a Diretoria Geral do Campus, passou a tomar conta só exclusivamente do Campus Teresina Central e cada Campus foi se organizando para ter suas próprias estruturas, aí já com o apoio da Reitoria, que é a estrutura que nós temos hoje.

FASE 2: A Rede Federal de Educação Profissional

1. Com a instituição da lei 11.892/2008 que criou os Institutos Federais qual o seu papel durante esse período?

Resposta – Como eu estava comentado com você, a gente ficou mais ligada à parte da expansão, nessa transformação de CEFET para Instituto Federal, teve uma equipe, um grupo que foi criado, teve uma portaria, foi criada uma comissão para fazer a elaboração do projeto, de instituição do IFPI, se eu não me engano quem estava a frente na época era o professor Renato Sérgio, eu não me lembro bem. Então foi feito todo o esquema de acordo com o que o MEC passou e em cima disso foi que foi feito esse projeto de organização, eu não trabalhei diretamente com isso, pois eu estava envolvida com o plano de expansão. Então nessa parte da transformação de CEFET para Instituto Federal, eu tive uma participação, porque todos nós estávamos envolvidos mas não assim de escrever os projetos, isso daí ficou a cargo de outras pessoas, porque eu estava muito envolvida com o Plano de Expansão. Nessa época aí nós já tínhamos feito os projetos de mais 6 Campi.

2. A mudança no nome para “Institutos Federais” além da instituição da Rede Federal, ocasionou alguma mudança? Se sim, qual?

Resposta – Sim, sim nós tivemos, o papel de CEFET ele muda bastante, com a mudança para Instituto Federal nós tivemos muito mais autonomia administrativa a começar pelo próprio processo de escolha dos gestores, né, no caso do Reitor e dos Diretores dos Campi, que no caso não era feito por eleição, era feito por indicação. Em 2004 foi a primeira eleição geral para Diretores dos CEFETs e depois quando se assumi esse Instituto Federal, isso foi mais bem consolidado, porque isso foi para a lei, que o que antigamente se fazia apenas em consulta, então tem a lei e um decreto que regulamenta todo o processo eleitoral. Assim, nós ficamos com muito mais autonomia administrativa, os Campi mudaram sua estrutura, que antigamente tudo, tudo dependia da antiga Diretoria Geral. Os Campi começam a ter autonomia administrativa, financeira e também da parte do ensino. Antigamente para a gente fazer a expedição de um diploma, quem fazia isso era a Universidade Federal, a gente como CEFET não tinha essa autonomia, né, e passamos a ter. Passamos a ter autonomia de criação e extinção dos cursos tanto superior quanto os técnicos, que não se tinha na época de CEFET. Toda e qualquer mudança que fosse feita no nosso projeto político pedagógico, isso tinha que ser com autorização do MEC e acaba isso e fica os Campi na sua alçada, só precisa solicitar autorização da Reitoria, então facilitou demais a nossa vida. E outra coisa que se fazia mais de uma forma, digamos assim, sem

sistematização, foi a pesquisa e a extensão, porque, porque dentro quando você tem uma Instituição de ensino superior, Pesquisa, Ensino e Extensão são três áreas muito bem definidas, que a gente enquanto CEFET, se fazia pesquisa e extensão mas não se tinha isso como estruturas balizadas, organizada como é hoje. Então isso eu acho que foram os ganhos que nós tivemos. Lá na Lei de criação ela é muito bem definida, qual o papel dos Institutos Federais e com isso a gente vai alcançar esse papel que ele dá lá das finalidades. Então foi uma estrutura criada para se apoiar na comunidade local, a comunidade regional, quando diz que os cursos são ofertados de acordo com os arranjos produtivos locais, os arranjos sociais, os arranjos culturais, então assim, os gestores que estão a frente não podem jamais deixar de observar e fazer essa observância, dentro da capital a gente não sente muito isso, mas os Campi do interior eles tem um papel fundamental nesse desenvolvimento local e regional, então se você tem uma oferta que é desassociada da realidade local, eu não tô cumprindo com meu papel de Instituto Federal. Vamos supor que eu tenho uma região em que a caprinocultura ela é preponderante e eu vou pegar e vou fazer o curso de administração?, não tem nada a ver, eu posso até fazer essa oferta mas priorizar as ofertas que estejam ligadas aquele arranjo produtivo local, porque ? porque você vai fazer a formação de profissionais críticos, profissionais que estejam “linkados” para fazer a melhoria daquela região, para fazer com que aquela região se desenvolva mais, a idéia dos Institutos Federais é essa, um papel diferente da Universidade. A Universidade faz ensino, pesquisa e extensão?, faz. Os Institutos Federais fazem ensino, pesquisa e extensão, sim, só que nossa pesquisa é aplicada e a extensão é tecnológica, tem essa pequena diferença, que ela é fundamental para a consolidação desses Institutos Federais. E assim o que eu vejo, não só aqui no IFPI, mas também em outros institutos, é que as pessoas não tem a compreensão do nosso papel enquanto instituto federal. Então assim, você contrata, muitas pessoas fazem concurso, essas pessoas que estão chegando não são repassados para elas a fundamentação conceitual que veio lá de 2008 e se trabalha como se nós fossemos uma universidade e nós não somos universidades, nós somos institutos federais, nós somos únicos e nós devíamos ter orgulho disso. Não existe no nosso país nenhuma outra estrutura igual a dos institutos federais, não tem. O papel desse instituto federal ele é muito forte, ele é muito vivo, dentro de uma comunidade. E assim eu sinto muito que dentro da nossa estrutura não tenha isso, esse negócio de ser Instituto Federal tinha que estar martelando na cabeça das pessoas diariamente. A gente tinha que tá fazendo encontros, divulgação interna muito forte, quem tá chegando novo, que é concursado novo, tinha que passar por um processo de no mínimo dois ou três anos se consolidando para saber qual é o teu papel dentro daquele instituo federal e o que é que esse Instituto Federal pode tá trazendo para uma comunidade. Então é difícil é, fazer isso sim, mas é uma questão de sobrevivência, se eu fui criado para fazer um papel x e eu não estou fazendo já começa a complicar em termos de resposta que é o que o MEC quer da gente.

3. A Expansão dos Institutos Federais se deram em 3 fases. Fale um pouco sobre cada fase no IFPI.

Resposta – Eu tenho alguns relatórios que eu vou te passar, que são relatórios lá da época mesmo, relatórios do MEC. Nós tivemos na realidade não foram 3 fases, acho que nós chegamos até 4 fases, porque tem uma que eles colocaram como fase dois e meio, que ficou entre uma outra ali emboladinha nesse meio. Então a primeira fase que foi aquela que eu te falei, a gente ainda não era ainda nem Instituto Federal, nós éramos ainda CEFET e veio o primeiro plano de expansão, nesse período o MEC não deu nenhum direcionamento, apenas na segunda fase foi que ele fez um edital, houve a adesão das prefeituras, nesse período da primeira fase o que é que foi feito, procurou-se os municípios maiores do estado, no caso Picos e Parnaíba. Já se tinha aquela ideia de atendimento dos Arranjos Produtivos Locais e que a oferta deveria ser de acordo com o que se tinha de produtivo naquela região. Como é que foi feito, se procurou as prefeituras porque tinha que ter os terrenos para fazer as construções e teria que ser feita uma doação, ou de um terreno, ou de uma estrutura que já existisse que fosse passível de se fazer uma reforma. Então o professor Santana junto com o professor Junior é que fizeram todo essa articulação, tanto com a prefeitura de Picos, quanto com a prefeitura de Parnaíba, nós fizemos reuniões com o empresariado local, já levando em cima, já foi eu e a professora Susana que fizemos todo esse levantamento, eu fui atrás do SEBRAE, do Ministério do Desenvolvimento e Economia, não lembro bem o nome, que eles tinham já todo esse levantamento dos APL's do Brasil todo, então essa oferta foi bem feita em cima do que se tinha, mudou-se, aí foi uma questão de escolha local, mas o projeto original dos dois Campus, o projeto pedagógico institucional dos dois Campi, eles inicialmente foram feitos em cima do que se tinha de arranjos produtivos locais. Mas aí você pergunta, quais são os APL's? O Piauí não tem uma definição muito assim, é esse arranjo, esse e esse, a gente não tem, é meio essa coisa embaçada, atrapalhada, mas a gente tem coisas que são muito fortes, tipo agropecuária, agricultura familiar, isso daqui é o que a gente tem no Piauí inteiro, aí alguns polos nós temos outro tipo de atividade sendo desenvolvida, por exemplo, Piripiri nós temos toda essa parte da agricultura, do agronegócio mas temos também a parte da confecção do vestuário, que lá é muito forte, já em Parnaíba a gente tinha a pesca, o turismo e a gastronomia, em Picos nós tínhamos toda essa parte de caprino e ovino cultura, a apicultura e muito forte serviços, porque é um grande, Picos é um grande entroncamento, é o segundo ICMS do estado. Picos e Parnaíba, né, depois é que vieram os outros. Então o projeto foi feito em cima disso, eu fiz uma pesquisa profunda nesses arranjos produtivos para a gente não fazer uma oferta desassociada, inclusive nessa época existia no MEC um projeto chamado Sintonia, eu não sei se alguém já falou para você desse projeto sintonia. Esse projeto foi umas das diretorias da SETEC que começou a levantar, eu participei de várias reuniões, que era exatamente o MEC tinha uma espécie de graduação, oferta tipo 1, seriam os cursos diretamente ligados aos APL's, cursos tipo 2, que seriam aqueles cursos que dariam apoio aqueles arranjos produtivos, por exemplo, eu tenho uma região que é forte o agronegócio da apicultura, do mel, então o curso tipo 1 seriam os cursos que estariam envolvidos diretamente com a produção do mel, os cursos tipo 2 dariam apoio aos cursos do agronegócio, que cursos seriam?, administração, informática e os cursos tipo 3, seriam os cursos ofertados que não tem nada a ver com o apoio aqueles arranjos. Então em cima disso foi que veio toda a orientação para a gente organizar os projetos. Então Picos e Parnaíba que foram da fase 1, esses projetos foram feitos de acordo com as orientações do Projeto Sintonia. Depois veio a segunda fase, que eu não lembro o ano, eu acho que foi 2007, aí vieram mais 6 unidades, no primeiro não se teve a preocupação que houve na segunda fase, nela foram as prefeituras que fizeram as propostas, não foi mais o Instituto Federal que chegou e fez a proposta para o MEC, tinha um edital e nesse edital já vinham especificados quais era os municípios. A prefeitura tinha que justificar o porque dele querer ter um Campus dos Institutos Federais, então nessa época foi colocado: Angical, Corrente, Piripiri, São Raimundo Nonato, Uruçuí e Paulistana.

Angical eu não sei de onde foi que entrou Angical, eu acho que foi na época uma intervenção política feita junto ao MEC, não foi feito junto ao Instituto Federal, eu não vejo Angical como um local que pudesse ter um Campus. Essas propostas vieram para o IFPI e depois isso foi encaminhado para Brasília. Nessas propostas haviam um compromisso das prefeituras com outras partidas e foi um desastre nacional com isso, se implantou Campus, quando eu digo desastre nacional é porque teve prefeitura que não cumpriu com o proposto, tipo assim, mudou o prefeito e o novo prefeito disse que não tinha nada a ver com isso, pois foi o outro prefeito que se comprometeu, o problema é dele, só que aí há uma falta de entendimento, porque a proposta não foi do prefeito, a proposta foi do município, foi da prefeitura para trazer um Campus para aquela região e além disso, não era para aquele Campus está instalado ali apenas para atender exclusivamente aquele município, ele tá atendendo uma região. Só vieram as propostas dessas prefeituras pois estavam especificadas no edital quais seriam os municípios atendidos. Já existia um pré entendimento, essa lista foi feita em cima de um pré levantamento feito pelo Instituto Federal, aí não tinha Angical nesse rol, era outro município, a proposta era Água Branca, não era Angical, porque até em termos de infraestrutura de cidade para acolher até nossos professores, nossos servidores, era uma cidade que tinha uma infraestrutura melhor. Não estou menosprezando os pequenos municípios, mas eu não vejo justificativa para se colocar um Campus em Angical. Inicialmente foi feito todo um levantamento em todo o Piauí, eu e o professor Junior fizemos todo esse levantamento de quais seriam as regiões com relação a questão da população, esses polos o numero de municípios que seriam atendidos foi prioritário, a população, os arranjos produtivos, mesmo que a gente não tivesse eles bem definidos mas existia um indicio de arranjo produtivo e na época Água Branca ficaria numa situação melhor, a distância entre aqueles municipios daquela região elas são muito pequenas, eles são muito próximos, então com relação a dizer que Angical seria mais no centro, é meio falha, não é bem assim, e se teve muita dificuldade com isso. A questão de se ter recebido o prédio, que se diminuísse os custos, mais ou menos, porque praticamente não se aproveitou nada da estrutura que se tinha, teve que se refazer a estrutura e novos prédios, o terreno é imenso, realmente é muito grande, mas não diminui custos em ter aquele espaço ali não, porque se precisou construir novos prédios e readequar, praticamente demolir o que se tinha e refazer, por isso, isso não bate muito com o que aconteceu. No caso de Angical foi intervenção política que houve, foi de cima para baixo, como estou lhe dizendo, não foi no Instituto Federal, veio de pedidos que se fosse colocado lá naquela região, claro que como justificativa teve a questão da doação do prédio da AABB, é porque Angical seria equidistante dos outros municípios, então se justificou nisso, tanto é que houve muitas outras reivindicações, prefeitos de outras regiões bateram muito forte, por conta de Angical, na época eu não me lembro mas acho que o município todo tinha 5.000 habitantes, isso é uma opinião minha tá, não é a opinião do Instituto Federal. Eu não vi porque ser colocado em Angical. Hoje eu não sei como é que tá lá funcionando o Campus, mas a gente teve muito problema com Angical, mas assim no geral com essa chamada apesar de se ter tido um papel das prefeituras muito forte com a elaboração das propostas, nós orientamos as prefeituras de como essas propostas deveriam ser feitas, muitas delas contrataram pessoas de fora das prefeituras, pessoas que tinham experiência com projetos, então assim foram projetos muito bem feitos, um dos que eu me lembro que ficou excelente foi o de Corrente, ficou extremamente bem justificado do porque de ter um Campus ali, todo o atendimento, então quem redigiu o projeto foi muito feliz com as justificativas, então assim foram seis projetos muito bons, que atenderam as necessidades, só que a gente passou por um período de mudanças nas prefeituras, na maioria delas não houve reeleição e o cumprimento das exigências daquelas contra partidas “morreu”, não se teve. Ainda bem que nós tínhamos conseguido os terrenos

ou a infraestrutura, que no caso de Angical e Uruçuí nós recebemos duas estruturas já montadas que precisaram passar por todo um processo de reforma e ampliação para poder atender as nossas exigências, quando eu digo as nossas exigências eram as exigências do MEC para ser um Campus. O MEC tinha toda uma orientação do que é que precisaria ter para fazer a montagem de um Campus. Nenhuma das prefeituras se mobilizou para fazer as suas contra partidas, tipo Corrente, Corrente tinha uma série de vinte itens de contra partidas, desde equipamentos de laboratórios até matrizes bovinas e nada disso foi atendido. Em São Raimundo Nonato a prefeitura não fez a pavimentação, não colocou energia elétrica, não colocou nem água, a mesma coisa em Paulistana. Picos também, aí a gente volta lá para a primeira fase, a prefeitura ficou de fazer a pavimentação e também não foi feita. Então assim tivemos muito problemas na relação IFPI com as prefeituras, porque as prefeituras não cumpriram sua parte no acordo. Então isso daí se sofreu durante muito tempo, esses Campi passaram por um processo de início de atividades meio complicado. Paulistana mesmo não tinha uma gota d'água, tinha que levar a água de carro pipa para o Campus poder funcionar. Aí a gente teve uma fase aí nesse meio, entrou Teresina Zona Sul, que eles chamaram de fase dois e meio e depois a gente teve a última fase que entrou os demais Campi: São João, Pedro II, Valença, Cocal, Oeiras e Campo Maior, dessa fase aí eu já participei só do início, aí depois com a parte das obras eu já não estava mais a frente. Eu dei o apoio até a elaboração do projeto, visita em campo, contato com os prefeitos. Nessa terceira fase não foi feita em cima de edital não, que eu me lembre não teve edital. O que é que foi feito, um novo levantamento, do mesmo jeito que foi feito a previa da fase II, né, foi feito um levantamento, aí se viu o município que a gente atenderia em termos de população e também dos arranjos produtivos. Foi o Instituto que fez essa indicação, da mesma forma que foi feita na fase II, aqueles Campus foi uma prévia do Instituto. Nesse período teve muito prefeitos que procuraram o Instituto, eu lembro bem de uma prefeitura, eu lembro porque eu fui lá visitar o local, no sul do estado, um município bem pequenininho que fica ali depois de Elizeu Martins, ali ficaria tipo um Angical, uma população super pequena e lá ainda tinha um agravante porque naquela região as sedes ficam muito distantes, então você iria construir um Campus praticamente para atender aquela cidade, a gente não ia ter nem aluno para colocar no Campus, porque existia toda uma orientação do MEC para o tamanho, quanto a gente deveria atender de alunos, o tamanho das salas, a gente não ia ter alunos para sobreviver. O Campus não teria sucesso, a gente não ia ter alunos. Se hoje a procura nos Campi já consolidados tem horas que é muito baixa, né, para alguns cursos, nem se justifica aquela oferta, agente tem certa dificuldade. Sobre os Campi Avançados eu participei de uma parte. O do Dirceu foi uma proposta da Assembleia para fazer uma parceria com o IFPI, então eu fiz a visita no local, nós fizemos uma pré proposta do que poderia ser feita a oferta e depois isso foi dado continuidade foi feita a implantação, eu sei que teve um tempo que o MEC não queria mais aceitar Campus assim, tipo o Dirceu, eles não quiseram e depois eles aceitaram. Pio IX eu fiz uma visita numa estrutura que eles tem assemelhada a Uruçuí, que era uma escola agrícola municipal, tava lá abandonada, completamente abandonada, aí a CODEVASF fez um aporte para a prefeitura, a gente fez todo o projeto de reestruturação lá do prédio, eu fui até chamada lá pelo antigo Superintendente, fiz junto com a prefeitura a proposta, isso ficou entre Codevasf e prefeitura, para que depois que o prédio ficasse todo organizado, tivesse recuperado esse prédio fosse feito a doação para o Instituto Federal, para que a gente fizesse a implantação do Campus Avançado, mas a prefeitura depois disse que não tinha interesse. Depois eu soube que disponibilizaram outro prédio na cidade, um prediozinho lá que foi cedido provisoriamente para que fosse implantado um Campus Avançado, mas eu não conheço. O Campus José de Freitas esse eu não participei de absolutamente nada, de como foi feita essa negociação.

Da fase III eu lembro que eu visitei São João, visitei Valença, visitei Oeiras também, Campo Maior, que inicialmente foram dois terrenos, mas nenhum desses terrenos deu certo e depois eles fizeram a oferta de outro terreno, Pedro II eu não estive lá e Cocal também não. Pedro II e Cocal eu não participei da fase de inicial dos terrenos, aí houve a elaboração dos projetos, quem estava a frente era o professor Rômulo que elaborou junto com a equipe e depois passou para mim e eu fiz toda a reorganização desses projetos, a revisão, reorganizamos algumas coisas porque não estavam atendendo as diretrizes do MEC, mas aí as escolhas desses locais partiram do IFPI para o MEC, em cima dos critérios técnicos, da gente atender a maior quantidade possível de municípios, a maior quantidade populacional e uma maior quantidade de arranjos produtivos. Na época eu não lembro se houve alguma manifestação de algumas das prefeituras de Barras, Esperantina ou Luzilândia, talvez tenha tido de Luzilândia, eu acho que teve mais não ficava dentro dos critérios que tinham sido estabelecidos, da distância dos municípios do entorno, isso daí foi tudo feito, de se ver essas distância, porque, porque a prefeitura do município vizinho teria que deslocar esses estudantes, quanto mais distante, mais complicado e principalmente que não existe recurso do Ministério da Educação para fazer o transporte público de alunos do ensino médio, o recurso que vai para o transporte escolar é para a educação básica, do ensino fundamental. Então isso daí seria uma contrapartida da prefeitura para que fizesse esse deslocamento, então quanto maior as distâncias mais complicado, então acho que Luzilândia caiu nesse ponto, aqueles municípios do entorno são muito distantes, e também atenderia a uma população pequena, que foi mais ou menos esse critério na época. Barras eu acho que não houve manifestação da prefeitura, eu não lembro, não lembro se eles colocaram algum terreno, ou se o terreno não era adequado, porque ainda tinha isso né, a exigência era de no mínimo 5 hectares para poder fazer e muitas vezes esses cinco hectares eram distantes demais do Centro e já na terceira fase a gente já estava meio “gato escaldado” com os problemas que tivemos na primeira e na segunda, então quanto mais próximo o terreno do centro urbano mais fácil de fazer o gerenciamento e principalmente porque não eram estruturas voltadas para a área da agricultura, como é o caso de Uruçuí.

FASE 3: Implantação das unidades do IFPI

1. Existiram reuniões com os formuladores da política (MEC), sobre os procedimentos a serem adotados para a implementação das unidades? Se sim, quais?

Resposta – Sim, sim, havia muita interação entre o MEC e os Institutos Federais, não só do Piauí, mas do Brasil todo, eu participei de várias reuniões, professor Santana também participou, professor Junior, Tarcisio, isso daí foi muito próximo esse contato. Foi muito dinâmico, na época quem ficava a cargo era uma Coordenação dentro de uma Diretoria da SETEC, a frente quem ficava era Gleison e Luis Carlos, então eles eram muito próximos dos Institutos e eles dois tinham uma relação muito boa com o Piauí. Foi um período excelente, que se teve muito boas respostas. Tanto é que a gente ria muito porque ficou uma briga entre o Rio Grande do Norte e o Piauí, porque o Rio Grande do Norte era tido como um dos Institutos que sempre davam retorno e a gente tava ali colado. Foi um período que se teve muito apoio do MEC, mas exatamente pelas nossas respostas. O Piauí deu excelentes respostas para o MEC. A primeira resposta foi no Plano de Expansão I, na época era para vir mais unidades para o Piauí, mas eles disseram que só iriam fazer a liberação de duas e agente tinha potencial para trazer outras, bem, se fez o projeto, nós fizemos a opção de fazer um projeto padrão, nossos projetos são todos iguais e o que foi que isso trouxe ?, uma economia em termos de manutenção, em tudo, o que é que houve, o metro quadrado de implantação foi o mais barato do Brasil. Isso chamou muito a atenção do MEC, existia um valor que eles determinaram e nós conseguimos implantar um Campus com um valor bem menor do que isso. Então aquela estrutura que foi feita e como ela foi replicada. Esse projeto foi sendo adequado e cada terreno que vinha se fazia as adequações dentro daquele terreno e com isso nós economizamos muito.

2. Fale sobre a escolha das cidades para a implementação das unidades do IFPI.

Resposta – Fase I nós atendemos os dois maiores municípios do estado, que tinham a maior população, maior ICMS, maior quantidade de arranjos produtivos, que no caso foi Parnaíba e Picos. Picos não era o maior em população, mas era o segundo maior em ICMS, já Parnaíba era o segundo maior em população depois de Teresina. Essas duas escolhas passou-se pelo MEC e foram acatadas, inclusive assim, um carinho muito especial, exatamente por serem os dois maiores. Depois os outros 6, que houve uma prévia, o Instituto Federal enviou uma prévia desses municípios, utilizando que critérios, alguns critérios que o MEC nessa segunda fase já tinha indicado, que seria o que: a maior população a ser atendida, a maior quantidade de arranjos produtivos e a questão da distância entre municípios, que se eu não me engano não podia passar de 60km, do raio de atuação. Essa prévia foi para o MEC, o MEC acatou uma parte e inseriu, teve aquela briga política e inseriu Angical. Mas isso aí foi nível fora, essa questão não foi conosco, foi externa. E na fase dois e meio nós recebemos o Teresina Zona Sul, aí não houve critério, foi uma questão do próprio MEC que disse: “tem essa estrutura e tá lá abandonada, vai ficar abandonada porque nós não temos constitucionalmente como repassar recursos para a prefeitura, porque a educação profissional ela está ligada ao estado, o governo federal é quem toma conta disso, a prefeitura só recebe recurso para fazer o ensino fundamental, eles não tem como manter o prédio então vocês é que vão ter que assumir”, então não houve critérios para isso, nós recebemos e pronto, o Teresina Zona Sul, que foi excelente para cidade, nós tivemos novas ofertas, a possibilidade de se fazer novos cursos, o Campus lá acredito que esteja bem, está tranquilo. Sim, na fase II além de ter se tido essa prévia, teve o edital de chamamento, a chamada pública para as prefeituras. Na fase III eu não me lembro de ter ocorrido nenhum edital do MEC, eu lembro que nós fizemos o levantamento, isso eu lembro, foi feito um levantamento no Piauí todo, se pegando aquele raiozinho de 60 km, vendo quantos municípios estariam dentro daquela área e vendo quais eram os arranjos produtivos, se eu não me engano quem fez isso daí foi a Anaites, não lembro se foi nessa fase, foi uma grupo de pessoas que estava trabalhando nisso e a Anaites eu acho que estava fazendo parte e se mandou essa prévia para o MEC, com as devidas justificativas do porque daqueles municípios, acho que houve uma conversa do professor Santana com os prefeitos, porque não adiantava a gente fazer a indicação de um município, se o município não tinha nenhum terreno para fazer a doação. Então foi feita essa conversa prévia, tudo acertado, se manda para o MEC e o MEC acatou e fez a implantação.

3. As unidades do IFPI seguiram todas as diretrizes do MEC ou havia abertura para a determinação das unidades? Se sim, como se deu? Quais as justificativas?

Resposta – Se segui na medida do possível, o MEC acatou, essas prévias que foram feitas de todas as fases, não se teve problema com isso não. Não me lembro de ter havido nenhum entrevero. Eu lembro que Cocal, é que parece que queriam tirar de Cocal para levar para outro município e fui eu quem fez a justificativa para não tirar a unidade lá de Cocal. Cocal tem um grande potencial, apesar de ser muito próximo a Parnaíba, mas aquela região tem grande, grande, grande potencial, depende só exclusivamente do IFPI? Não. É uma região extremamente promissora.

4. Após a implantação de todas as unidades pode-se assegurar que estas unidades atingiram as dimensões propostas inicialmente pelo MEC de interiorização da educação, a questão social e o desenvolvimento regional?

Resposta – É meio difícil responder a essa tua pergunta, porque aí eu volto lá no entendimento do conceito do que é um Instituto Federal, qual é o nosso papel, então se a gestão ela não compreende o que um Instituto Federal, então a gente não vai conseguir atingir os objetivos inicialmente propostos. Para eu te responder isso a gente teria que fazer uma pesquisa local, então assim, eu não sei te responder isso. Mas independente disso, eu acho que o município ou uma região que recebeu um Campus do Instituto Federal,

ela é privilegiada, porque você está levando, nós temos um corpo de professores e um corpo técnicos de servidores altamente capacitados com condição de mudar uma realidade local através da educação, nós temos essa competência. Se isso tá sendo cumprido ou não, aí é como eu lhe disse, eu não sei te dizer, acredito que sim. Eu estou afastada nesse últimos anos, eu não caminhei mais pelos Campis. Até 2013 eu estava ativamente trabalhando, visitando ainda os Campi dessa região, lá em José de Freitas eu andei muito, por conta do Projeto Mulheres Mil e a gente tinha duas turmas de alunas de lá, então a gente tinha muito contato, depois eu perdi o contato como os Campi. Então assim eu não consigo medir pelo que eu falo com as pessoas se tá realmente fazendo o seu papel, eu acredito que sim, porque na página do IFPI a gente vê tantos projetos bacanas e tanta coisa acontecendo nos Campi, alguns Campi aparentemente são mais ativos, eles estão sempre com propostas novas, buscando muito a questão da inovação, novas tecnologias sendo implantadas, né. Então eu acredito que está havendo um atendimento das necessidades educacionais e aí quando eu falo educacional, eu incluo a pesquisa e a extensão, né, para atendimento das necessidades desses arranjos locais. Mas aí eu teria que fazer um apanhado melhor, para te dizer com certeza que nós estamos fazendo o nosso papel social, eu acredito que sim. Um município que recebeu um Campus ele é um município privilegiado, mas também a gente tem que ter uma gestão local muito engajada com o município. A gente não pode ter um Campus desassociado, aqui é um Campus do Instituto Federal, que está num pedestal e a população tá todinha aqui, então quem tá lá são os agraciados, tem que haver uma interlocução muito forte, das instituições municipais com o Campus, professores e gestores, para poder essa coisa fluir e realmente a gente fazer o nosso papel.

Fala extra: Pelo MEC não era para a gente ter esse número de Campus, mas assim o professor Santana ele não aceita um não, ele ia atrás, ele brigava, ele causava confusão até ele conseguir. Se eu não me engano na cabeça dele ele queria que o IFPI tivesse 30 Campus, só que não caberia dentro do Piauí de acordo com os critérios, os parâmetros MEC, nós até extrapolamos, pela população você só tem a possibilidade de X Campus e a gente conseguiu muito mais por conta do nosso desempenho. Alguns Campus de outros estados não foram atendidos para trazer o dinheiro para o Piauí. Acho que ganhamos dinheiro que tava para o Maranhão, lá não desenvolveu tanto como aqui. Tivemos um excelente desempenho e por conta disso o MEC nos ajudou e muito, fazendo essa cessão de recursos, tanto é que o Piauí e o Rio Grande do Norte foram exatamente os dois Institutos Federais que tiveram o melhor desempenho/população, porque eram sempre os dois que davam resposta imediata. Então assim qualquer projeto que aparecia, um dizia eu quero e o outro dizia eu quero e assim nós conseguimos chegar onde nós estamos. E agora é o que, os gestores que estão aí e os próximos que venham manter na sua cabeça o conceito do que é que nós somos “Instituto Federal”, eu lhe digo, se fizer do jeito que tá lá, tenho certeza que todas a sociedade será beneficiada e muito.

GESTOR 8

Cargo: Diretor Geral do Campus Cocal – Fase III da Expansão – 2013 a 2021

Discorra sobre sua trajetória no IFPI:

Sou pedagoga do IFPI Campus Parnaíba, ingressei como servidora em agosto de 2009, trabalhei três anos no campus de Parnaíba, nesse período assumi varias coordenações e o Departamento administrativo. Particpei das reformulações dos projetos de ensino do IFPI, dos programas: CERTIFIC, PRONATEC e PIBID. Acompanhei de forma sistemática todas as ações educativas do campus, com o objetivo da promoção, aperfeiçoamento e articulação da prática pedagógica institucional. A partir de 2013 como diretora geral do campus Cocal, executo ações que diz respeito aos aspectos gerais da organização institucional do campus IFPI Cocal, como condições estruturais necessárias para a concretização da proposta educativa, da gestão financeira e administração de pessoal; bem como, a busca continua do estreitamento das relações entre IFPI/Campus Cocal e comunidade como forma de atender a missão institucional do IFPI. Tenho me posicionado a frente às discussões institucionais, lutando pelos interesses da coletividade, trabalhando com transparência, legalidade, impessoalidade e gestão democrática. Com o compromisso de ofertar uma educação pública, gratuita e de qualidade.

FASE 2: A Rede Federal de Educação Profissional

1. Com a instituição da lei 11.892/2008 que criou os Institutos Federais qual o seu papel durante esse período?

R. O meu papel inicial foi de pedagoga trabalhando junto ao corpo docente em busca do aprimoramento das ações de planejamento, pesquisa e acompanhamento de práticas educativas. Atuei junto ao corpo discente realizando atendimentos individuais ou coletivos com os discentes, a partir das demandas realizadas pelas coordenações e professores. Depois como diretora geral de um campus, responsável pela sua implementação na região.

2. A mudança no nome para “Institutos Federais” além da instituição da Rede Federal, ocasionou alguma mudança? Se sim, qual?

Sim, os institutos assumem novas atribuições, entre elas, a função de promover uma educação de qualidade, a verticalização do ensino, justiça social, a equidade e a inclusão social com base num desenvolvimento sustentável, por meio de difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais. Outra mudança relevante é a garantia da autonomia dos IFs.

3. A Expansão dos Institutos Federais se deram em 3 fases. Fale um pouco sobre cada fase no IFPI.

A fase I inicia em 2005, com a revogação da lei que proibia de criação de novas unidades de ensino profissional federal e com a ampliação da presença das instituições federais de educação profissional e tecnológica em todo o território nacional, contemplando 23 unidades da federação.

A sua segunda fase, inicia em 2007, com a criação de mais 150 novas instituições federais de educação tecnológica que foram distribuídas nos 26 estados e no Distrito Federal.

A terceira fase (2011 a 2014), a política de expansão da rede federal é mantida. A projeção consiste na implantação de novos campi.

FASE 3: Implantação das unidades do IFPI

1. Existiram reuniões com os formuladores da política (MEC), sobre os procedimentos a serem adotados para a implementação das unidades? Se sim, quais?

Não sei dizer se houve reuniões, não participei de nenhuma. Acredito que as reuniões aconteceram com a participação dos reitores e pro-reitores.

<p>2. Fale sobre a escolha das cidades para a implementação das unidades do IFPI</p> <p>Resposta: Foi feita uma chamada pública por meio de um edital contando com a participação do estado e municípios.</p>
<p>3. As unidades do IFPI seguiram todas as diretrizes do MEC ou havia abertura para a determinação das unidades? Se sim, como se deu? Quais as justificativas?</p> <p>Resposta – não tenho essas informações.</p>
<p>4. Após a implantação de todas as unidades pode-se assegurar que estas unidades atingiram as dimensões propostas inicialmente pelo MEC de interiorização da educação, a questão social e o desenvolvimento regional ?</p> <p>Resposta - Podemos afirmar que as dimensões foram atingidas de forma parcial, a política de interiorização tem possibilitado aos jovens e adultos oportunidades de acesso à educação técnica e superior e, principalmente, contribuir para o desenvolvimento local e regional onde o campus esta inserido, atendendo cidades afastadas que nunca haviam sonhado em possuir um campus. No entanto, ainda é necessário investimentos nas infraestruturas dos campi, contratação de servidores, ofertar mais bolsas de auxílio financeiros para os discentes continuarem estudando.</p>

GESTOR 9
Cargo: Pro Reitor de Administração de 2008 a 2013
<p>Discorra sobre sua trajetória no IFPI</p> <p>Resposta - Cheguei redistribuído de um outro Órgão Federal. Sempre atuei na área de administração, considerada com área meio de Instituição. Assumi algumas funções gratificadas e cargos de direção, como Pró Reitoria de Administração e a Diretoria de Administração do Campus Teresina Central.</p>
FASE 2: A Rede Federal de Educação Profissional
<p>1. Com a instituição da lei 11.892/2008 que criou os Institutos Federais qual o seu papel durante esse período?</p> <p>Resposta – O meu papel foi desempenhar as atribuições ligadas à Pró Reitoria de Administração, especificamente as ações ligadas diretamente a execução do programa de expansão do IFPI relacionadas à gestão orçamentária, financeira, contábil, licitatória, contratual, patrimonial e outras afins da Pró Reitoria.</p>
<p>2. A mudança no nome para “Institutos Federais” além da instituição da Rede Federal, ocasionou alguma mudança? Se sim, qual?</p> <p>Resposta - Sim.Mudanças importantes, principalmente relacionadas à área fim da Instituição mesmo não sendo ligado a esta área verifiquei o seguinte: a Instituição passou a ser considerada de Educação Superior e equiparada às Universidades Federais; Passa a ter autonomia para criar e extinguir cursos e outras autonomias pedagógicas; Passa a ser uma Instituição Multi-Campi, com os Campos dotados de autonomia</p>

administrativa, orçamentária e patrimonial; Beneficiou as carreiras profissionais dos Professores e Técnicos Administrativos. Aumentou a oferta de educação Profissional e Tecnológica para todo o Estado do Piauí; Proporcionou a criação de novos Empregos Públicos para o nosso Estado. Outros.

3. A Expansão dos Institutos Federais se deram em 3 fases. Fale um pouco sobre cada fase no IFPI.

Resposta: não identificou as fases.

FASE 3: Implantação das unidades do IFPI

1. Existiram reuniões com os formuladores da política (MEC), sobre os procedimentos a serem adotados para a implementação das unidades? Se sim, quais?

Resposta - Sim. Existiu a participação do Reitor e outros Pró Reitores. O Pró Reitor de Administração não participou de nenhuma reunião junto ao MEC para tratar destes procedimentos.

2. Fale sobre a escolha das cidades para a implementação das unidades do IFPI.

Resposta – O Pró Reitor de Administração não participou de qualquer decisão relacionada a escolha de cidades para implementação das unidades do IFPI.

3. As unidades do IFPI seguiram todas as diretrizes do MEC ou havia abertura para a determinação das unidades? Se sim, como se deu? Quais as justificativas?

Resposta – Não sei informar, pois como citado acima, não participei das reuniões com o MEC para definir procedimentos e nem de decisões para definir implantação de Unidades do IFPI.

4. Após a implantação de todas as unidades pode-se assegurar que estas unidades atingiram as dimensões propostas inicialmente pelo MEC de interiorização da educação, a questão social e o desenvolvimento regional?

Resposta – Não sei dizer, pois não participei de nenhuma reunião para avaliar o atingimento das dimensões propostas inicialmente pelo MEC.

ANEXOS

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: “O papel dos Gestores Públicos na Expansão do Instituto Federal de Educação do Piauí (2005-2014)”

Pesquisador responsável: Maria do Socorro Leite da Silva - Telefone (86) 99983-2620

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Júnior – Telefone (86) 99920-0788

Instituição/Departamento: Universidade Federal do Piauí/ Centro de Ciências Humanas e Letras – Programa de Pós-graduação em Gestão Pública

Telefone para contato: (86) 3237-2169

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), em uma pesquisa. O (a) senhor (a) precisa decidir se quer participar ou não. Por favor, não se apresse em tomar a decisão. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte ao responsável pelo estudo sobre qualquer dúvida que o (a) senhor (a) tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que é apresentado em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa o (a) senhor (a) não será penalizado (a) de forma alguma. Este trabalho de pesquisa está vinculado ao Mestrado em Gestão Pública da Universidade Federal do Piauí – UFPI cujo tema a ser desenvolvido é “**O papel dos Gestores Públicos na Expansão do Instituto Federal de Educação do Piauí (2005-2014)**”, que tem como objetivos: compreender o papel dos gestores envolvidos na fase de implementação das unidades do IFPI, mediante a realização da pesquisa qualitativa, descritiva-exploratória. Sua participação nesta pesquisa consistirá em uma entrevista semiestruturada, respondendo às perguntas que abordam: gênero, faixa etária, tempo no atual cargo de direção, categoria profissional, tempo de serviço, e questões que envolvem seu papel durante e expansão do IFPI.

Caso concorde, o (a) senhor (a) responderá as perguntas mediante gravação de suas respostas em um gravador de voz, com duração média de 30 minutos. Vale ressaltar que a investigação possui riscos mínimos para os participantes, que poderão envolver o constrangimento do entrevistado, ao responder perguntas sobre o órgão de trabalho, e o receio que as informações colhidas poderão ser acessadas por pessoas não ligadas a pesquisa ou membros do IFPI; contudo o pesquisador deixa explícito ao participante que a entrevista será realizada em ambiente no qual o entrevistado se sinta seguro e que suas informações estarão resguardadas em sigilo, e que o mesmo poderá desistir da participação da pesquisa a qualquer momento, no ato da entrevista ou posteriormente. Um outro risco identificado é a possibilidade do (a) senhor(a) ter que interromper o desenvolvimento das suas atividades profissionais para responder a entrevista. Para evitar esse problema, se assim o (a) senhor (a) desejar, a entrevista poderá ser realizada em outro local, data e horário, que seja mais viável. Esta pesquisa trará benefícios, pois o resultado alcançado busca analisar a política pública durante a expansão no IFPI. Todas as informações que o(a) senhor (a) fornecer serão utilizadas somente para esta pesquisa. Suas respostas serão confidenciais e seu nome e nem o setor que trabalha aparecerá na divulgação dos dados e nem quando os resultados forem apresentados. A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Caso o(a) senhor(a) aceite participar, não receberá nenhuma compensação financeira. Também não sofrerá qualquer prejuízo se não aceitar ou se desistir após ter iniciado a entrevista. Estão garantidas todas as informações que o (a) senhor (a) queira, antes, durante e depois do estudo.

Informo ainda que todas as páginas desse documento serão assinadas em duas vias, sendo que uma ficará com o pesquisador e outra com o participante.

Desde já agradecemos pela colaboração,

Maria do Socorro Leite da Silva
Pesquisador

Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior
Orientador

Consentimento da participação da pessoa como sujeito

Eu, _____, RG nº _____ li o texto acima e compreendi a natureza, objetivo e benefícios do estudo do qual fui convidado(a) a participar. Entendi que sou livre para interromper minha participação no estudo a qualquer momento sem justificar minha decisão. Concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Teresina, ___ de _____ de 2020.

Assinatura participante: _____

Observações complementares

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – IFPI – Avenida Presidente Jânio Quadros 330, Bairro Santa Isabel - Pró Reitoria de Pesquisa e Inovação - PROPI. CEP: 64.0053-330 - Teresina - PI. Telefone: (86) 3131-1441 - E-mail: cep@ifpi.edu.br
- Web: www.ifpi.edu.br

ANEXO II

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PIAUÍ - IFPI



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O Papel dos Gestores Públicos na Expansão do Instituto Federal de Educação do Piauí (2005-2014).

Pesquisador: MARIA DO SOCORRO LEITE DA SILVA

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 27308719.1.0000.9207

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.204.543

Apresentação do Projeto:

Trata-se de pesquisa qualitativa, se caracteriza como exploratória e descritiva. Quanto aos meios, será bibliográfica, documental e pesquisa de campo sob forma de estudo de caso. Os dados primários serão coletados no Instituto Federal do Piauí. A unidade de análise compreenderá o IFPI. Os sujeitos da pesquisa serão os servidores que ocuparam cargos de Reitor, Pro-Reitor, Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Diretorias Gerais do Instituto Federal de Educação do Piauí e que ocuparam os Cargos de Direção intitulados de CD-1, CD-2 e CD-3, ou seja, dois Reitores 02 (dois) Reitores, 10 (dez) Pró reitores, 01 (um) Diretor de Desenvolvimento Institucional e 17 (dezesete) Diretores Gerais, que participaram diretamente da implementação destes campi, o processo de escolha dos sujeitos configura-se como não probabilística. Quanto à coleta de dados, os primários serão através das entrevistas com roteiro semi estruturado, baseado nos documentos do MEC de formulação da política de expansão dos IF'S, bem como leis, planos plurianuais e documentos internos no período de 2005 a 2014, compreendendo as 03 fases da expansão. Os dados secundários serão coletados através dos seguintes documentos: normativos de regulamentação do IFPI como o Regimento Interno Geral (resolução nº 020/2011), Estrutura Organizacional do IFPI (Resolução nº 058/2014), Estatuto do IFPI (Resolução nº 01/2009) e demais documentos oficiais que possam contribuir com a solução do problema de pesquisa. A análise dos dados buscará cobrir o período 2005 a 2014, pelo fato de ser este o período das implantações das unidades, questão central para o desenvolvimento desta pesquisa. Assim, a análise dos dados

Endereço: Av. Presidente Jânio Quadros

Bairro: Santa Isabel

UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)3131-1441

CEP: 64.053-390

E-mail: cep@ifpi.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PIAUÍ - IFPI**



Continuação do Parecer: 4.204.543

coletados será procedida com a utilização de análise de conteúdo, a escolha dessa abordagem permite realizar as inferências necessárias para a compreensão do fenômeno proposto nesta pesquisa. Referente à tabulação dos dados esta será realizada com auxílio do software, promovendo assim, a triangulação entre as repostas dos entrevistados, a documentação avaliada e a literatura pertinente para garantir a confiabilidade e validade da pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Compreender o papel dos gestores públicos envolvidos na implementação da política pública de educação profissional, na implantação das unidades decorrentes da política de expansão no IFPI. **Objetivo Secundário:** Identificar como se deram os processos de implementação da política de expansão dos institutos federais por meio de sua trajetória histórica, relacionando-a ao caso específico das unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Neste sentido, buscou-se também descrever o processo de implantação de uma unidade do IFPI, por fase da expansão, buscando documentos que comprovem as ações desenvolvidas pelos gestores e comparando com as diretrizes do MEC. Além disso, verificar se após a expansão foram atingidas as propostas estabelecidas inicialmente nas 03 (três) dimensões: a interiorização da educação, a questão social e o desenvolvimento regional, levando em conta a tomada de decisão dos gestores públicos envolvidos, se houve discricionariedade e como isso afetou os rumos da política implementada.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: A investigação possui riscos mínimos para os participantes, que poderão envolver o constrangimento do entrevistado, ao responder perguntas sobre o órgão de trabalho, e o receio que as informações colhidas poderão ser acessadas por pessoas não ligadas a pesquisa ou membros do IFPI; contudo o pesquisador deixa explícito ao participante que a entrevista será realizada em ambiente no qual o entrevistado se sinta seguro e que suas informações estarão resguardadas em sigilo, e que o mesmo poderá desistir da participação da pesquisa a qualquer momento, no ato da entrevista ou posteriormente. Um outro risco identificado é a possibilidade do (a) entrevistado (a) ter que interromper o desenvolvimento das suas atividades profissionais para responder a entrevista. Para evitar esse problema, e se assim o (a)

Endereço: Av. Presidente Jânio Quadros

Bairro: Santa Isabel

CEP: 64.053-390

UF: PI **Município:** TERESINA

Telefone: (86)3131-1441

E-mail: cep@ifpi.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PIAUÍ - IFPI**



Continuação do Parecer: 4.204.543

entrevistado (a) desejar a entrevista poderá ser realizada em outro local, data e horário, que seja mais viável. **Benefícios:** Os resultados do presente trabalho podem trazer a luz necessária para entender a atuação dos gestores públicos no processo de formação e implementação da política pública de expansão, ajudando a compreender os fatores de sucesso ou fracasso da política a partir das decisões tomadas pelos gestores dentro da arena decisória, podendo servir de auxílio para comportamentos e tomadas de decisões futuras. Busca-se, assim, compreender a ação do Estado e, conseqüentemente o modo como pretende promover o bem-estar assegurado pela Constituição em seus direitos fundamentais. Serve ainda de base para uma posterior avaliação da política pública, consistindo num exercício de aproximação entre teoria e realidade empírica, contribuindo para o aperfeiçoamento tanto de uma como da outra. Isso se torna ainda mais relevante diante da peculiaridade da política enfatizada: expansão das instituições profissionais e tecnológicas, vislumbrando os resultados já obtidos e as dificuldades enfrentadas para a implementação da expansão objeto do presente estudo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante para a área do estudo. Fundamentação atualizada e condizente com os propósitos da pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos apresentados de forma correta.

Recomendações:

Não há

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

PENDÊNCIA ATENDIDA - Não colocar "nome" na primeira fase do roteiro de entrevista, pois não deve haver nenhuma identificação, salvo uso de pseudônimo ou numeração.

RESPOSTA. O nome da primeira fase do roteiro foi retirado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Av. Presidente Jânio Quadros

Bairro: Santa Isabel

CEP: 64.053-390

UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)3131-1441

E-mail: cep@ifpi.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PIAUÍ - IFPI**



Continuação do Parecer: 4.204.543

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1479794.pdf	30/07/2020 16:54:31		Aceito
Outros	Curriculo_orientador_julho.pdf	30/07/2020 16:53:56	MARIA DO SOCORRO LEITE DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_1.pdf	22/07/2020 21:38:11	MARIA DO SOCORRO LEITE DA SILVA	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	22/07/2020 21:37:40	MARIA DO SOCORRO LEITE DA SILVA	Aceito
Outros	Curriculo_pesquisadora.pdf	22/07/2020 21:08:06	MARIA DO SOCORRO LEITE DA SILVA	Aceito
Outros	Roteiro_Entrevistas.pdf	14/07/2020 22:29:33	MARIA DO SOCORRO LEITE DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderostoll.pdf	18/03/2020 11:48:30	MARIA DO SOCORRO LEITE DA SILVA	Aceito
Outros	Carta_de_Esclarecimento.pdf	13/03/2020 12:04:29	MARIA DO SOCORRO LEITE DA SILVA	Aceito
Outros	Termo_de_confidencialidade_1.pdf	29/11/2019 10:53:38	MARIA DO SOCORRO LEITE DA SILVA	Aceito
Outros	TCUD_1.pdf	29/11/2019 10:53:04	MARIA DO SOCORRO LEITE DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_pesquisadores.pdf	29/11/2019 10:52:12	MARIA DO SOCORRO LEITE DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao_Institucional_IFPI.pdf	29/11/2019 10:47:11	MARIA DO SOCORRO LEITE DA SILVA	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	28/11/2019 17:12:47	MARIA DO SOCORRO LEITE DA SILVA	Aceito
Outros	Encaminhamento_CEP_IFPI.pdf	27/11/2019 07:19:37	MARIA DO SOCORRO LEITE DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	27/11/2019 07:19:08	MARIA DO SOCORRO LEITE DA SILVA	Aceito

Endereço: Av. Presidente Jânio Quadros

Bairro: Santa Isabel

CEP: 64.053-390

UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)3131-1441

E-mail: cep@ifpi.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PIAUÍ - IFPI



Continuação do Parecer: 4.204.543

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TERESINA, 10 de Agosto de 2020

Assinado por:
BRUNA DE FREITAS IWATA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Presidente Jânio Quadros

Bairro: Santa Isabel

UF: PI

Município: TERESINA

CEP: 64.053-390

Telefone: (86)3131-1441

E-mail: cep@ifpi.edu.br